

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
GEOGRAFIA**

DÉBORA NERY SPÍNDOLA

**A importância das avenidas ocupadas nas Manifestações de 2013 em São Paulo como
forma de resistência popular**

**The importance of occupied avenues in the 2013 manifestation in São Paulo in order to
popular resistance**

**São Paulo
2021**

DÉBORA NERY SPÍNDOLA

**A importância das avenidas ocupadas nas Manifestações de 2013 em São Paulo como
forma de resistência popular**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Simone Scifoni

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nery Spíndola, Débora
A importância das avenidas ocupadas nas
Manifestações de 2013 em São Paulo como forma de
resistência popular / Débora Nery Spíndola. -- São
Paulo, 2020.
f.

Orientadora: Simone Scifoni.
TCC (Graduação - Geografia) -- Universidade Federal
da Bahia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, 2020.

1. Ocupação. 2. Resistência. 3. 2013. 4.
Manifestação. I. Scifoni, Simone. II. Título.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam por
uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao Universo, por colocar na minha vida as pessoas que me fizeram ser o que sou hoje.

A Prof^a. Dra. Simone Scifoni, que aceitou ser a minha orientadora e me guiar no decorrer desse trabalho.

Aos meus pais, Antônio e Vera, que investiram na minha educação, sem os quais eu nada seria.

Aos meus irmãos, que me apoiaram nesses anos todos.

Ao Flavio, que sempre me apoiou e ajudou em todos os momentos, sobretudo nos mais difíceis.

Aos meus amigos: Cezar, Douglas, Elton e Robson que sempre estiveram comigo nesta jornada pela geografia.

A Isabella, que nesses anos me deu suporte emocional.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

E, sobretudo, a Geografia, que me ensinou a observar o mundo de uma forma única.

No seio dos efeitos sociais devido à pressão das massas,
o indivíduo não morre e se afirma. Surgem direitos

(LEFEBVRE, Henri, 1968)

RESUMO

SPÍNDOLA, Débora Nery. **A importância das avenidas ocupadas nas Manifestações de 2013 em São Paulo como forma de resistência popular.** 2020. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O Brasil possui um amplo histórico de manifestações contra os arbitrários aumentos das tarifas nos transportes públicos coletivos; em junho de 2013 ocorreu em São Paulo, capital, um dos maiores e mais significativos protestos, devido ao reajuste das passagens dos mesmos de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Com o transcorrer dos dias os atos foram tomando maiores proporções no território brasileiro, resultando em diversos protestos nas principais cidades do Brasil. Os líderes das manifestações escolheram um ponto principal da cidade para o encontro, como também escolheram uma trajetória para o ato poder seguir; assim como em outras manifestações o local de escolha para a concentração e o seu trajeto foram decididos por importância política, social e econômica que vão ao encontro com o impacto do “cotidiano” e que desta forma suas reivindicações pudessem ser ouvidas. Desta forma, esta pesquisa consiste em entender os trajetos das manifestações de junho de 2013, na cidade de São Paulo; e analisar o poder de influência das avenidas como meio de como lugares estratégicos para a manifestação contra o aumento da tarifa. Para compreender esse objeto de estudo, primeiro foi feito uma balanço da situação política-sócio-econômica do Brasil e de São Paulo, em seguida foi realizada uma descrição das manifestações e seu alcance nacional, bem como a ação da Polícia Militar, a atuação da tática Black Bloc, o papel das mídias tradicionais e redes sociais como um instrumento de difusão de informação e o impacto no cotidiano da sociedade como uma forma de resistência. Por último, conclui-se que certos lugares da cidade por sua importância econômica, política e social são mais relevantes que outros, e, portanto, os atos de 2013 influenciaram decisivamente o cotidiano urbano e assim trouxeram a pressão necessária para que os órgãos públicos acatassem suas exigências.

Palavras-chave: Manifestações de 2013; Espaço Ocupado; Poder Simbólico

ABSTRACT

SPÍNDOLA, Débora Nery. **The importance of the occupied avenues in the 2013 Manifestations in São Paulo as a form of popular resistance.** 2020. Individual Graduation Project - Department of Philosophy, Languages and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Brazil has a wide background manifestations against raises of transportation fares, and one of the major acts regarding this theme occurred in June 2013; these manifestations began in São Paulo, capital, due to the readjustment of the public transportation fares from R\$3.00 to R\$3.20. As the days passed, the acts took greater proportions in the Brazilian territory which resulted in protests in the main cities of Brazil. The manifestation leaders selected a key spot of the city for the gathering, but also chose a route which the act could go; as in other manifestations, the place of choice for the concentration and its path were decided by political, social and economic importance that corresponds to the impact of the "daily", thus their claims could be heard. Thereby, this research is about understanding the routes of the manifestation of June 2013 in the city of São Paulo; and analyze the influence power of the avenues as a mean of claiming for a veto on the fares raise. In order to analyze the acts, first, it was made an analysis of the political-social-economical situation of Brazil and São Paulo, then a description of the manifestations and their national extent. As well as the action of the Brazilian Military Police, the action of the "Black Bloc" tactics, the role of the mainstream media and social networks as an spreading instrument of information and the impact on the society routine as a form of resistance. Finally, it is inferred that certain places are spaces where the degree of economical, political and social importance for the city are more relevant than others, and therefore, the 2013 acts definitely influenced the urban daily life and thus brought the necessary pressure so that governmental agencies to comply with its requirements.

Keywords: 2013 manifestations; Appropriated Spaces; Symbolic Power.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Extensão do metrô em cidades do mundo (km) – 2015	28
Gráfico 2	Taxas de Desemprego do modelo Shimer	37
Gráfico 3	Reajuste pelo Índice IPCA	65

LISTA DE TABELA

Tabela 1 Histórico de preço da tarifa de ônibus, Metrô e trens da CPTM
em São Paulo (SP), Thiago Rodrigo Alves Carneiro

57

LISTA DE QUADRO

Tabela 1 Quadro do resumo das Manifestações de junho 2013 em São Paulo

88

FOTOGRAFIAS

Fotografia I	Estudantes nas Manifestações de Junho de 2013	49
Fotografia II	Movimento Passe Livre nas Manifestações de Junho de 2013	58
Fotografia III	Partidos Políticos nas Manifestações de Junho de 2013	63
Fotografia IV	Expansão das pautas, ato LGBT	85
Fotografia V	Expansão das pautas, grupos associados ao conservadorismo	86
Fotografia VI	Manifestantes adeptos da tática Black Block	97
Fotografia VII	Policiais Militares nas Manifestantes de Junho de 2013	101
Fotografia VIII	Carro de reportagem de uma emissora televisiva incendiado	104
Fotografia IX	Policial ensanguentado	105
Fotografia X	Repórter atingida por uma bala de borracha	106
Fotografia XI	Mudança do ponto de vista dos Atos de Junho de 2013	106

MAPAS

Mapa I	Trajeto do dia 6 de junho, quinta-feira	67
Mapa II	Trajeto do dia 7 de junho, sexta-feira	69
Mapa III	Trajeto do dia 11 de junho, terça-feira	72
Mapa IV	Trajeto do dia 13 de junho, quinta-feira	76
Mapa V	Trajeto do dia 17 de junho, segunda-feira	80
Mapa VI	Trajeto do dia 18 de junho, terça-feira	82
Mapa VII	Trajeto do dia 19 de junho, quarta-feira	84
Mapa VIII	Trajeto do dia 21 de junho, sexta-feira	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COTISA	Companhia de Integração de Terminais
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEIPOT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
JN	Jornal Nacional
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexual, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MPL	Movimento Passe Livre
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PM	Polícia Militar
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PSC-SP	Partido Social Cristão de São Paulo
SPTrans	São Paulo Transportes
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIPESP	Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo
SETPS	Empresas de Transportes de Passageiros de Salvador
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PCO	Partido da Causa Operária

PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SNTU	Sistema Nacional de Transporte Urbano
TJ	Tribunal de Justiça de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ANTECEDENTES	19
<i>2.1 MOBILIDADE URBANA</i>	19
<i>2.2 ANTECEDENTES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS</i>	30
3 LIDERANÇAS	42
<i>3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL</i>	42
<i>3.2 O MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL)</i>	50
<i>3.3 PARTIDOS POLÍTICOS</i>	58
4 AS MANIFESTAÇÕES	64
<i>4.1 DIA 6 DE JUNHO, QUINTA-FEIRA, 2013</i>	65
<i>4.2 DIA 7 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA, 2013</i>	67
<i>4.3 DIAS 8 A 10 DE JUNHO, SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 2013</i>	80
<i>4.4 DIA 11 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA, 2013</i>	71
<i>4.5 DIA 13 DE JUNHO, QUINTA-FEIRA, 2013</i>	72
<i>4.6 DIA 14, 15 E 16 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA A DOMINGO, 2013</i>	76
<i>4.7 DIA 17 DE JUNHO, SEGUNDA-FEIRA, 2013</i>	78
<i>4.8 DIA 18 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA, 2013</i>	80
<i>4.9 DIA 19 DE JUNHO, QUARTA-FEIRA, 2013</i>	82
<i>4.10 DIAS 20 A 30 DE JUNHO, 2013</i>	84
<i>4.11 QUADRO DO RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO 2013</i>	88
5 BLACK BLOC, POLÍCIA, REDES SOCIAIS/ MÍDIAS E MÍDIA NINJA	90
<i>5.1 BLACK BLOC</i>	90
<i>5.2 POLÍCIA</i>	98
<i>5.3 REDES SOCIAIS/ MÍDIAS</i>	102
<i>5.4 MÍDIA NINJA</i>	107
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um extenso histórico de manifestações contra os aumentos das tarifas de transportes, dentre eles destaca-se um dos maiores protestos com essa temática, ocorrido em junho de 2013. O início desses atos se deu em São Paulo, capital, devido ao reajuste da tarifa do transporte público de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Ao longo dos dias os protestos foram tomando maiores proporções no território brasileiro, nos últimos dias estas manifestações tiveram alcance nacional.

Na cidade de São Paulo foram ao todo dez dias de manifestações intensas, sendo que cinco destas foram atos contra o aumento da passagem; houve também uma intensa repressão policial, assim como depredações aos patrimônios públicos e privados e o surgimento, nesta cidade, da tática Black Bloc. Nos primeiros dias de protestos constatou-se que os manifestantes constituíam quatro grupos prioritariamente: os grupos partidários de esquerda, Movimento Passe Livre (MPL), movimento estudantil e estudantes. Entretanto, com uma adesão maior de manifestantes indignados com a situação social do país, nos últimos dias de protestos a questão da tarifa começou a não ser a única pauta dos atos; dando margem à outras questões como saúde, educação, fim da corrupção, PEC 37, Copa do Mundo, Olimpíadas; a repressão da PM contra os manifestantes e o término do governo Dilma, também foram assuntos pautados nesses dias.

A apropriação pelos manifestantes das principais avenidas de São Paulo foi um ponto essencial na questão da tarifa. Sobre isso, Harvey discorre que o espaço público e sua ocupação nunca foram tão discutidos como neste início do século XXI, e que os movimentos de resistência para mudanças sóciopolíticas ganham uma força maior nas grandes cidades, como, por exemplo, nas manifestações de junho de 2013; entretanto, não é em qualquer lugar que essa força surge e se manifesta, há locais estratégicos para tais atuações. Isso vai ao encontro com o conceito que Chaui (2000) usa em sua obra, “Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária”, em sendo lugares e pontos estratégicos, estes são carregados de uma significação ou de valor simbólico, aproximando-se assim do conceito de semióforo, de Chaui (2000). Os semióforos, de acordo com a autora, são também signos de poder e prestígio, posse e propriedade de quem detém o poder, e, nesse sentido, entendemos que a ocupação desses lugares simbólicos fez parte da tática do movimento que ocupou as ruas. Nesse sentido o semióforo é um signo trazido à frente para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido pela sua materialidade e sim pela sua força simbólica. Com este conceito pode-se inferir que os locais

de encontro das manifestações possuem este valor e suas trajetórias foram escolhidos por este motivo, além da sua fácil acessibilidade.

Outra forma que também deve ser levada em consideração ao analisar o espaço como uso para as manifestações é o conceito de cotidiano e como a sua ruptura pode resultar nas conquistas de tais atos. Para Lefebvre (1968) o cotidiano é um nível de realidade social que se relaciona com outros níveis com, por exemplo, o econômico, político e cultural; nesse sentido temos como exemplo as manifestações de 2013; na medida que ocorriam as ocupações das principais vias de São Paulo, resultou em um abalo local nos aspectos citados anteriormente que repercutiram também na sociedade brasileira. Com depredações a estabelecimentos públicos e privados e os comércios fechando mais cedo; outras consequências que procederam dessa quebra foram: revolta contra a política brasileira, da qual surgiram com a intensificação das manifestações em vários lugares do país culminando no receio dos políticos brasileiros, preocupados com as consequências desses atos e o quanto os mesmos pudessem atingi-los de alguma forma. Assim sendo, é relevante identificar a importância das avenidas ocupadas nas manifestações de 2013 como forma de resistência popular e buscar compreender como ocorreu o uso do espaço público e de sua força simbólica, e como elas representaram, efetivamente, a possibilidade de conquista das pautas de reivindicações exigidas nos protestos. Quanto à ocupação dos espaços públicos, as manifestações de junho de 2013 e a consequente diminuição da tarifa, foram um exemplo bem sucedido desse uso e dessa força.

2 ANTECEDENTES

Como já citado anteriormente, as manifestações não foram um caso isolado na história brasileira, protestos contra o aumento da passagem em transportes públicos sempre ocorreram em diversas localidades do país. Todavia, é necessário levantar algumas questões que desencadearam uma das maiores manifestações do Brasil sobre esse assunto. Essencialmente, os pontos a serem destacados como precursores desses atos foram: a mobilidade urbana; e a situação política, econômica e social brasileira até junho de 2013.

2.1 MOBILIDADE URBANA

As revoltas populares quanto ao transporte público coletivo são uma constante nas metrópoles brasileiras; dentro de uma lógica capitalista a população que diariamente usufrui desse serviço é sempre objeto, em vez de sujeito. Sob o domínio do valor e do lucro, a população de baixa renda é afastada da vivência da cidade, esta exclusão está intrinsecamente relacionada ao transporte. As pessoas que moram nas periferias das grandes cidades são excluídas de acessar as infraestruturas básicas voltadas à população, como cultura e lazer; sendo estes, muitas vezes, produtos de seus próprios trabalhos. A cobrança nos transportes é uma barreira que discrimina, segundo a lei da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade, daqueles reclusos da vida urbana; entretanto, é no momento em que há um abuso no aumento do transporte público que transparece as contradições do sistema, resultando, assim, em resistência popular..

A apropriação do solo como elemento de acumulação de riqueza por poucas pessoas surge com advento do sistema capitalista, e é através dessa conjuntura que se fez da cidade um grande negócio, voltado ao lucro, que afeta profundamente a qualidade de vida da população de baixa renda. Em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Friedrich Engels (1845) aponta essa situação de segregação territorial no século XIX:

“Todas as cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se encontra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos, mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha.”. Friedrich Engels (1845, p.70)

Essas situações vividas pelas classes mais baixas passam por: morar em periferias, não ter casa própria e enfrentar horas de trânsito todos os dias para chegarem aos seus trabalhos; neste contexto, segundo Bonfim (2016), são as empresas privadas impondo a suas regras à população.

Para Carlos (2001), esse processo de integração do espaço urbano à lógica mercadológica/econômica resulta na desintegração da cidade em si, na medida em que este é produzido como negócio, destruindo os bairros antigos e as favelas para a valorizar o espaço e com consequência forçando os mais pobres a saírem desse espaço. Desta forma, o urbano como mercadoria nega a cidade para todos configurando uma situação que destitui os mais pobres de seus lugares de vida, forçando-os a procurarem lugares mais distantes, e tornando a relação com o espaço vivido provisório e sem identificação.

Segundo Carlos (2001) isso representa o novo processo de produção do espaço urbano, é a urbanização tornando-se, em si mesma, algo lucrativo; a cidade vira um negócio e o setor financeiro/imobiliário passa a ser central, isso significa que a urbanização se torna parte fundamental da acumulação do capital, onde se mobiliza o espaço. Nesse movimento há a reprodução do espaço, sob uma forma mais lucrativa, destruindo o antigo para se construir uma nova paisagem, mais moderna e que atenda as recentes necessidades econômicas do capitalista. Isto ocorreu devido ao fato do término das terras “livres” ou onde há inacessibilidade a implantação de uma estrutura necessária a moderna economia voltada as regiões centrais.

Essa estrutura de reprodução do espaço urbano, expulsa a população mais pobre para as periferias tendo como consequência a ampliação da mesma, criando um novo problema de mobilidade, que afeta pessoas mais carentes. Não se trata unicamente, da maior distância centro-periferia, mas sobretudo, da condição social desse processo, uma vez que o peso desta extensão atinge a camada de renda economicamente mais baixa da cidade. Essas distâncias interferem nas horas de deslocamento, que por sua vez afeta toda vida social da população pobre, à medida que se perde tempo em transportes, perde-se também: na qualidade de vida, no lazer e convívio social.

Segundo Keiji Kanashiro (2016, p.319):

“No início do século passado, durante o processo inicial da industrialização do país, os trabalhadores normalmente moravam em vilas e conjuntos habitacionais, próximo às fábricas e não necessitavam de transporte para seus deslocamentos diários. Vale

lembra também que, à época, os trabalhadores, apesar de cumprirem intensa jornada de trabalho de 12 ou mais horas diárias, ainda tinham condições melhores de convívio familiar e lazer. Foram necessárias muitas batalhas para que os trabalhadores conseguissem uma jornada de oito horas. Porém, a falta de planejamento urbano e a especulação imobiliária, principalmente nos grandes centros urbanos, empurraram os trabalhadores para locais de moradia bem distantes dos seus locais de trabalho, anulando o ganho conquistado com a redução da jornada. Hoje é comum os trabalhadores perderem três ou mais horas nos seus deslocamentos diários. Com um agravante: estas horas adicionais não são remuneradas.”.

Leitão e Ferreira (2016) abordam que o tema da mobilidade nos remete não só a seu caráter espacial, mas, sobretudo à sua dimensão temporal, em seus trabalhos eles mencionam Villaça (2012, p.37), que comprehende a disputa pelos tempos de deslocamento como:

“o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel deste na dominação social que se processa por meio dele. A classe dominante manipula a produção desse espaço, priorizando sempre a otimização dos seus tempos de deslocamento”.

Nessa citação o autor esclarece que o tempo de deslocamento se configura como principal elemento explicativo da distribuição das classes sociais no espaço das cidades; em um país como o Brasil, esta questão não é apenas um problema conceitual, mas uma explicação de como a população pobre é atingida com esse sistema. Além dessa condição, no caso brasileiro, inclui-se uma tradição de incentivo às rodovias, da qual está inserida uma forte indústria automobilística; para Leitão e Ferreira (2016), o privilégio que o Brasil historicamente dá ao modelo rodoviário está associado à nossa tradição patrimonialista-clientelista, ao financiamento falso de campanhas e às grandes obras viárias. Os autores criticam esse modelo tendo em vista que:

“[...] os investimentos rodoviários são reiterados em nome de interesses elitistas (Mori, 2012). Conforme a autora e sua orientanda (Frignani, 2012), a crítica ao paradigma rodoviário no Brasil precisa ir além do mito de que ele é a condição para a não priorização dos investimentos dos transportes públicos de massa, ou ainda, de que os investimentos em transportes sobre trilhos são caros. Estes mitos contribuem, segundo as autoras, para a “aceitação social” da manutenção de uma condição muito precária no campo dos transportes no Brasil, que mesmo no campo acadêmico não é rara. As autoras se afiliam ao pensamento de Déak (1999) para quem, no caso dos transportes,

assim como em outros setores de infraestrutura no Brasil, a principal justificativa para o não investimento é o mito da ausência de recursos públicos. Para o autor, existe no Brasil um forte aparato ideológico a serviço dos interesses na não superação da precariedade e dos déficits históricos no setor. Em última instância, essa condição determina a organização espacial no estágio do capitalismo que vivemos no país. Para Déak, ainda que altos, os custos para implantação de redes de transportes sobre trilhos se pagam direta ou indiretamente. E as deseconomias provocadas pelas baixas taxas de mobilidades nas cidades brasileiras têm por trás o interesse pela manutenção do status quo. Para este autor, a baixa acessibilidade nas cidades brasileiras perpetua uma condição de heterogeneidade socioespacial e de grande diferenciação entre localizações que interferem diretamente no preço da terra e nos negócios imobiliários.”

Leitão e Ferreira (2016, p. 38)

A partir desta citação, a questão dos transportes assume importância para os fluxos, a organização espacial, a produtividade nas metrópoles e as transformações sociais decorrentes, segundo Déak (1999). Para Leitão e Ferreira (2016), desta forma a possibilidade de homogeneização das condições de vida nas cidades se daria através da diminuição do exílio nas periferias. Para eles as lutas pelas condições de deslocamento possuem um aspecto central na estrutura urbana, na distribuição de classes e na apropriação do privilégio que as elites fazem do tempo e do espaço; sendo que estas assumem um papel central nas reivindicações urbanas, e sendo assim, no direito à cidade.

Em sua obra “Direito à Cidade”, Henri Lefebvre (1968), mostra a necessidade de repensar a sociedade de forma que nas relações espaciais prepondere o uso, e não a troca, que estas deixem de serem medidas pelos interesses privados do capital e passem a gerar a emancipação humana em sua plenitude. A noção de direito à cidade inicia-se da construção teórica do problema empírico das apropriações diferenciadas do espaço. Carlos Vainer (2007) mostra como formou-se esse conflito em sua materialidade, estes não devem ser encarados como desequilíbrio do sistema, mas sim como sinais de força social; a luta pela cidade e por uma planificação urbana revolucionária, passa pela insurgência e por um planejamento que a assume como central. Para o autor o ponto principal é o conflito aberto, se não, o único caminho através dos quais grupos sociais dominados constituem-se como sujeitos coletivos no espaço público; Leitão e Ferreira (2016) comentam que essa noção tem aparecido em várias experiências brasileiras e tem sido realizada na busca de uma luta urbana renovada e mais radical.

Apesar das manifestações contra esse sistema, a democracia no capitalismo é sempre limitada, restrita e controladora dos interesses das classes mais abastadas, com isso o pleno

capitalismo é incompatível com a plena democracia, segundo Washington Quaquá (2016); para o autor em uma sociedade, quanto mais baseada ela é na acumulação do capital através da maximização do lucro, menos ela é democrática. Desta forma, a democracia é acima de tudo um bem popular e não um preceito burguês e capitalista, segundo ele, não haverá democracia sem que haja um conjunto de condições dignas de vida e de direitos sociais e econômicos para toda a população.

Assim, o direito ao transporte público, gratuito e de qualidade é um direito básico da população e sua conquista faz parte de um processo de construção de uma sociedade democrática; todos tem o direito de se deslocar, segundo Quaquá (2016, p.333), de forma rápida, segura, confortável e sem custos para seus salários. Todavia, no capitalismo estas riquezas são na maior parte apropriadas pelos ricos em forma de lucro; enfrentar essa lógica, segundo o autor, é:

“Tornar o sistema mais democrático significa lutar para que a apropriação da mais valia não se de pelos capitalistas exclusivamente, através da super exploração dos trabalhadores e do povo, mas lutar para que a mais valia seja socialmente apropriada através do aparelho de estado para ser redistribuída em políticas sociais que promovam igualdades progressivas.”

Dado que no final do século XIX as populações mais pobres moravam em áreas centrais, mas à medida que o centro passou a ser um espaço mais utilizado pelas classes mais abastadas para comércios, serviços e empregos, este espaço começou a ter um processo de valorização espacial, resultando no aumento dos imóveis e dos alugueis; essa condição que se estabeleceu no centro da cidade dificultou a permanência dos trabalhadores mais pobres de morar nesta região. Outro fator que agravou ainda mais na moradia da população de baixa renda foram políticas urbanas e sanitárias visando o “embelezamento” do centro, resultando na expulsão desta classe; o governo alegava tomar essas medidas para melhorias de circulação ou questões de salubridade. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, a iniciativa privada começou a construir lotes de residências em áreas baratas e longe dos centros para a população que não tinha mais condições de morar em zonas centrais.

Para Bonduki (2011), a terra só se tornou uma possibilidade de aquisição devido à ausência da atuação do poder público no controle, fiscalização e implantação de infraestrutura que resultaram na informalidade e precariedade no processo de produção do espaço urbano periférico. Desta forma a urbanização se concretizou, por meio da produção do espaço nas

periferias das cidades sem nenhum aval governamental e sob uma lógica especulativa para aumentar a lucratividade das empresas nessas situações; era pela obtenção de glebas de terras loteadas, que estas vendiam os lotes em momentos diferentes, da qual vendiam primeiras as mais distantes das regiões urbanizadas e depois vendendo as mais próximas.

Essa situação formou-se a partir do processo de crescimento das cidades, Milton Santos (1996) identifica dois momentos relevantes desse processo. O primeiro ocorreu em 1920 a 1940, durante esta época a urbanização triplicou de 10,7% para 31,24%; a explicação que o autor deu foi que a economia nacional passou para uma nova dinâmica, da qual o setor industrial foi centralizado e onde a urbanização passou a ser a realidade brasileira. Na década de 1930, essa nova característica do país resultou na mobilização do exército industrial de reserva, um contingente crescente de trabalhadores que sustentam o salário precário. O segundo momento que Santos observa é entre 1960 a 1980, nessa época a urbanização alcançou um novo estágio como fenômeno espacial social, as cidades assistem a um grande crescimento de sua população, além disso, o processo de metropolização amplia-se. Com essas ações vieram também à pobreza, resultado de um modelo de modernização do regime ditatorial; com a ajuda dos militares para a concentração de renda a desigualdade social aumenta, logo o crescimento de moradias precárias é elevado, o agravamento da situação social expande-se, e as cidades que possuíam um caráter industrial usava disso para comprimir o salário e sustentar os seus lucros.

Ainda, segundo Fagnani (2016), a crise atual dos transportes urbanos veio de uma natureza estrutural, o longo passado escravocrata, a curta experiência democrática e as especificidades do capitalismo tardio são fatores que contribuíram para o caráter residual das ações governamentais na efetivação de sistemas públicos capazes de enfrentar as rápidas transformações demográficas ocorridas nos últimos 60 anos. As políticas públicas não tiveram habilidades suficientes para enfrentar transformações tão aceleradas, o transporte urbano sempre ocupou lugar inferior na agenda governamental. O autor constatou cinco etapas da intervenção governamental para as políticas de condução: a primeira vai de 1950 a 1973, esta é quando o transporte foi totalmente marginalizado pela agenda do governo federal e, em particular, da Política Nacional dos Transportes, a expansão destes dependeu dos recursos orçamentários dos estados e municípios. O Plano de Metas do JK incentivou os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis a terem maior relevância na dinâmica econômica, em especial o automobilístico; o plano passou a ter implicações decisivas sobre a Política Nacional de Transporte, suas medidas foram influenciadas pela iniciativa particular e se articulou ao padrão de acumulação de capital emergente. Um dos principais instrumentos utilizados do padrão automobilístico-rodoviário foi a montagem de uma solida estrutura de financiamento

baseada em recursos fiscais, mais de dois terços desses recursos estiveram legalmente ligados ao setor rodoviário, mas o transporte público não fez parte dele.

A segunda intervenção foi à tentativa conservadora de organização da política nacional em 1974 a 1984; o regime autoritário integrou o Sistema Nacional de Transporte Urbano (SNTU) para Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU), a medida, para Fagnani (2016), era um processo de abertura tutelado do sistema político iniciado por Geisel e a intensificação da “crise do milagre” em 1973, além da desaceleração do crescimento econômico, aumento da inflação e agravamento na crise cambial. Já a terceira intervenção foi com o fim do período ditatorial, a pressão do pagamento do serviço da dívida por mais de uma década comprometeu as possibilidades de investimentos federais para o transporte, a crise financeira pressionou-se ao impasse institucional durante a transição para democracia; as instituições foram afetas e o transporte público foi um dos mais prejudicados nesse processo de transição.

Em 1970, como o crescimento das áreas periféricas houve um novo componente: às construções dos conjuntos habitacionais. O governo percebendo os preços chamativos e a vasta extensão de terras periféricas começou a produzir moradia barata, rápida e em grande quantidade. Segundo Damiani (1994, p.27): “[...] essa periferia que sai do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, alvo do poder centralizador.”.

Entre 1990 a 2002, uma das medidas tomadas pelo governo no setor do transporte coletivo é marcada pelo alinhamento do país ao processo de ajuste macroeconômico e da reforma liberal do Estado defendido pelas potências econômicas. No governo de Collor o transporte é mais uma vez marginalizado na agenda do governo federal, a política foi de adotar uma estratégia de progressivo afastamento em relação ao setor, houve esforços iniciais no sentido de transferir os sistemas regionais de trens metropolitanos para os governos estaduais. Já no primeiro mandato do FHC, a estratégia efetiva do governo foi dar continuidade nos esforços de transferir os sistemas de trens federais para os governos estaduais e incentivar concessões e privatizações dos sistemas de alta capacidade; no seu segundo mandato o pronunciamento sobre esta questão muda, a instituição de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano é um dos compromissos assumido no documento “Avança Brasil”. Mas, a realização disso foi diferente, Fagnani (2016, p.55):

“Em termos efetivos, no entanto, constatou-se que esses impulsos ficaram restritos à retórica que colidia com a agenda liberal de reforma do Estado e com o ajuste macroeconômico ortodoxo, cujas restrições, acentuadas após o acordo com o FMI (1999), inviabilizaram qualquer perspectiva de articulação positiva do transporte

público com a política econômica. Na ausência de uma intervenção pública direta, a marca da política do governo federal nesta fase continua a ser a difusão de concessões e privatizações.”

Mesmo com a situação crônica e insuficiente de oferta de meios coletivos, nos anos de 1990 o Brasil optou pela privatização, visto que são raros os metrôs e trens urbanos privatizados pelo mundo; Londres tentou seguir este caminho, mas só para manutenção, entretanto os resultados não foram satisfatórios, Buenos Aires também optou por isso em 1990, mas teve que retroceder.

A última intervenção governamental sobre os transportes públicos coletivos foi de 2003 a 2015, segundo Fagnani (2016); a partir de 2003 houve uma tentativa de melhorar a situação vivida nos transportes, com a pressão de um movimento social fortalecido criou-se o Ministério das Cidades, que estabeleceu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com base nas discussões das Conferências Nacionais das Cidades, em 2003 e 2005. O Conselho das Cidades, eleito na primeira Conferência Nacional, iniciou suas atividades em 2004 e neste mesmo ano criou várias políticas nacionais e, entre elas, foi a Política Nacional de Mobilidade e Transporte Urbano. Outro fator importante que aconteceu nesse período foi que após três décadas de negligência, o governo federal voltou a investir no setor de transportes; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) passou a disponibilizar recursos para a construção, com a parceria de estados e municípios, de metros, trens urbanos, monotrilhos, e corredores de ônibus nas principais capitais.

Contudo, há duas limitações nessas ações, segundo Fagnani (2016, p.56):

“a primeira é que o setor ainda não tem financiamento próprio com relação a magnitude dos problemas de transportes; a Política Nacional de Mobilidade Urbana, aprovada em 2012, ainda não define fontes de financiamento específicos. A segunda limitação, para o autor, é que há ausência de estrutura política e institucional adequada; a Política Nacional de Mobilidade Urbana não definiu um modelo baseado em pactos federativos que previsse responsabilidades compartilhadas pelas três esferas de governo. Na prática o Ministério das Cidades não restabeleceu as bases do planejamento nacional e do Sistema Nacional de Mobilidade que articule ações dos três entes federativos para enfrentar as prioridades sociais e territoriais definidas pela política nacional para o setor.”

Além do contexto histórico-econômico que dificulta a mobilidade das populações mais carentes com os transportes públicos, estamos inseridos em um contexto histórico-político de

um país que negligência políticas de transporte coletivo. Para Fagnani (2016), tanto os governos ditátorias quantos os democráticos foram omissos ao longo dos últimos 60 anos; até 1970, a mobilidade urbana não pertencia a agenda nacional, na década seguinte e com o contexto da globalização e das políticas neoliberais, o setor novamente deixou de fazer parte da agenda federal, e as privatizações eram os temas da política.

Mas a partir do início um novo processo da qual o Partido dos Trabalhadores começou a ganhar eleições em várias capitais e grandes cidades, nota-se que a gestão sobre o transporte público toma um “novo caminho”. Nesse período um grupo de planejadores de transporte desenvolveram estudos de um sistema mais racional de transporte urbano, que visava à criação de terminais de integração, alimentando por ônibus pequenos e linhas-tronco, que utilizam veículos de maior porte. Apesar disso Kanashiro (2016) comenta que o grande equívoco dos gestores de transporte foi o fato de considerarem os verdadeiros financiadores deste sistema como “usuários” ao invés de cidadãos; as políticas eram feitas a partir de uma lógica econômica, visando preservar o equilíbrio econômico dos operadores, desconsiderando a capacidade de pagamento da população.

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPT), em 1980, desenvolve um manual de orientação com o objetivo de orientar os municípios a calcular os custos dos transportes urbanos, esse foi conhecido como cartilha do GEIPT; sua metodologia basicamente ajustava os diversos custos dos transportes ao valor do ônibus. Entretanto, com os conhecimentos da informática de hoje temos condições de avançar na gestão dos transportes sem se utilizar dessa cartilha. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 2013, nos últimos anos, a tarifa do transporte por ônibus teve um crescimento acima da inflação, logo, segundo Kanashiro (2016, p.322):

“Temos condições hoje de separar os custos do transporte do valor da tarifa. É possível o operador, que é na verdade um concessionário de um serviço público importante, ter uma remuneração justa e uma tarifa de acordo com a capacidade de pagamento da população.”.

As administrações governamentais estão necessariamente ao lado de uma classe social ou outra na disputa pelo direito à cidade, e é nesse lugar que se condensa, na prática, as lutas de classes. Os orçamentos executados e as prioridades realizadas refletem ao lado de que interessa e de qual classe estão os governos da cidade.

Comparando com a experiência internacional de países desenvolvidos, estes apontam que o transporte público-coletivo é o núcleo da política de mobilidade urbana e a primeira opção da população para se deslocar. Esses países mostram, de acordo com Fagnani (2016), que a espinha dorsal da mobilidade nas grandes metrópoles é constituída por sistemas de transportes públicos de alta capacidade, como metrô, estes somam-se com uma complexa rede de outros meios de usos coletivos. Outros fatores que explica o subdesenvolvimento da mobilidade é o fato de o Brasil estar na periferia do capitalismo; o país possui um capitalismo tardio, a industrialização somente foi completada em meados do século XX, é evidente que as metrópoles brasileiras estejam indo na direção errada dos parâmetros dos países desenvolvidos.

Mesmo se compararmos o transporte público brasileiros com outros países subdesenvolvidos, segundo Fagnani (2016), o nosso atraso ainda é absurdo; enquanto São Paulo constrói 1,7 km de linha por ano, cidades como Cidade do México e Santiago, por exemplo, constroem, respectivamente, em média, 4,4 e 2,6 km de metrô por ano.

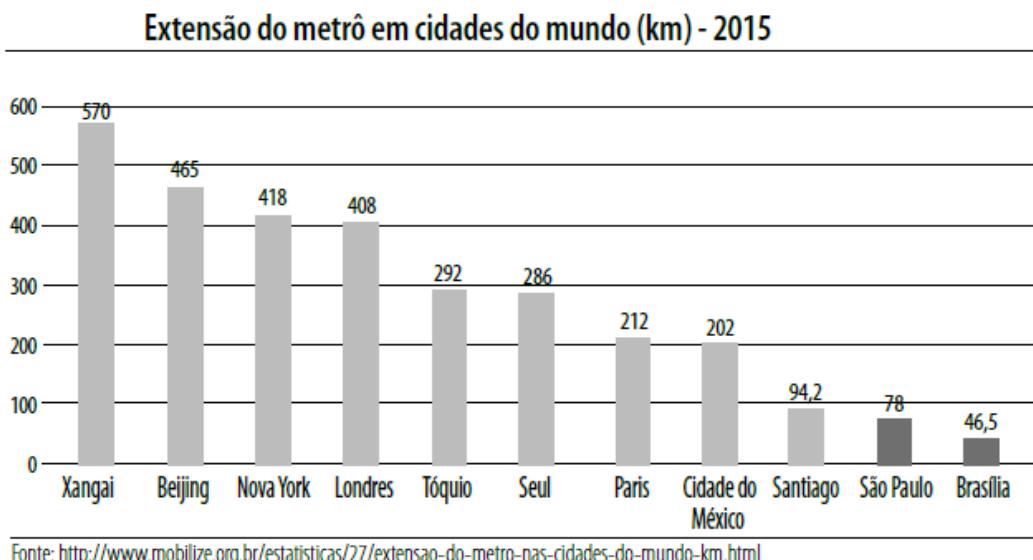


Gráfico I - Extensão do metrô em cidades do mundo (km) – 2015. Fonte: Eduardo Fagnani, Mobilidade Urbana no Brasil.

Em sua obra “Habitação e o direito à Cidade”, Raimundo Bonfim (2016), comenta que é equivocado elaborar e aplicar uma política de habitação sem que esta esteja vinculada com o transporte, a mobilidade urbana; a insistência dessa fragmentação política resulta na construção de moradia longe do trabalho, em locais desprovidos de equipamentos sociais, além da infraestrutura básica. Para Bonfim (2016), é importante a interface das políticas públicas, em especial as questões de habitação, emprego e transporte senão as pessoas que possuem uma condição econômica humilde continuaram se amontoando no transporte para chegar ao trabalho e causando enormes congestionamentos todos os dias. Já Fagnani (2016), esclarece que enfrentar a grave questão da mobilidade é uma ação que deveria ser pensada para o desenvolvimento de um país, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, este problema, que possui uma grande complexidade e magnitude, não pode prescindir de uma política nacional em que não há um reforço do Estado, numa articulação positiva com a política econômica e num marco institucional baseado na responsabilidade compartilhada dos três entes federativos.

O transporte público é um direito social na medida em que após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº90, de 2011, o direito ao transporte público de qualidade se relaciona aos meios mais diversos do direito que são assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela própria Constituição Federal de 1988. Esse direito é chamado de direito-meio, pois esta influência e condiciona o acesso a todas as infraestruturas que uma pessoa precisa para ter uma boa qualidade de vida, como saúde, lazer e educação. Mesmo sendo um direito, as políticas públicas atuam em cumplicidade com os interesses privados, que transformam a cidade num grande negócio, os serviços públicos são transformados em mercadoria, isso se torna mais forte em setores imobiliários e automobilístico dos quais resultam nas regras de ocupação e uso do solo, sempre beneficiando a si mesmos. Em contra partida, os movimentos populares de moradia e dos demais setores da sociedade que atuam na questão urbana tenta inverter essa lógica de cidade como mercadoria; essa é uma condição indispensável para enfrentar a questão de mobilidade urbana, para Bonfim (2016), é preciso livrar a cidade da especulação imobiliária para que assim possamos viver com uma qualidade de vida.

Apesar de possuir várias políticas voltadas para a reforma urbana, as cidades, com raras exceções, continuam sendo o lugar extremamente desigual, na medida em que esta é um espaço para poucos lucrarem à custa da desigualdade e miséria de milhões, sabendo que os mais abastados se apropriam das terras mais caras, bem localizadas e dotadas de infraestrutura. A vida na cidade se torna uma mercadoria, segundo Maricato (2014, p.75) “ela é um produto ou,

em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitalistas que embolsam, com sua produção e exploração, lucros e rendas”. E é desta falta de políticas de habitação, transporte e mobilidade urbana que resulta um elevado preço da terra; estas mais bem localizadas são apropriadas pela especulação imobiliária, com isso os trabalhadores mais pobres são expulsos para periferia. Infelizmente, a maioria dos municípios brasileiros ainda segue essa lógica, isso tem sido para Bofim (2016), um obstáculo na consolidação de políticas públicas desse importante instrumento urbanístico voltado a proteger a população de baixa renda.

É na cidade que o lucro é máximo e o valor do financiamento e as dimensões são estabelecidos pelo governo, quando se trata de moradia para baixa renda, a busca do lucro é na obtenção de terrenos em áreas periféricas, desprovida de transporte e emprego. E é contra a esta lógica que a população segue em manifestações em oposição ao sistema vigente exigindo uma tarifa zero e uma política de transporte público gratuito e em boas condições; é esta luta democrática que visa fazer com que os aparelhos de estados se transformem em um agente de igualdade social.

2.2 ANTECEDENTES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

As manifestações de junho de 2013 não foram atos que surgiram do vazio ou sem razão alguma, estas ocorreram em consequência de vários fatores acumulados pelo tempo. Em seu artigo “As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo”, Marilena Chaui (2013, p.1) aponta vários motivos dessas revoltas:

“ [...] de onde vieram e por que vieram se os grandes problemas que sempre atormentaram o país (desemprego, inflação, violência urbana e no campo) estão com soluções bem encaminhadas e reina a estabilidade política? [...] a situação da vida urbana nas grandes metrópoles brasileiras.

Quais os traços mais marcantes da cidade de São Paulo nos últimos anos e que, sob certos aspectos, podem ser generalizados para as demais? Resumidamente, podemos dizer que são os seguintes:

- explosão do uso do automóvel individual: a mobilidade urbana se tornou quase impossível [...];
- explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e shopping centers, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável além de não contar com uma redes de água, eletricidade e esgoto [...];

- aumento da exclusão social e da desigualdade com a expulsão dos moradores das regiões favorecidas pelas grandes especulações imobiliárias e o consequente aumento das periferias carentes [...]: degradação da vida cotidiana das camadas mais pobres da cidade;
- o transporte coletivo indecente, indigno e mortífero. [...].”.

Indo ao encontro do pensamento de Chauí (2013), Ricardo Antunes (2013) aponta que o excessivo incentivo à produção e venda de automóveis particulares, diminuindo a tributação sobre essa indústria, resultou na profusão destes. Além disso, o autor comenta que não houve uma política de transporte coletivo séria, na qual está cada vez mais entregue a iniciativa privada, que obtém lucros exorbitantes com o sistema de transporte precário e superlotado.

Para Antunes (2013) um dos primeiros fatores motivadores dos atos de 2013 foi um projeto que vem sendo desenvolvido no país desde os anos de 1990, com início no governo de FHC até, apesar das mudanças, o mandato de Dilma; este é “voltado ao desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado”, da qual se fortalece a privatização, superávit primário e a desregulamentação dos capitais. Desta forma, é garantido, com prioridade, o interesse do capital, tendo como consequência: “um profundo mal-estar social”, Antunes (2013); à mercê disso a população não aguenta mais a privatização do transporte, um sistema de saúde precário e a degradação da educação pública. Para Antunes (2013) a sociedade estava chegando a seu ponto de saturação e paciência, resultado da mercadorização, sistema tipicamente neoliberal. E preciso ressaltar que, desde então, com o recrudescimento da crise econômica e suas nefastas consequências como o desemprego em massa, os ânimos da população arrefeceram e o modelo econômico neoliberal foi imposto pelas classes dominantes às populações de baixa renda que sucumbiu a esta situação sem grandes alardes. Quanto à conscientização política da sociedade à época, deduzia-se que havia uma mudança significativa acontecendo naquele determinado momento; algo que infelizmente não se confirmou com o apoio de grande parte da sociedade ao golpe de Dilma Rousseff.

Na esfera política pode-se dizer que os antecedentes das manifestações de 2013 foram os 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT); para Marques e Andrade (2015) a eleição de Lula à presidência constituiu um marco na história política brasileira, era a primeira vez que um líder sindical e apoiado por um partido nascido das lutas dos movimentos sociais foi eleito. Com um discurso de “Mudanças!” o novo presidente acendia uma esperança na juventude e nos setores progressistas que até então não existia.

Sobre a economia do governo Lula e do ponto de vista da política macroeconômica, este não alterou de modo significativo em relação ao governo de FHC, realizava superávit primário para controlar a expansão da dívida pública, cumprir as metas de inflação e garantir um regime de câmbio flutuante. Antes da crise de 2008, o superávit fiscal foi, em média, 3,41% do PIB; já em relação à inflação, está sempre ficou abaixo do limite superior da meta; e para o câmbio, manteve-se bastante admirado, com a exceção de 2008, quando registrou-se uma desvalorização de 22,7% em função da saída de capital devido à crise nos Estados Unidos.

Segundo Marques e Andrade (2015), o desempenho do PIB melhorou nos dois mandatos de Lula, uma média de 3,5% no 1º governo e 4,6% no segundo; estando superior dos 2,5% e 2,1% no período do FHC. Além disso, o desemprego caiu de 10,5% para 5,3%, houve um aumento do rendimento médio real da população ocupada e a participação do trabalho formal no total dos ocupados com 16 anos ou mais subiu de 44,6% para 51,3%. O crescimento econômico foi sustentado particularmente pela expansão do consumo final e pelas exportações, a formulação bruta do capital registrou um resultado desprezível e preocupante, já que a contribuição média ao crescimento do PIB nesse período foi de -0,06% e sua variação real média de 0,041%, entretanto, foi ampliado sua participação no PIB de 16,2% para 20,2%. Nos setores de atividade agropecuário e industrial, o desempenho foi semelhante, 3,451% e 3,454, respectivamente. No mandato de Lula também houve um importante destino do investimento estrangeiro direto, depois de uma redução no primeiro ano, os capitais voltaram a afluir, destacando-se o aumento dos empréstimos intercompanhias.

Com a crise de 2008 e 2009 a economia brasileira afetou-se, basicamente, de três formas, segundo Marques e Andrade (2015, p.4):

“a) forte queda dos preços das commodities; b) retração da demanda internacional; e c) redução expressiva da entrada de capitais estrangeiros. Internamente, rapidamente o crédito se contraiu, o ritmo da produção se reduziu, o desemprego aumentou e a demanda interna caiu. Como resposta, o governo adotou uma série de medidas anticíclicas, tais como: a) estímulo ao crédito bancário; b) reestruturação bancária a fim de se precaver contra a insolvência de alguns bancos mais frágeis ou menores; c) estímulo à demanda através da renúncia fiscal e mudança no imposto de renda para pessoas físicas; e d) apoio aos desempregados, mediante ampliação do seguro desemprego.”

Mesmo com a crise, o PIB se retraiu 0,2%, com queda da produção industrial e da agropecuária; as exportações se reduziram em 9,1% e a formação bruta do capital em 22,01%;

as consequências só não foram piores, pois a economia brasileira se recuperou a partir do segundo semestre, quando as commodities voltaram com a sua movimentação ascendente e quando as estimativas da recessão norte-americana demonstraram que não seria tão grave. Mas, para Marques e Andrade (2015), a retomada a partir de fatores externos reforçou a ideia de que a economia brasileira não consegue se manter autônoma.

Para os autores são algumas medidas tomada pelo governo Lula que devem ser destacadas, pois estas mantêm continuidade no governo Dilma; a primeira tinha como objetivo garantir e/ou expandir o crédito, o resultado foi aumentar a participação do setor estatal no total do sistema financeiro. Marques e Andrade (2015), “entre os créditos direcionados, o BNDES aumentou o crédito concedido em 35,3% em 2009, o que significou 61,6% do total do crédito direcionado realizado no ano, representando 9% do PIB”. Outras medidas tinham como objetivo manter o consumo e auxiliar na manutenção do nível de atividade industrial, principalmente de veículos e eletrodoméstico, o uso da renúncia fiscal no imposto sobre o produto industrializado foi um destaque. Em consequência desta política, o consumo se expandiu em 2009, quando todos os demais componentes da demanda se retrocedem, a indústria de veículos praticamente compensou a perda das exportações com a ampliação do mercado interno.

As políticas que mais se destacaram, em relação à renda, nos mandatos de Lula foram a da valorização do salário mínimo e a criação do Programa Bolsa Família; a primeira, com o auxílio das Centrais Sindicais que, em 2004, com protestos pressionando os poderes Executivos e Legislativo a apoarem essa política, resultou no salário mínimo aumentado em 54%; afetando positivamente 47 milhões de pessoas, entre trabalhadores e aposentados. A segunda foi uma política de transferência de renda para as famílias pobres e muito pobres, totalizando 12,8 milhões de famílias beneficiadas, correspondendo a 19,6% de todas as famílias brasileiras; para pertencer a essa política pública exigia-se uma frequência escolar e acompanhamentos específicos na área da saúde para as famílias com filhos de até 15 anos, as mais carentes não necessitavam de condicionalidade. Esse programa ocasionou um grande impacto nas vidas dessas famílias de classe baixa, devido a seu efeito de multiplicador de renda e envolvendo poucos recursos, menos de 0,5% do PIB.

Já no governo Dilma, em seu primeiro mandato, a economia brasileira cresceu pouco, dos setores de atividade, a indústria foi a que apresentou pior desempenho, o consumo das famílias se ampliou apenas 0,9% e o do governo em 1,1%. Todavia, a taxa de desemprego caiu de 5,3% (no final do governo Lula) para 4,3% e o rendimento médio real do ocupado aumentou de 2,7%, em relação a 2013, acumulando um ganho de 33,1% em relação a 2003.

O resultado primário do setor público, segundo Marques e Andrade (2015), foi progressivamente caindo, apesar de acusar um aumento no primeiro ano; a taxa básica de juros (Selic) teve um aumento nos primeiros meses, mas reduziu-se a 7,14% em outubro de 2012, permanecendo em torno disso até maio de 2013, quando voltou a subir. O real frente ao dólar acumulou uma desvalorização de 60,88%; Dilma promoveu uma depreciação substantiva do Real, mesmo assim, segundo Bresser Pereira (2014), esta desvalorização foi insuficiente para conceder competitividade à indústria com vocação para a exportação. Embora, a entrada de capital, como forma de investimento estrangeiro, no primeiro ano de presidência da Dilma registrou-se um aumento de 37,5% em relação aos anos anteriores, nos anos seguintes, o volume de capitais cairá de forma leve, mantendo-se o Brasil como um dos países preferidos do destino de investimentos direto estrangeiros.

A presidente iniciou o seu mandato já com uma preocupação com as consequências do agravamento da economia mundial poderia ter sobre o país, para Marques e Andrade (2015), esse pode ser um dos motivos das suas políticas econômicas divergir das de Lula; uma com o afrouxamento com relação ao tripé concertado em 1998 com o FMI e a outra com a ampliação máxima das políticas de sustentação do consumo. Já em relação aos juros, Dilma além de promover uma redução substantiva na Selic, esforçou-se em reduzir a taxa de juros praticada pelos bancos; o resultado foi que em julho de 2013, o segmento público era responsável por 30% dos empréstimos para as pessoas físicas e 47,7% para as jurídicas. No setor imobiliário, principalmente com a expansão do programa Minha Casa Minha Vida, houve uma forte expansão dos créditos concedidos pela Caixa Econômica Federal, mas mantendo constante a presença dos bancos privados no setor. Segundo Marques e Andrade (2015, p.7):

“Para fazer frente ao impacto que a desvalorização do real poderia ter sobre a inflação, Dilma manteve estrito controle sobre o preço da gasolina e dos serviços públicos, bem como reduziu os impostos de vários produtos, principalmente daqueles que compõem a Cesta Básica dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, para tornar os produtos brasileiros mais “competitivos”, dado o fim do ciclo de expansão das *commodities* e a dificuldade de colocação no mercado internacional dos demais produtos, promoveu uma desoneração fiscal sem paralelo, principalmente das contribuições que financiam parte importante das políticas sociais, o que, junto com outras medidas, teve graves consequências nas finanças públicas (MARQUES; MENDES, 2013). Num quadro de fraco crescimento econômico, o resultado primário do setor público, durante os três últimos anos do primeiro mandato de Dilma, apenas diminuiu, registrando déficit em 2014 de 0,59% do PIB.”.

Apesar da delicada situação econômica vivida pelo país em 2013, segundo Marques e Andrade (2015), o antipetismo de uma parcela da população brasileira foi um dos fatores que contribuíram para a ampliação das manifestações de 2013. Segundo Guerra (2017), a aversão ao PT inicia-se com a forma de governo do ex-presidente Lula, com um modelo de políticas sociais, que visava diminuir o abismo social, através da redistribuição da riqueza. Segundo o autor, com a ascensão das camadas mais pobres da sociedade, a classe média tradicional se opõe a este modelo de política; da qual os espaços sociais frequentados por estas estão sendo invadidos pela nova classe média trabalhadora. Isso resulta em uma maior polarização política, dado que enquanto o pobre ganha mais espaço, o rico toma uma maior antipatia pelo governo que proveu essa ascensão de classes.

Para Guerra (2017) essas conquistas sociais revoltaram o conservadorismo e abalaram o sentimento de domínio da classe média tradicional, desta forma esta começa a desmerecer o representante político da classe trabalhadora. O auxílio ilimitado dos principais meios de comunicação ajudou a propagar o ódio contra o PT, e, principalmente, o ódio de classes, principal incentivador do preconceito enraizado na sociedade brasileira. André Singer (2012, p. 6) aborda sobre isso:

“Esta parcela está mobilizada por um sentimento de rejeição às políticas sociais que permitiram a mudança no padrão de vida dos setores de baixa e baixíssima renda. Tem um aspecto material nisso porque você pode perceber desde a redução na oferta de mão de obra para trabalho doméstico até a maior presença de pessoas que antes tinham baixa renda em lugares como aeroportos, que antes eram exclusivos dessa classe média tradicional. Isso tem um efeito real na vida deste setor. Por outro lado, parte destes programas sociais foi feita com dinheiro dos impostos. Como o imposto é pago em parte pela classe média, o raciocínio é de que este recurso tem saído do bolso das pessoas que não têm gostado de ver este movimento de chegada de mais gente nos seus espaços. Parece ser algo como uma espécie de crença de que é normal que haja privilégios”.

André Catto (2017, p. 9) traça um perfil dos antipetistas, o autor chama este de “cidadão do bem”. Esses são os sujeitos que formam um modelo de “uma pessoa bem sucedida, que paga as suas contas em dia e hoje se mostra indignada com a corrupção. Mas este nem sempre é um modelo ideal”. Para o autor são esses indivíduos que disseminam o ódio e a intolerância político-social. Desta forma, a conjuntura econômica do país na época, assim como os 12 anos de governos petistas, foram fortes fatores motivadores para que as manifestações de

2013 tomassem a amplitude da qual se resultou, que incluiu segmentos de população que até então nunca tinham tomado às ruas. Entretanto, estas questões só foram aparecer no quinto dia de ato, dia 17 de junho, isso se deu, segundo Marques e Andrade (2015), com a presença marcante da classe contra o governo federal de 2013.

Além do antipetismo, Ruy Braga (2013) menciona como um fator econômico para a jornada de 2013 a crise internacional, bem como suas implicações sobre o atual regime de acumulação brasileiro em termos de desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Um outro fator foi o cansaço do atual modelo de desenvolvimento apoiado sobre o consumo degradante da força de trabalho barata para gerar empregos e distribuir rendas. Sobre isso Braga (2013, p. 43) comenta:

“[...] A aceleração do ritmo de crescimento da economia na última década puxada pela elevação no preço das commodities brasileiras coroou a combinação entre o aumento dos gastos sociais e a ampliação da cobertura da proteção trabalhista.

No entanto, tendências críticas subterrâneas ao atual regime hegemônico vieram lentamente à tona. Afinal, além dos avanços da formalização, do mercado de trabalho aquecido e dos ganhos reais do salário mínimo, o atual modelo de desenvolvimento também se apoiou sobre o aumento do número de acidentes de trabalho, a intensificação do ritmo da rotatividade do trabalho, a elevação da taxa de terceirização da força de trabalho, o aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho, além do declínio relativo dos investimentos em transporte público, saúde e educação.”.

Com a crise internacional e a desaceleração da economia brasileira, o problema do desemprego também contribuiu para a ampliação das manifestações em seus últimos dias; entretanto, em seu artigo Evolução do Desemprego no Brasil no período 2003-2013, Silva e Pires (2014) mostram que o desemprego no país decaia desde 2003. Para os autores este período de 2003 a 2013 foi marcado por mudanças profundas no mercado brasileiro, sendo umas das mais importantes o fato da taxa de desemprego ter passado de 12,3% para 5,4% nas principais regiões metropolitanas do país; para tal avaliação foi utilizado às análises da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE).

Segundo Silva e Pires (2014), um dos fatores que explica a diminuição do desemprego nas regiões metropolitanas na PME são as melhorias do capital humano, que é expressa pela maior experiência da população, assim como o aumento dos grupos que concluem os níveis médios e superiores da População Economicamente Ativa (PEA). Utilizando da base de dados da PME, verificou-se que o comportamento da taxa de desemprego no Brasil apresenta tendências de

declínio, embora esta fosse interrompida nos períodos de dezembro de 2003 a maio de 2004, maio de 2006 a abril de 2007 e março de 2009 a novembro de 2009. Segundo o gráfico¹ abaixo:

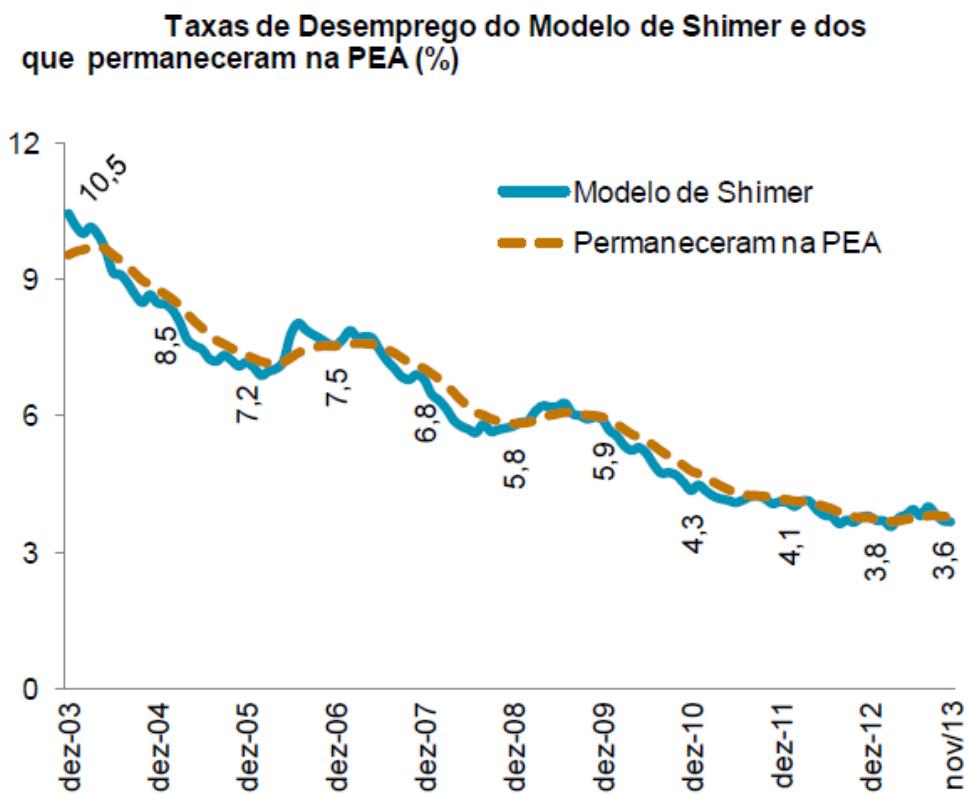


Gráfico 2 - Taxas de Desemprego. Fonte: Fábio José Ferreira da Silva e Leandro Siani Pires, Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013.

Desta forma percebe-se um elemento contraditório dos últimos dias das manifestações, da qual tem de um lado uma parcela da população reivindicando o desemprego e da outra uma análise mostrando a queda dele. Para Silva e Pires (2014), o período de 2003 a 2013 representou para o Brasil uma redução profunda da taxa de desemprego, finalizando, em dezembro de 2013, com a menor média anual histórica do indicador; também deve ser levado em conta que a situação brasileira foi contrária da degradação vista pela maioria dos países sob os reflexos da

¹ A metodologia, que consta em Shimer (2012), parte do pressuposto que os trabalhadores não entram nem saem da PEA, mas apenas transitam entre ocupados e desocupados. Desta forma, a probabilidade de se encontrar trabalho pode ser expressa como uma função do número de desempregados no início do período, o número de desempregados no final do período e o número de desempregados que estavam ocupados em algum momento no período (que são os indivíduos desempregados até 1 mês). A probabilidade de desligamento do trabalho é dada pelas mesmas informações além do número de ocupados no início do período.

crise financeira. Outro fator que contribuiu para esses atos foi o descontentamento com o fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo de Futebol e ter que investir muitos recursos na produção de uma infraestrutura que não era de extrema necessidade (estádios, aeroportos).

Segundo Omena (2015), estudos indicam que eventos como os megaeventos esportivos são capazes de consolidar reconfigurações urbanas de caráter neoliberal, baseadas no empreendedorismo urbano e nos instrumentos para a mercantilização e privatização do espaço público e resultando em atender as necessidades e interesses de grupos específicos. Seguindo a mesma lógica, para Junior (2015, p.22), há uma relação de ascensão do neoliberalismo nos países centrais e o surgimento de um novo padrão de governabilidade, caracterizado no empreendedorismo urbano. Segundo o autor:

“[...] Assim, juntamente com a difusão dos princípios neoliberais, estar-se-ia assistindo a uma “reorientação das posturas das governanças urbanas [...] nos países capitalistas avançados”, onde “a abordagem ‘administrativa’ tão característica da década de 1960”, estaria sendo substituída por “formas de ação iniciadoras e ‘empreendedoras’ nas décadas de 1970 e 1980.” (HARVEY, 2005, p. 167). De fato, o autor se refere a um padrão de governança que está intimamente associado a adoção dos princípios do neoliberalismo³ no âmbito dos governos locais. Por esta razão, este padrão será aqui denominado de governança empreendedorista neoliberal.”.

Desta forma, segundo Junior (2015), as governabilidades das cidades brasileiras estão se assemelhando, cada vez mais, a governanças das empresas privadas, resultando em um governo empreendedorista, corporativista empresarial, ou um governo neoliberal. Nesse sentido, as políticas públicas de infraestrutura se dariam em sua maior parte nas regiões com maior capacidade de atrair investidores e, consequentemente, aumento o nível de desigualdade.

Para Junior (2015, p. 28), o discurso do governo para torna os megaeventos legitimo é:

“De uma forma geral, o projeto urbano de renovação e reestruturação das cidades-sede parecem apontar para três direções não excludentes entre si: (i) no fortalecimento de centralidades já existentes das cidades (em geral nas áreas habitadas pelas elites econômicas dos municípios considerados); (ii) na renovação ou revitalização de centralidades decadentes no interior das cidades-sede; e (iii) na criação de novas centralidades, através de grandes investimentos em áreas específicas das cidades-sede.”.

Além da nova forma de governabilidade, Junior (2015) comenta que as intervenções para esses eventos no Brasil promoveram um processo de destruição/criação, do qual são destruídos os espaços urbanos histórico-social para serem construídas novas instituições que facilite o lucro das grandes empresas neoliberais. Entretanto, para o autor, essa forma foi de encontro com diversos conflitos, tanto no campo institucional, jurídico, político, econômico quanto o social:

“Uma das principais barreiras à renovação urbana e à elitização de certas áreas da cidade é a presença de classes populares nesses espaços. Nesse contexto, emergiram conflitos de duas ordens, envolvendo (i) a apropriação dos espaços das cidades e a definição das áreas que seriam removidas, transformadas e reconvertidas no seu uso; e (ii) os discursos de legitimação/deslegitimação das práticas dos agentes envolvidos nesse processo. Nesse caso, o conflito central ocorreu em torno do discurso dos supostos legados dos megaeventos esportivos – Copa do Mundo e Olimpíadas – *versus* o discurso em torno das violações dos direitos humanos associados às intervenções realizadas.” Junior (2015, p. 33)

Desta parceria público-privado, para Junior e Lima (2015), surgiu à característica mais marcante deste modelo do qual há uma transferência das decisões de recursos para o mercado, resultando em mercadoria os serviços que eram considerados públicos. Segundo os autores:

“Na essência, a superação da separação entre as esferas público e privada proposta por este tipo de parceria representa uma relação direta, sem mediações, entre empresários e o poder público (VAINER, 2013). Então, os equipamentos e serviços gestados sobre a forma de parcerias público-privadas passam a funcionar sob a lógica empresarial, tendo o mercado como regulador social e o lucro como objetivo final, não o bem-estar dos cidadãos.” Junior e Lima (2015, p. 74)

Assim, esse modelo executa suas escolhas de espaços de investimentos de forma seletiva, da qual são capazes de atrair o capital privado e proporcionar a rentabilidade desejada. Mas, dessa forma aumenta, ainda mais, os índices de desigualdade brasileira, que por sua vez estão ligadas as remoções de famílias pobres no processo de implementações das obras da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Segundo Omena (2015), em média, mais de 200 mil pessoas foram removidas ou estavam sobre ameaça de remoção em função da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016; além dos deslocamentos forçados da população mais pobre há processos para a elitização e

privatização de estádios e equipamentos coletivos, a proibição dos vendedores ambulantes, condições precárias nas obras, entre outros. Para Gaffney (2015), os estádios ultramodernos, midiático, tecnologicamente sofisticado, excludente, bancados com dinheiro público para dar lucro às empresas privadas mostra como o poder público atende aos interesses privados, deixando de lado a população em geral.

No campo da mobilidade Omena (2015) diz que as intervenções para as 12 cidades sedes se concentraram em pontuais aperfeiçoamentos do sistema viário, o objetivo era fortalecer as conexões entre os aeroportos e redes de hotelarias e locais de competições. Segundo o autor, não havia evidências que essas ações fossem atender as demandas mais necessitadas, ou seja, as que fazem movimentos pendulares intermunicipais e prioridade de transporte público de alta capacidade. Desta forma tais intervenções tenderam para a valorização imobiliária e a realocação da população de baixa renda para áreas mais periféricas.

Desta forma, através da Copa das Confederações parte da população brasileira percebeu que no país existiam estádios de primeiro mundo, em contra partida, entorno destes a maior parte da sociedade era excluída. Segundo Antunes (2013) “a população percebeu que há uma simbiose complexa entre a FIFA, interesses transnacionais e governo”, a parte que mais afetada com isto foi a população de baixa renda; excluídas dos jogos e vendo que os recursos que faltavam no transporte público, educação e saúde foram para os estádios de futebol “padrão FIFA”, resultando em manifestações a cada jogo da Copa das Confederações.

Para Antunes (2013) compreender as manifestações de 2013:

“Para entendermos as rebeliões é preciso, então, compreender um conjunto de elementos ou “curvas” na história recente do Brasil. Curvas com origens e direções distintas, mas que em um determinado momento encontraram um ponto de intersecção explosivo: junho de 2013. Paralelamente às manifestações no exterior, no Brasil elas ocorreram em um momento marcado, como vimos, por uma conjuntura muito particular: a Copa das Confederações tornou-se a Copa das Rebeliões.

A população se deu conta de que estádios de primeiro mundo existem e foram eficientemente viabilizados por imposição da FIFA e dos grandes interesses de empresas transnacionais do esporte. Quem assistiu aos jogos da Copa pela televisão teve a impressão de que estavam sendo transmitidos de algum estádio suíço ou da Suécia. O perfil do público que assistiu aos jogos era o de uma elite branca.

Finalmente — e após momentos importantes como a rebelião de Jirau, com as greves dos projetos do PAC, muitas greves dos estádios para a Copa, e outras manifestações — as referidas curvas se encontraram, resultando em um momento de ebulação que se expressou inicialmente, por meio de uma reivindicação muito precisa, a da luta contra

o reajuste das tarifas, mas que a partir de então levou à eclosão dos demais levantes populares pelo país.”.

Percebe-se que apesar da parcela elitizada da população ter se revoltado contra a Copa e o “Padrão FIFA”, essa, contraditoriamente, também foi a mesma que se vestiu de verde e amarelo para assistir aos jogos, torcer pelo time brasileiro e vaiar veemente a presidente Dilma. Isso é um exemplo do “cidadão do bem” conforme cita Catto (2017), pois estas são as mesmas pessoas que se indignaram com a corrupção, mas paradoxalmente não renunciaram aos seus privilégios quanto classe dominante.

3 LIDERANÇAS

Nos primeiros dias de manifestações notam-se que os integrantes formavam três grupos prioritariamente: os partidos de esquerda, Movimento Passe Livre e Movimento Estudantil. Estas foram as categorias que organizaram os pontos de encontros, trajetos e saídas.

3.1 O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Um dos grupos que mais se destacaram nas manifestações de 2013 foram: a União Nacional dos Estudantes (UNE); e os estudantes em geral. Vendo de um ponto de vista histórico os estudantes brasileiros sempre foram para as ruas protestar pelos seus direitos, segundo Poerner (1995) “Desde o trote dos calouros, em março, às provas finais, em dezembro, com uma leve trégua provocada pelas férias de julho, os estudantes brasileiros sempre protestaram.”. Essa característica, segundo o autor, estudantil não é uma característica unicamente brasileira, este modelo de estudantes mais maduros e politizados se encontra em muitos países da América Latina; isso ocorre devido à maneira que esses países foram conduzidos no passado, de uma revolta contra o modo pelo qual os mesmos estão sendo governados no presente e de uma intensa disposição para alterar a forma de governo no futuro.

Olhando o caso brasileiro, a rebelião da juventude demonstra um cunho social, até mesmo nos aspectos mais exteriores e superficiais como, por exemplo, o vestuário; não se trata de um simples conflito de gerações; esse processo tem suas origens na adolescência, com o início da desmistificação dos pais. Em sua obra, “O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros”, Poerner (1995) explica que essa desilusão com as figuras paternas se dá na medida em que o jovem cria uma antítese com essas figuras, e possuindo como “verdade” aquilo que ele não quer para a sua vida. O jovem, que está em um momento que não sabe ao certo o que quer, possui, segundo o autor, uma única certeza a de não querer ser como seus pais, os ditos “coxinhas²” que tem como Deus o dinheiro, o diabo o comunismo e como bíblia a revista Veja. Esses conflitos de gerações, que existem pelo mundo, aqui no Brasil deixam de ser um simples confronto entre o “novo e o velho” para tornar-se uma rebelião social da juventude; isso se tornou uma tradição em nosso país, a participação dos estudantes na vida

² Coxinha é um termo pejorativo brasileiro, usado como gíria, e que serve para descrever uma pessoa "certinha", "arrumadinha". A gíria tem origem paulistana, todavia não identificada completamente. É alguém conhecido por ostentar um padrão de vida de custo elevado, e posturas políticas conservadoras.

pública; é devido a essa característica que o movimento estudantil se tornou um medidor da vida política do país.

O movimento estudantil brasileiro, para Poerner (1995), é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião juvenil assumiu no Brasil tal como conhecemos hoje, esse movimento surgiu a partir da criação da UNE, em 1937; todavia, isso não significa que antes do surgimento dessa não houvesse uma participação política dos estudantes. Desde o Brasil colonial as manifestações estudantis sempre tiveram um caráter de indignação da classe média urbana; para o autor, as motivações são as mais diversas, mas há um elo em comum: as superações das formas sociais nas diversas épocas; seja na colônia, regência, império, escravidão e entre outras.

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre no período colonial, em 1710, quando houve a invasão de soldados franceses no Rio de Janeiro. De acordo com Poerner (1995, p. 44 e 45):

“[...] Depois de conseguir penetrar na cidade, aparentemente desguarnecida e deserta, a expedição estrangeira sofreu sua primeira decepção quando, à altura da Rua Direita,” uma alta gritaria de cólera e incitamento ao combate ao combate atrouou aos ares”. O que se seguiu, segundo a descrição de Bilac, foi mais ou menos o seguinte: “... viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que os esperava a pé firma. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo do Rosário cercando o governador (Francisco de Castro Moraes), que hesitava e vacilava, sem se resolver a cortar o passo aos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunidos à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Ducler desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda. Por isso mesmo apressaram o ataque, que se fez a arma branca, com uma bravura a que os impelia o desespero. Os franceses mal puderam resistir ao primeiro choque” (Olavo Bilac, *Contos Pátrios*, págs. 117 a 125, Rio de Janeiro, 1912).”

Nota-se um importante papel dos estudantes nas revoltas ou manifestações brasileiras, o papel precursor que estes desempenharam como fontes revolucionárias de inspiração e esclarecimento, se assemelha, desse ponto de vista, com as manifestações estudantis atuais. Dado que os estudantes naquela época atuavam isolados, ou no máximo, na Universidade de Coimbra, não havendo a intensidade e a organização que os estudantes adquiriram no século XX. O sentido da emancipação nacional com a participação estudantil era menos complexo, na

mesma proporção que o contexto colonialista da época é simples se compararmos com a heterogênea atual.

Mesmo que nem sempre haja registros na atuação em si dos estudantes, é notável a participação no plano das ideias antes da independência; foram estes que trouxeram e realizaram as ideias revolucionárias da Europa.

Na época Imperial a abolição da escravatura e a República foram as duas principais causas de lutas dos estudantes brasileiros, mas houve um movimento de massa que estava inserido nessas duas temáticas, dos quais estes participaram ativamente. Este foi o aumento do vintém no preço das passagens dos bondes que resultou em uma maior atuação da população, iniciando a Revolta do Vintém³, esta foi uma série de manifestações que ocorreram entre 28 de dezembro de 1879 a 4 de janeiro de 1880 contra o aumento das passagens de bonde no Rio de Janeiro. O imposto era uma forma de tentar conter o déficit da coroa e consistia na cobrança de um vintém (ou 20 reis) sobre o valor dos bilhetes do transporte público

Houve um grande entusiasmo, por parte dos estudantes com a mesma, a maneira espontânea como ela ocorreu e consequentemente houve um sufocamento dessa manifestação e a ocupação militar no Rio de Janeiro.

Já na Primeira República há uma dormência na juventude brasileira com a Abolição dos Escravos e a Proclamação da República, a relativa estagnação política por parte desses estudantes, como em todas as ocasiões em que se suas exigências atendidas. Entretanto, Poerner (1995) relata que há autores que sustentam outra razão para o declínio, um desses fatores está na integração do universitário à sociedade, a eficiência e dinâmica do legislativo no Governo Provisório, em comparação à apatia do parlamento imperial, ou seja, não havia motivos, naquele momento, para as lutas estudantis. Pode-se dizer que a guerra contra Canudos foi, praticamente, o último ato da participação política da juventude brasileira no século XIX; essa manifestação tomou forma de documento escrito e dirigido à nação pelos acadêmicos de Direito da Bahia.

³ A Revolta do Vintém foi um protesto ocorrido entre 28 de dezembro de 1879 a 4 de janeiro de 1880, nas ruas do Rio de Janeiro, capital do império brasileiro, contra a criação de um tributo de vinte réis, ou seja, um vintém, sobre as passagens dos bondes e trens, instituída pelo ministro da fazenda do Gabinete Sinimbu, Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto (Lei do Orçamento, 31/10/1879). Aos gritos de "Fora o vintém" a população espancou os condutores, esfaqueou os burros, virou os bondes e arrancou os trilhos ao longo da Rua Uruguaiana. O valor aproximado em reais, seria de menos de vinte centavos na moeda que atualmente vigora no país, o que na época poderia render em torno de 139 gramas de açúcar e 29 gramas de banha, pouco significativo, mas relevante quando considerado que os usuários desse serviço público eram de baixa renda.

A falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de plataformas de lutas que a motivassem tornaram dispersas e caóticas a atuação política dos universitários brasileiros durante a Primeira República, já superada a “tranquilidade” inicial. Considerando as tradicionais lutas estudantis, registram-se manifestações contra a Light, dado o seu poderio e as péssimas qualidades dos serviços públicos, por ela prestados; segundo Poerner (1995), da rebelião dos cadetes da Praia vermelha e a exigência da vacina, a atuação dos estudantes recaiu em uma fase de rotina.

Já na Segunda República, o Movimento Constitucionalista de São Paulo acentuou a dissociação operário-estudantil, quando das greves dos trabalhadores, os estudantes não se sensibilizaram e os trabalhadores, por sua vez, não participaram do Movimento Constitucionalista. Todavia, os estudantes brasileiros não se preocuparam com a imagem reacionária que tal movimento estava tomando, mas, Poerner (1995) menciona que esses estudantes não pressentiram a carga de ressentimentos oligárquicos escondidos sob a capa das inquietações paulistanas. Prova da participação estudantil foi o telegrama que os estudantes enviaram ao presidente Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Filho (1932), apud Poerner (1995, p. 112)

“[...] “ Revoltados pela inominável cenas de selvagerias praticadas nesta capital por assalariados capangas intitulados membros da Legião Revolucionária que com armas – *parabellum* – e cassetetes investem impunemente contra a população nas principais ruas da cidades a consenso tático dos responsáveis pela segurança pública, que se mantêm em criminosa inação, resultando sangrentos conflitos para os quais a população ordeira é arrastada em legítima defesa, todos os estudantes protestam unanimemente os mais veementes protestos, pedindo imediatas e energéticas providencias. [...]” (Paulo Nogueira Filho, obra citada, pág. 197).”

O mesmo autor comenta que os estudantes possuem outras provas do heroísmo com que participavam dos conflitos, e foi com esse valor que na investida contra a sede do Partido Popular Paulista, que era, conforme Poerner (1995), o “rótulo recente da *Legião Revolucionária*, considerada a máquina extremista opressora de São Paulo”, ocorreu às mortes de quatro estudantes: Euclides Miragaia, Mário Martins de Almeida, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo Andrade. A morte desses estudantes é o símbolo mais autêntico da participação política estudantil.

Em 1934 houve uma conclusão que os estudantes careciam de um instrumento organizacional e que este não podia vir marcado pela regionalidade, nem pela transitoriedade e

pela especificidade Conscientizando-se que precisava haver uma organização de caráter permanente e nacional para as participações políticas do país, o instrumento ideal de caráter amplo e nacional nasceu no final da Segunda República, em 11 de agosto de 1937, na Escola de Belas Artes, Rio de Janeiro, o 1º Conselho Nacional de Estudantes. Dois dias depois na Casa do Estudante do Brasil surgi a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade simpática ao poder público.

Após a sua criação, a UNE fez uma intensa campanha contra o Eixo e a derrota do nazi-fascismo internacional, assim como pela democratização nacional; as manifestações propostas por estas se intensificou com o pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, em 11 de junho de 1942. Em seu discurso este insinuava uma posição brasileira a favor do Eixo, aceitando a chamada “teoria do espaço vital”; a repercussão foi imediata, do qual o chanceler se proferiu a favor dos Aliados, houve também um posicionamento dos estudantes a favor do chanceler. Esse episódio resultou na busca estudantil de redações dos maiores jornais do país para expressar solidariedade à causa dos Aliados, os estudantes também decidiram preparar uma série de atos contra essa onda nazi-fascista. Para Poerner (1995), foram os estudantes que assumiram, publicamente, a posição vanguardista das manifestações de rua e dos movimentos de massa anti Eixo.

A partir do Golpe Civil-Militar de abril de 1964 os estudantes brasileiros, assim como a UNE passaram a sofrer uma forte repressão à liberdade; esses sofreram à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, agora ser estudante é ser “subversivo”. No período da ditadura o pensamento vigente dos estudantes e universitários se “solucionava” com o tratamento de choque, tratava-se, como menciona Poerner (1995), de um ritual da Inquisição fazendo de tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdade; intervir politicamente nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembleia estudantil; acabar com a UNE; e entre outras repressões vinda do governo. Dessas medidas coercivas foram institucionalizadas com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, a Lei Suplicy de Lacerda. Esta teve como caráter a extinção do movimento estudantil, visando destruir a autonomia e representatividade dos estudantes; entretanto está lei fez surgir uma chama de rebelião estudantil.

Com um tema libertário democrático para a barbárie que ocorria no país, o ano de 1966 foi um importante marco na história do movimento estudantil, segundo Poerner (1995), pois a forma totalitária do governo brasileiro evoluiu para a denúncia de seu conteúdo antinacional, “fruto da própria dependência burguesa e do latifúndio a sistema econômico norte americano”. Concomitantemente as lideranças estudantis se aprofundavam em suas reivindicações; essas

mobilizações partiram de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde uma passeata foi brutalmente reprimida, chegando ao ponto da polícia violar igrejas católicas para agredir estudantes que estavam refugiados nesses locais; tais atos reanimaram a oposição na medida em que ampliava os movimentos estudantis. Esses protestos em Minas Gerais, as greves de São Paulo e do Rio de Janeiro, as suspensões das aulas na Faculdade Nacional de Direito e as prisões estudantis eram a fase inicial do mês setembro mais agitado da história estudantil. Entretanto as lideranças estudantis não souberam organizar um recuo para a acumulação de forças, resultando num caráter não mais nacional.

Mesmo com a suposta “proposta democráticas” houve uma rebelião dos jovens brasileiros no governo de Costa e Silva, devido à continuação de estudantes presos, torturados e processados. Os jovens possuíam razões para tais aversões contra o governo, as situações das universidades estavam caóticas, não obtendo qualquer reforma pelas novas autoridades; o presidente mostrou interesse na transformação das universidades brasileiras em fundações particulares; este não demonstrou qualquer preocupação para eliminar o anacronismo das universidades, nem democratizá-las ou reestruturá-las, ou ampliar o número de vagas, pelo contrário, ameaçou extinguir várias escolas e cursos superiores; além de reduzir ainda mais o percentual dos recursos consignados à educação no orçamento da União. Desta forma os protestos contra o governo continuavam, entretanto houve dois elementos novos nessas manifestações: um novo motivo para os atos foram os cortes nas verbas das universidades; e a participação maciça de estudantes secundaristas. Esta crescente participação desses jovens na política era bastante promissor, segundo Poerner (1995), isso se dava na medida em que cada vez mais os jovens com essa faixa etária tendia a se integrar na luta do povo pela sua emancipação nacional e social; paralelamente isso mostrava o caráter de generosidade e florescente inquietação da juventude brasileira.

O aumento da violência policial contra os estudantes se intensificava e um dos resultados dessa repressão foi à morte de um jovem aluno, Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968. Mesmo não sendo o primeiro estudante a morrer no período ditatorial, o falecimento desse jovem constitui um marco na história brasileira contemporânea, pois esse acontecimento resultou no aumento da força da oposição e dos protestos; pessoas e setores que se mantinham neutro de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que visava acabar com a repressão que acometia o povo brasileiro. Nas principais cidades do Brasil houve várias manifestações devido à morte de Edson, mas a principal delas foi no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho, tornando-se conhecida como as “Passeatas dos Cem Mil”, devido ao enorme número de manifestantes em ambos os atos. Estas passeatas despertaram em muitas pessoas um

clima de uma nova fase de abertura democrática no país, tal sensação fez com que muitos perdessem o medo da repressão e começaram a expor toda a brutalidade dessa época. Jornalistas escreveram artigos de denúncia, editoras lançaram livros, padres proveram debates em suas igrejas e parlamentares tornaram-se mais corajosos nos seus pronunciamentos.

Segundo Poerner (1995), a reação de Brasília foi veemente, em São Paulo houve soldados de infantaria, bombas de gás, contingente da cavalaria, uma grande quantidade de armas e até mesmo carros de assaltos; isso tudo foi utilizado para reprimir estudantes, jornalistas e pessoas contra o regime. A capital federal também foi palco de repressão, carros da Polícia Civil, Militar, agentes do Dops e do Serviço nacional de Informações invadiram a Universidade de Brasília, arrombando salas de aulas, agredindo professores e alunos e destruindo equipamentos de pesquisas.

A medida mais repressora que o governo tomou foi a formação de um novo Ato-Institucional, o de número 5, pois este fechava o Congresso Nacional e suspendeu o *habeas-corpus*, o mais importante e tecnicamente apurado dos institutos jurídicos do Direito Judiciário brasileiro. Na situação em que o Brasil se encontrava, do qual os órgãos de representação estudantil foram fechados e os sindicatos permaneciam sob a intervenção governamental, a possibilidade de uma luta armada contra o governo era cogitada. Desta forma o movimento estudantil foi interrompido, pois não havia condições sequer de se reunir nos colégios e universidades e muito menos de fazerem passeatas; mas com isso os estudantes começaram a se agrupar e a ser arregimentar em organizações de luta armada, partindo para uma guerra adulta, como mostra Poerner (1995), esta foi à única forma que os estudantes acreditavam poder conduzi-los à liberdade. Mesmo nessa face mais arriscada de resistência pode-se notar que a presença estudantil continuava sendo a maior, o autor mostra que a composição desse grupo era constituída em 35,5% por estudantes, 20% por militares (em sua maioria, anteriormente punidos pelo governo no ano de 1968), 17% por profissionais liberais e 8% por operários, sendo que o restante era composto por comerciantes, bancários e funcionários públicos.

Não havia mais condições para o movimento estudantil sobreviver, apesar de ele nunca ter deixado de existir, pois sempre havia tentativas isoladas de protestos; mas a volta dos estudantes às ruas de forma mais intensa se deu em março de 1977. Entretanto, à volta a rua não foi somente pela tradição democrática e progressista do movimento estudantil, partindo do princípio que a maioria dos repressores ignoravam que a tradicional participação política do jovem é anterior à criação da universidade; os estudantes voltaram as ruas com reivindicações relacionadas a educação. Apesar do aumento da repressão, o amadurecimento político do estudante, demonstrado não só através do equilíbrio das reivindicações, mas também a não

aceitação das provocações policiais, as concentrações se realizavam e se estendiam a outras capitais e evoluindo para um Dia Nacional de luta pela Anistia e pelas liberdades democráticas. A crescente insatisfação do regime só resultava na ascensão do movimento, isso ocorreu não só pelo modo autoritário que o governo possuía, mas também pelo fracasso político e econômico e pelos casos de corrupção que a censura não escondia mais; desta forma os estudantes contaram com o apoio de sindicatos, da Igreja e dos professores.

Para Poerner (1995), problemas como esses serviram para intensificar os protestos, pois o governo, ao interpretar as justas reivindicações como parte de uma conspiração e tentar sufocá-la, só resultou na popularização das manifestações e a reorganização do movimento estudantil.

Desta forma não é de se admirar que o movimento estudantil foi um dos grupos que se destacaram nas manifestações de junho de 2013, contra o aumento da tarifa; está no sangue da juventude brasileira lutar pelos seus direitos, pois está é uma juventude idealista, a qual não se conforma com a perda de seus direitos facilmente. Seja na sua forma de organização, como a UNE, ou em protestos, a participação ativa do estudante brasileiro tem um caráter essencial na política e na manutenção social do país.



Fotografia I – Estudantes nas Manifestações de Junho de 2013. Fonte:
<https://une.org.br/noticias/diretores-da-une-relemboram-junho-de-2013-e-fazem-balanco-sobre-os-protestos/>

3.2 O MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL)

O transporte público coletivo é uma necessidade da sociedade, e as condições em relação a esse são, são deploráveis, na maioria das cidades, e possuem uma relação direta com o tipo de concepção neoliberal que geralmente vigora quanto à natureza e a forma de funcionamento do transporte. O controle da iniciativa privada em um setor essencial à atividade da sociedade, o peso do lucro, e a quem se dirige esse serviço, faz com que o transporte urbano seja um dos elementos de maior relevância no orçamento familiar no Brasil, segundo estudos do IBGE⁴.

O transporte é um instrumento para o funcionamento da economia capitalista, tornando-se então um objeto de disputa entre as empresas privadas e os trabalhadores. Por ser algo essencial, o transporte público entra na conta do valor da mão de obra trabalhadora; quanto mais caro é esse deslocamento, maior será o custo para o trabalho, desta forma o empregado precisa ganhar mais para que possa se deslocar. É neste contexto que as revoltas populares contra os aumentos das tarifas dos transportes públicos ocorrem, dado que os empresários do setor de transportes não pretendem abrir mão de seus lucros e nem reduzir o preço cobrado pelo transporte.

Em Salvador ocorreu um exemplo dessas revoltas, a maior causa destas manifestações está relacionada com a crise do transporte na cidade, como a ultrapassagem do limite de sustentabilidade econômica do sistema e a suspensão das obras do metrô de Salvador. O presidente do SETPS, Horácio Brasil, alegava que o aumento das passagens de R\$ 1,30 para R\$ 1,50 não afetaria quem ganhasse até um salário mínimo, pois estas pessoas ou andavam a pé ou ganhavam vale-transporte do patrão; já o secretário municipal de transportes, Ivan Barbosa, descartava qualquer hipótese de subsídio aos transportes por parte da Prefeitura. Além do transporte precário, tendo cerca de 2.400 ônibus da cidade, em 2003, que andavam com pneus carecas, e sua parte mecânica comprometida pela idade ou pelo excesso de uso. Antes do aumento de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, representando 28% do salário mínimo de quem pegava dois transportes por dia de segunda a sábado, depois do aumento essa taxa representou 30% de seu salário⁵. Este contexto resultou (com as duas últimas semanas de agosto e as três primeiras de setembro de 2003) na insatisfação popular com o aumento das passagens e com a situação do transporte coletivo e consequentemente levou à Revolta do Buzu.

⁴ <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm> (acessado 05/06/2018)

⁵ http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2009/07/por_QS3_RevoltaBuzu.pdf (acessado 05/06/2018)

Esta revolta foi um evento onde houve um encontro de interesses diversos, entretanto o desejo em comum foi o não aumento da tarifa; no dia dois de setembro foi levada a pauta ao Prefeito, Secretário de Transportes e aos vereadores por uma “comissão de negociação” auto constituída. Esta trouxe algumas demandas históricas do movimento estudantil e levantou pontos ligados à democratização do transporte coletivo público em geral, além da redução da passagem para R\$ 1,30; congelamento da tarifa neste valor por um ano e passe livre para estudantes de escolas públicas. A comissão conseguiu, no acordo com a Prefeitura, a extensão da meia-passagem para domingos, feriados e férias; congelamento da tarifa até setembro de 2004; aumento da cota de uso diária da meia-passagem; concessão de meia-passagem para estudantes de pós-graduação; admissão da meia-passagem no sistema de transporte complementar; reabertura do Conselho Municipal de Transportes; e a criação de uma Comissão para Estudos da Desoneração da Tarifa. Contudo, a única reivindicação efetivamente consolidada a partir deste foi a meia passagem o ano inteiro, embora os resultados dessas mobilizações sobre seus participantes foi, à primeira vista, admirável, devido à grande parte dos estudantes que esteve nas manifestações e que jamais haviam participado de qualquer forma de mobilizações políticas e suas capacidades de organização foram admiráveis, pois foi intenso o desgaste causado pelas pressões midiática, governamental e repressão policial.

A Revolta do Buzu, em Salvador no ano de 2003, influenciou as manifestações contra a tarifa em Florianópolis no ano seguinte. O transporte coletivo na capital de Santa Catarina era alvo de contestações e propostas de melhoria, nas ruas havia movimentos organizados como sindicatos, associações comunitárias, movimentos estudantis, cidadãos comuns; todos em torno do Fórum em Defesa do Transporte Público. Esses atos visavam instaurar um espaço de discussão e mobilização contra um sistema de transportes e estes incidiram de forma rápida no cotidiano de uma parcela significativa da população; com isso surgiu a Revolta da Catraca. Esta manifestação foi uma revolta popular contra o aumento de 15,6% da tarifa autorizado pelo Conselho Municipal de Transportes em 22 de junho de 2004⁶, esta foi marcada por grandes manifestações e teve como imagem marcante o fechamento, por parte dos milhares de manifestantes, das pontes que ligam a ilha à parte continental da cidade, inviabilizando, no horário de maior movimento, o trânsito na principal via de acesso para os outros bairros e municípios. Houve também ações diretas como pular catraca, abrir as portas de trás do ônibus para que todos que estivessem no ponto pudessem entrar sem pagar e assembleias que se

⁶ http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2009/07/por_QS3_RevoltaBuzu.pdf (acessado 05/06/2018)

espalharam durante as revoltas. Após ocorrerem mais de dez dias de mobilização intensa, o aumento da passagem foi diminuído.

Em 2005 houve um aumento da tarifa que desencadeou outro conjunto de manifestações, ocorrendo uma maior radicalização de ambos os lados (sociedade civil e governo); esta segunda revolta caracterizou o transporte como uma causa política com uma grande visibilidade e enorme poder de mobilização. Esses atos de 2005 foram duramente reprimidos pela polícia militar, e em decorrência da violência por parte do governo houve apedrejamento da sede da COTISA e em bancos pelo centro da cidade, além de terem ateado fogo à Câmara dos Vereadores. Diferentemente ao ano anterior, a segunda Revolta da Catraca reuniu também muita gente e muitos segmentos da população; entretanto, a tarifa voltou a seu preço antecedente.

Tendo em vista em alcançar as suas ideias por esse processo de lutas catarinenses, originou-se o Movimento Passe Livre (MPL), este que devida à experiência vivida pelos protestos populares deram início a uma organização social autônoma, horizontal e apartidária. O MPL luta por um transporte público gratuito e de qualidade para a população e sem o intermédio da iniciativa privada; este é constituído por pessoas comuns que participam, discutem e lutam por outro projeto de transporte para a cidade. O movimento possui um alcance em diversas áreas do Brasil na luta contra o aumento da tarifa e pela democratização do acesso ao espaço urbano.

Apesar de já existir em Florianópolis, em 2002, um grupo já formado que fazia parte de uma organização de juventude ligada ao PT, chamada Juventude Revolução Independente, era um grupo relativamente pequeno; este resolveu iniciar uma campanha pelo passe livre na cidade e com o passar do tempo o grupo aumentou em número. Como a maior parte do grupo era formado por estudantes, estes possuíam tempo para planejar atividades relacionadas à tarifa; mapeando as escolas da cidade, os alunos levaram o debate do passe livre para estas instituições, além de promover uma série de manifestações de pequeno e médio porte entre os anos 2000 e 2004. Segundo Marcelo Pomar⁷, um dos fundadores do MPL, essas atividades promovidas pelos estudantes:

“Criou um conjunto de condições subjetivas pra que em 2004 nós tivéssemos uma grande movimentação em Florianópolis, que ficou conhecida como a Revolta da Catraca. Essa revolta abrange os anos de 2004 e 2005 em que ocorreram dois

⁷ <http://www.jubileusul.org.br/nota/1303> (acessado 05/06/2018)

movimentos grandiosos, movimentos de massa em Florianópolis, com cerca de 15 a 20 mil pessoas, o que para uma cidade de 400 mil habitantes é um negócio bastante significativo. Foram movimentos que por dois anos seguidos barraram o aumento das tarifas, em 2004 e 2005.”.

Em 2004 esse grupo que pretendia lutar pela tarifa, do qual já era uma organização completamente distinta do início em 2000, rompeu com a Juventude Revolução Independente; entretanto Pomar menciona:

“Na verdade, nós somos expulsos dela porque a gente começou a desenvolver uma tese de que a juventude deveria ser independente, quer dizer, deveria fazer suas próprias experiências e não deveria estar tutelada por uma organização adulta, fosse ela vinculada a um partido ou não. Em 2004 nós já éramos um grupo amplo, de frente única, que reunia várias organizações partidárias e muitos jovens independentes. E foram basicamente esses jovens independentes que acabaram tocando a coisa a partir de 2002.”.

Apesar da importância da Juventude Revolução Independente na gênese do MPL, já em 2002 o grupo era algo mais complexo e não possuía mais uma relação, propriamente, com a mesma; o objetivo era uma campanha pelo passe livre, que reunia diversos jovens de grêmios, muitos deles sem nenhum tipo de vinculação a instituição ou partido político. Este grupo já estava em um processo genuíno, diferente e singular, e com o aumento da tarifa em 2004 criaram-se condições para que eles pudessem ter mais aderência nas fortes manifestações que iriam acontecer.

Com a vitória nas manifestações contra o aumento da tarifa, o MPL começa a pensar em uma organização própria, visando poder auxiliar outros lugares que estavam enfrentando os mesmos problemas de Florianópolis. Por não ter mais vínculo com organizações os membros do MPL achavam melhor ter uma organização própria que fizesse um movimento social de característica urbana e que discutisse a questão do transporte coletivo, em especial a do passe livre. Desta forma surgiu o Movimento Passe Livre, uma organização que abarca várias lutas do Brasil em torno do transporte, sobretudo em relação ao passe livre.

O primeiro encontro do grupo foi em Florianópolis em 2004, mas acabou sendo inusitado, segundo Pomar⁸:

⁸ <http://www.jubileusul.org.br/nota/1303> (acessado 05/06/2018)

“Nós fizemos em novembro de 2004 um primeiro encontro. Esse encontro foi em Florianópolis e foi bastante bizarro. Deu uns grupos maoistas, deu tudo quanto é tipo de grupo. Foi num camping no norte da ilha, nos Ingleses. Foi uma experiência, e depois disso nós decidimos fazer um encontro nacional em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, em 2005. Fomos incentivados principalmente por Florianópolis por conta da experiência que nós tivemos, e por alguns contatos que nós tínhamos – e aí entra em particular uma outra organização que nos ajudou, sobretudo do ponto de vista de comunicação nacional, que foi o CMI (Centro de Mídia Independente). E por isso, nesse processo embrionário do MPL, o CMI deu uma ajuda principalmente no que diz respeito à comunicação entre esses grupos. Assim, em janeiro de 2005, é fundado oficialmente o Movimento Passe Livre nacional.”

O grupo foi efetivamente instituído na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre; este foi um passo decisivo rumo à construção de um movimento nacional, amplo, de Frente Único, pelo Passe Livre estudantil. O segundo encontro ocorreu em Campinas em 2005, das quais foram confirmadas as resoluções da Plenária de Porto Alegre. Em 2006 o grupo realizou o 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); já o 4º Encontro Nacional do MPL ocorreu em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades.

O MPL tem com suas principais características uma autogestão, na qual todos os recursos financeiros do movimento são administrados, criados e geridos pelo próprio MPL, e não dependendo de doações de empresas, ONGs, partidos políticos e outras organizações. Como consequência desta, há uma autonomia entre os grupos de diversas regiões do país, entretanto, estes precisam respeitar os princípios da organização nacional. Tendo como um conceito a horizontalidade, o MPL possui igualdade entre seus membros, todos dispõem do mesmo direito à voz e a liderança, tendo os próprios direitos e deveres e sem cargos instituídos. O movimento se declara apartidário, mas não antipartidário, como organização os partidos políticos oficiais e não-oficiais não participam do MPL, entretanto, pessoas que estão em partidos podem participar do movimento, contanto que aceitem os princípios e os objetivos do Movimento Passe Livre. Por estas razões o MPL é um movimento nacional que se organiza através de um Pacto Federativo, ou seja, uma aliança em que as partes obrigam-se reciprocamente e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, num acordo no qual é respeitada a autonomia local de

organização. Embora as unidades locais sigam os princípios federativos do movimento, o princípio da Frente Única é respeitado, estando acima de questões ideológicas.

O movimento não tem fim em si mesmo, este é um meio para a construção de uma outra sociedade, este é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, com direito para o conjunto da sociedade; fora da iniciativa privada e sob controle público.

O MPL tem como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população; sendo assim, é desta forma que o MPL visa alcançar suas reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, somando-se a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. O movimento também abrange discussões sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social.

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT), este é formado por pelo menos um e no máximo três membros referendados pelas delegações presentes no Encontro e sempre garantindo a rotatividade dentro do GT, de acordo com as decisões do MPL local. Estes definiram a semana do dia 26 de outubro como Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre; as organizações locais possuem autonomia para definir as atividades a serem realizadas e o GT procura obter a programação de todas as cidades para divulgar por mídias alternativas, quando há contato com a mídia corporativa, o movimento toma alguns cuidados, pois esses meios de comunicação estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.

Houve um período de refluxo nos movimentos do MPL, sobretudo em 2008 e 2009, que coincidiu com um período de aprofundamento da temática, o grupo começou a discutir não só o passe livre dos estudantes ou a reivindicar, mas começou a entender o contexto do direito à cidade, resultando na exigência a Tarifa Zero. Para Pomar⁹:

“O passe livre é reivindicação historicamente ligada ao movimento estudantil. E o Tarifa Zero passa a ser o entendimento de que a cidade, por concentrar as grandes conquistas tecnológicas, científicas, culturais da humanidade, precisa ser então

⁹ <http://www.jubileusul.org.br/nota/1303> (acessado 05/06/2018)

democratizada. E a democratização ao acesso à cidade passa necessariamente pela garantia do acesso e da chegada aos equipamentos públicos e privados que na cidade estão espalhados. Então nesse período nós ampliamos a concepção. Foi ali que tive a oportunidade de conhecer o Lício Gregori, que foi secretário de transportes da gestão da Erundina em São Paulo, e ele nos ajuda muito.”.

A Tarifa Zero, segundo o MPL, é o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda população nas cidades; essa ideia tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos como, por exemplo, a saúde e a educação. Com o crescimento da cidade o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho, entre tantos outros, ficou extremamente complicado, custando além de muito dinheiro, várias horas do dia; nas maiores cidades os deslocamentos são uma necessidade diária, pois sem eles a vida social ficaria inviabilizada; já nos locais mais distantes dos grandes centros, o acesso aos direitos fundamentais só pode ser concretizado através do transporte coletivo. O movimento menciona que a tarifa zero deverá ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja, cada pessoa paga por aquilo que tem condições.

Desde sua fundação o Movimento Passe Livre participou e organizou vários atos contra o aumento da tarifa, em 2006 o grupo participou contra o aumento em São Paulo; em 2008 na Grande Luta no Distrito Federal, estando envolvido na aprovação do passe-livre estudantil no DF, sendo que no mesmo ano eles ocuparam a Secretaria de Transporte em São Paulo. Em 2010 e 2011 o MPL participou contra o aumento das passagens em São Paulo, e em 2011 os protestos foram em várias capitais, durando de janeiro a março; em agosto o grupo esteve na mobilização que revogaram o aumento em Teresina.

Mas foi em 2013 que o MPL teve sua maior expressão, sua luta na região metropolitana de São Paulo resultou a revogação do aumento em Taboão da Serra em janeiro e uma mobilização que derrubou o aumento em Porto Alegre em abril. O ápice de sua força e representatividade em 2013 foram as Jornadas de Junho cuja conquista foi a revogação do aumento em mais de cem cidades brasileiras.

Entretanto, o MPL vem atuando contra todos os reajustes das tarifas de transporte público desde então. Conforme a tabela 2¹⁰ pode-se perceber que em todos os anos posteriores a 2013 houve o aumento da passagem:

Ano	Ônibus Municipal (O)	Metrô / CPTM (M)	Reajuste (%)
2013	R\$ 3,00*	R\$ 3,00*	0% (O) e 0% (M)
2014	R\$ 3,00	R\$ 3,00	0% (O) e 0% (M)
2015	R\$ 3,50	R\$ 3,50	16,7% (O) e 16,7% (M)
2016	R\$ 3,80	R\$ 3,80	8,6% (O) e 8,6% (M)
2017	R\$ 4,00	R\$ 4,00	5,3% (O) e 5,3% (M)
2018	R\$ 4,00	R\$ 4,00	0% (O) e 0% (M)
2019	R\$ 4,30	R\$ 4,30	7,5% (O) e 7,5% (M)

Tabela 1: Histórico de preço da tarifa de ônibus, Metrô e trens da CPTM em São Paulo (SP), Thiago Rodrigo Alves Carneiro.

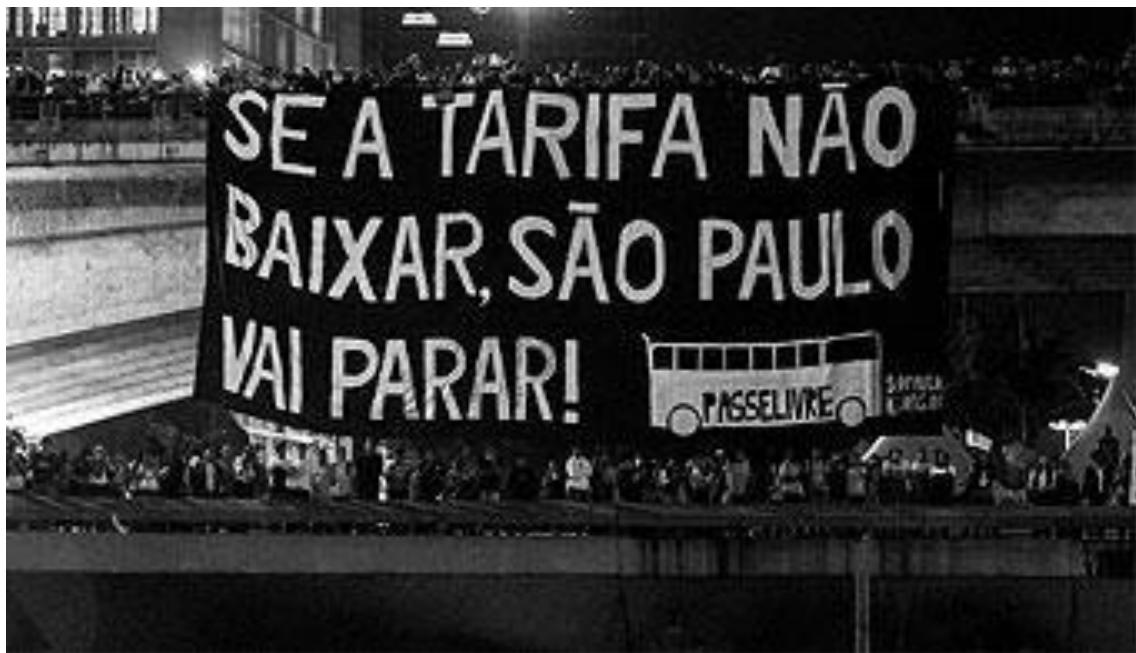
Mesmo que o Movimento Passe Livre tenha de fato se manifestado em todos esses anos, o resultado das mesmas não foi igual aos de 2013. Isso ocorreu devido a falta de visibilidade, pois não houve uma cobertura abrangente das grandes mídias em relação a esses atos, resultando em uma pouca participação dos estudantes e da população em geral, embora a repressão contra os manifestantes fosse a mesma. Em especial, pode-se destacar o ano de 2016, onde além dos fatores mencionados anteriormente, ocorreu também o movimento de extrema direita que repercutiu no Golpe da Presidente Dilma, ofuscando as manifestações contra as tarifas.

Em janeiro de 2020¹¹ o prefeito Bruno Covas e o governador João Dória autorizaram um novo aumento das passagens dos transportes públicos na cidade de São Paulo, aproveitando o período das férias escolares, onde uma boa parte dos manifestantes não se encontra. Mesmo

¹⁰ <https://thiagorodrigo.com.br/artigo/preco-da-tarifa-de-onibus-metro-e-trens-da-cptm-em-sao-paulo-sp/> (acessado 20/12/2019)

¹¹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/01/comeca-a-valer-aumento-da-tarifa-de-onibus-metro-e-trem-em-sp-para-r-440-a-partir-de-1o-de-janeiro-de-2020.ghtml> (acessado 10/01/2020)

neste contexto o MPL se manifestou contra os aumentos indo as principais vias da cidade, embora estivessem em número reduzido, sofrendo com uma forte repressão policial a mando das autoridades constituídas e de continuarem sem a cobertura das grandes mídias os atos prosseguiram.



Fotografia II – Movimento Passe Livre nas Manifestações de Junho de 2013. Fonte: MPL.

3.3 PARTIDOS POLÍTICOS

O último, mas não menos importante grupo que se destacou nas manifestações de 2013, seja pela sua quantidade ou pela persistência no decorrer dos dias dos atos, foram os grupos de partidos políticos, tais como: PT, PSTU, PCO, PCdoB e PSOL. Estes vinculados a uma posição política de esquerda, estiveram presentes nos primeiros dias dos protestos, entretanto com uma maior aderência de manifestantes a partir do dia 17 de junho eles começaram a sofrer hostilidades por pessoas que se declaravam “apartidários”.

Segundo Bodart (2016), um partido político desenvolve-se, geralmente, a partir de um conceito político do qual reúnem pessoas disposta a lutar por esses ideais, ou seja, os partidos políticos são resultados das motivações políticas e da sua ambição pelo poder. O autor comenta que há duas coisas que podem concorrer uma com outra: existem partidos onde a defesa dos ideais é mais importante que a ambição do poder, e há aqueles que este anseio supera seus conceitos políticos. Embora, ambos os elementos estejam presentes nos partidos, pois seria

difícil reunir pessoas em torno de algo que não possui ideologia, ou ainda, não almejando o poder, não haveria a necessidade de existir um partido.

Em relação aos os movimentos sociais, Bodart (2016) menciona que se destacam, basicamente, três posturas típicas dos partidos políticos em relação a estes: existem os partidos que não reconhecem os movimentos sociais, não se constituindo como alvo de preocupação. Há outros que se interessam pelos movimentos sociais, por acreditarem que estes constituem em potenciais eleitores; e os últimos que reconhecem a importância estratégica nos movimentos sociais, promovendo assim um trabalho de base continua resgatando os direitos de cidadania.

Para Bodart (2016) os partidos políticos têm suas raízes em conflitos, na maior parte das vezes sociais, desta forma, ajudando a entender suas dinâmicas no campo de disputa ao qual está inserido. Já a relação dos partidos de esquerda com os movimentos sociais foram possíveis por possuírem um opositor em comum e por estarem envolvidos em uma ideologia de luta por justiça social. Segundo Bodart (2016) “para os marxistas, a ideia do verdadeiro partido político é aqueles que são em si mesmo um grupo social e que, no mínimo, é a expressão política “necessária” de um grupo ou uma classe ancorada na estrutura da sociedade”. Esta concepção dos mesmos, para o autor, ajudou a entender como estes vieram de “baixo para cima”, normalmente são aqueles com viés esquerdistas, como, por exemplo, os partidos que estavam nos primeiros dias das manifestações de 2013.

Segundo Bodart (2016, p.66):

“Nessa mesma direção, Maurice Duverger (1989) assinala que, grosso modo, podemos distinguir dois tipos de partidos: um caracterizado pela “origem interior” e outro por possuir “origem exterior”. Os partidos políticos de origem parlamentar e eleitoral são classificados como de origem interior; já os partidos que possuem sua origem nos movimentos sociais e/ou no seio de entidades da sociedade civil são classificados por Duverger (1980) como sendo de origem exterior. [...] Para Goldstone (2003, p. 17-18), muitos movimentos sociais podem dar origem a novos partidos, e os encontros dos líderes de movimentos sociais com a realidade das concorrências políticas muitas vezes os transformam, criando condições para o nascimento de tais partidos.”

Desta forma, para Bodart (2016), os partidos políticos possuem um papel politizador, colaborando para a organização das demandas de grupos e canalizando em formas de propostas concretas de governo. Da mesma forma que ajudam nas mobilizações sociais em prol de

determinadas necessidades, e se apresentam como uma possibilidade de organizações e espaços de participação na política.

Indo de encontro com o mesmo pensamento, Ferreira (1994) menciona que vários autores reconhecem que, apesar dos movimentos sociais se caracterizarem pela não representação de partido, é necessário a presença partidária para dar direção às reivindicações populares e para unificar os movimentos em torno de uma proposta de transformação social. Entretanto, o autor também menciona que há aqueles que pensam que qualquer influência de agentes externos, inclusive partidos, impossibilita qualquer tentativa de atuação conjunta.

Segundo Ferreira (1994, p. 6):

“[...] Os movimentos reivindicatórios urbanos apresentam vários estágios de desenvolvimento, indo de simples reivindicações locais, espontâneas ou burocratizadas, até formas desenvolvidas de lutas, utilizando-se de mecanismos de pressão de massas. Quando um movimento atinge um estágio mais desenvolvido, ele normalmente encontra-se articulado a formas de lutas mais gerais das sociedades, tais como partidos, e constituem movimentos urbanos propriamente ditos [...] não concorda que se estabeleça uma hierarquização entre movimentos e partidos, na qual estes últimos ocupassem um estágio mais evoluído e aperfeiçoado. Trazemos também a compreensão de que não se trata de escalar de forma hierárquica qual entre os dois constituem a forma de atuação mais importante e eficaz. Isto porque partimos do pressuposto de que tanto os partidos como os movimentos sociais constituem espaços de participação específicos, com objetivos distintos e, portanto, insubstituíveis em suas funções organizacionais. Neste sentido, acreditamos na importância de ambos, e concordamos que sejam respeitadas as suas particularidades e especificidades enquanto esferas de organização.”

Em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o Estado limitou o espaço das organizações e mobilizações autônomas de grupos sociais, com o intuito de incentivar a construção de um capitalismo industrial; era contra esse Estado que os movimentos sociais combatiam. Já no período da ditadura brasileira, as primeiras vítimas desta foram os partidos políticos, sobretudo aqueles que se aproximavam dos movimentos sociais e que lutavam por demandas que não eram objetos de interesses dos militares. Mas com a redemocratização os partidos políticos de esquerda, muito dos quais atuavam de forma clandestina, obtiveram a ampliação das oportunidades políticas; desta forma surgiu maiores condições de se mobilizarem e se aproximarem da sociedade civil e dos movimentos sociais.

A criação de novos partidos e a legalização de grupos de esquerdas, antes clandestinos, possibilitaram, anos depois, uma aproximação entre sociedade civil e partidos; foi nos anos 1980 que ocorreu a aproximação de cumplicidade e representatividade entre os movimentos sociais com os partidos de esquerda. Segundo Bodart (2016), as décadas de 1980 a 1990 foram marcadas por mudanças de repertório de ações coletivas dos movimentos sociais brasileiros, da mesma forma com a construção de novos espaços de participação social na gestão pública municipal. As razões para isso foram as mudanças como a ampliação das oportunidades políticas e a redução das restrições da atuação de movimentos sociais; da qual foi possível com a redemocratização do Brasil e o fim da clandestinidade dos partidos de esquerda.

Para Bodart (2016), os partidos políticos, geralmente os de esquerda, que não estão no poder tendem a se aproximar dos movimentos sociais, assim como integrar-se a estes. Embora essa relação nem sempre seja convergente, o autor cita que os movimentos podem cooperar com os partidos e grupos de interesses, mas também podem vir a competir com eles por apoio, ou mesmo ocupar o mesmo espaço político.

Com a ampliação de partidos opositores e menores restrições políticas sobre os movimentos sociais, há uma aproximação maior entre estes e partidos; com várias greves e manifestações públicas, houve uma maior visibilidade aos movimentos sociais e às suas demandas, levando partidos a se aproximarem. Segundo Bodart (2016), os partidos políticos, sobretudo os de esquerda, representou um ganho democrático para a classe trabalhadora; não só os partidos ganham ao se aproximarem de movimentos sociais, mas esses também, pois seus militantes constituem os melhores e mais esforçados dirigentes das organizações de massa.

Segundo Bodart (2016, p. 89):

“A burguesia reduz a representação dos limites das instituições do Estado, ignorando a necessidade de uma participação concreta dos militantes de movimentos sociais. Para os partidos de esquerda, se a disputa política se desenvolve no local, no município, a sua atuação torna-se mais fácil, isso diverge com a direita, da qual usa argumentos ideológicos, ou seja, aproveita do desconhecimento do povo e o medo do desconhecido para ameaçar com a desintegração da ordem social vigente se a esquerda vencer. Partidos de esquerda usam discursos ligados às condições concretas da vida e do trabalho que as pessoas passam, usando com a justificativa principal para mudança de governo. Já a direita utiliza disseminar ideia de cunho ideológico que geram medo na população desinformada em relação à possível existência de um governo de esquerda; disso criou-se acusações contra estes grupos como, por exemplo, “os comunistas comem criancinhas”, passando pela ideia de que “os comunistas querem

acabar com a família”, “o comunismo é coisa do diabo”, até o discurso mais recente: “os partidos de esquerdas desejam tornar o Brasil uma Venezuela”.”

Tais discursos anticomunistas e contrários aos partidos de esquerda são, quase sempre, baseados em generalizações e estereótipos construídos a partir das experiências socialistas supostamente mal sucedidas no século XX; embora, os partidos políticos de esquerda também lançaram mão de argumentos estruturais, atacando o sistema capitalista como sendo o responsável pelas condições precárias dos trabalhadores. Esses argumentos disseminados no Brasil por quase todo século passado foi dando espaço para questões mais próximas dos trabalhadores, isso na medida em que foram se aproximando dos movimentos sociais, os quais apresentavam demanda bastante concreta da vida cotidiana.

Bodart (2016) ressalta que na medida em que essas aproximações foram se consolidando, os movimentos sociais foram também se apropriando de ideologias de esquerda e das explicações estruturais da realidade social. Se por um lado os partidos de esquerda passaram a lutar junto com os movimentos por demandas locais, por outro, muitos integrantes desses movimentos passaram a interessar-se pelas explicações marxistas da realidade social.

Segundo Bodart (2016, p.91):

“A década de 1980, em particular, foi das mais significativas e frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais. Para Mattos (2008, p.123), “[...] é necessário reconhecer a importância dos partidos políticos no desenrolar do processo democrático, desempenhando o papel de agente de mobilizadores e organizadores da vontade popular”. A partir desse período os movimentos sociais passaram a abranger novas temáticas, tais como a questão das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios, do meio ambiente, etc. (BEM, 2006), assim como das transformações políticas que abrem novas oportunidades e reduzem as restrições políticas para atuação dos movimentos sociais.”



Fotografia III – Partidos Políticos nas Manifestações de Junho de 2013. Fonte: <http://rvchudo.blogspot.com/2013/06/as-manifestacoes-no-rio-de-janeiro-cada.html>

4 AS MANIFESTAÇÕES

Neste capítulo todos dados foram levantados através de pesquisas em diversos meios de comunicação como: canais de televisão (Rede Globo e Rede Bandeirantes de Televisão); sites de jornais diversos (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo); portais de notícias (Terra, Passa Palavra, Rede Brasil Atual e Tarifa Zero); e rede sociais (Facebook, Instagram e Twitter). As autoras Chaui (2000) e Judensnaider, 2013 foram escolhidas para dar embasamento teórico e sustento nas análises das manifestações; a primeira oferecendo o conceito de espaço como poder simbólico, e a segunda comentando os fatos ocorridos nos atos, bem como as suas repercussões. Um fator importante desta pesquisa foi a participação da autora e de seus colegas em diversos dias nos atos ocorridos na cidade de São Paulo, podendo constatar, *in loco*, a veracidade de diversos eventos mencionados neste trabalho.

No dia 2 de junho de 2013 a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo aumentaram os valores das tarifas de transportes públicos, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20; com o argumento que o aumento era abaixo da inflação e com a promessa da implantação do bilhete único mensal. Apesar dessa justificativa uma parcela da população, sob a liderança do MPL, foi às ruas reivindicar esse aumento; entretanto as grandes manifestações só foram começar no dia 6 do mesmo mês. Mas, desde o primeiro dia do referido aumento houve focos de manifestações regionais espontâneas e descentralizadas em diversos bairros da capital, como: Pirituba, Vila Leopoldina e M'Boi Mirim. Entretanto, houve um segmento da população paulistana, assim como a mídia no início dos atos, que eram contra os protestos, pois em seu entendimento o aumento dos 20 centavos não prejudicaria a condição financeira da maioria das pessoas que usufruem do transporte público.

Por menor que possa parecer o aumento do transporte, a parcela mais pobre da população acaba sofrendo com o sobrepreço; pois, o reajuste da tarifa nem sempre ocorre junto com a correção salarial. Como mostra os gráficos abaixo:

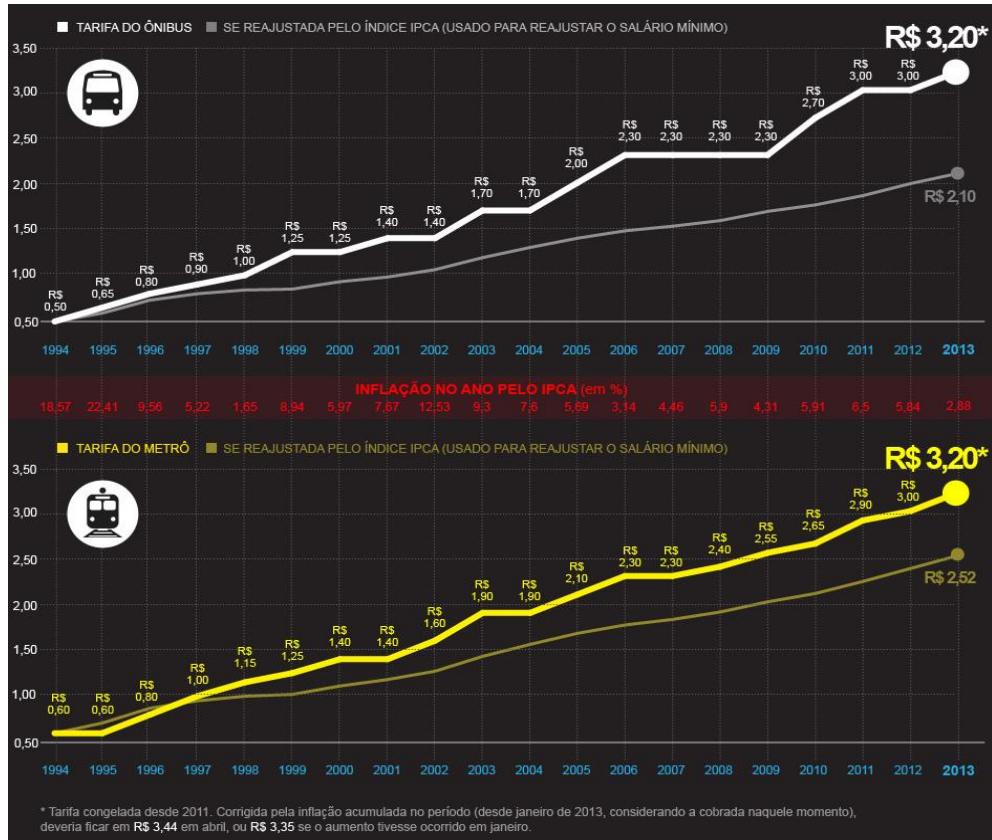


Gráfico 3 – Reajuste pelo Índice IPCA. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.1 DIA 6 DE JUNHO, QUINTA-FEIRA, 2013

No dia 6 de junho em uma quinta-feira, no final da tarde, por volta das 17 horas, milhares de manifestantes se encontravam nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo; já os militantes do MPL esperavam para praticar a estratégia desenhada contra o aumento. Esta tinha por objetivo compor grandes atos com um maior impacto nos lugares centrais e num curto intervalo de tempo entre eles, desta forma tentariam asfixiar o poder público, “[...] fazendo jus ao lema do MPL: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”.” (Judensnaider, 2013).

A partir das 18 horas os manifestantes, tendo como um dos líderes o MPL, começam a ocupar os espaços públicos mais socioecononomicamente importantes para cidade. O primeiro ponto de ocupação foi em frente à prefeitura, no Viaduto do Chá, tendo como objetivo pressionar o poder público e paralisar o trânsito em uma das vias centrais da cidade.

Já o segundo local de ocupação foi em uma das avenidas mais relevantes de São Paulo, Avenida 23 de Maio; esta é a principal via que liga as regiões norte a sul da cidade. A ação dos militantes na ocupação desta avenida se deu de forma rápida e efetiva, através de

barricadas ateadas com fogo levando ao abalo não só do trânsito, mas também na dinâmica do cotidiano da capital, afetando o transporte de milhares de passageiros na hora do *rush*.

Devido à surpresa da tática do Passe Livre a polícia militar demorou em adotar uma estratégia de dispersão; quando o Batalhão de Choque foi acionado iniciou-se um conflito entre policiais e manifestantes que se espalhou por toda a região central. Com a repressão na Avenida 23 de Maio, os manifestantes se dispersaram para três regiões da cidade: uma parte se dirigiu para o Terminal Bandeira e o Terminal Parque Dom Pedro; e a última continuou pela Avenida 9 de Julho até a Paulista.

Esses lugares os quais foram ocupados pelos atos tem um poder simbólico muito grande para São Paulo, pois se trata dos dois terminais de ônibus com uma grande circulação de passageiros e duas das principais avenidas da cidade. Segundo a São Paulo Transportes (SPTrans)¹², o Terminal Parque Dom Pedro II é o que possui o maior número de circulação de passageiros, já o Terminal Bandeira ocupa o quinto deste ranking; desta forma a ocupação desses dois lugares históricos da cidade causou um grande impacto em São Paulo. Quanto as Avenidas Paulistas e 9 de julho destacam-se pelo seu importante papel na capital; a primeira trata-se de um relevante centro econômico, cultural, histórico e financeiro para região. A segunda avenida citada já carrega no nome sua importância histórica (a Revolução Constitucionalista de 1932), bem como ser a principal via de acesso dos ônibus que chegam/saem do Terminal Bandeira e interligando a região central com os principais bairros da zona sul.

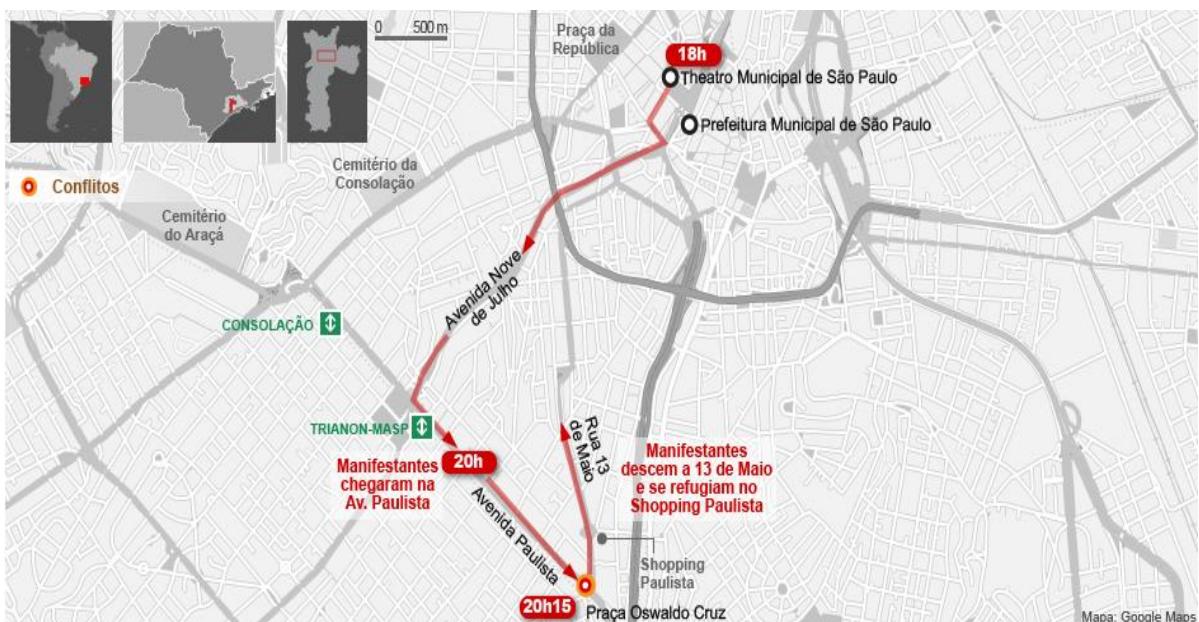
O grupo de manifestantes que seguiu em direção à Avenida Paulista, por volta das 21 horas, ocupou os dois lados da avenida e seguiram em direção ao Paraíso; quando a outra passeata chegou até a Praça Oswaldo Cruz, por volta das 20 horas e 15 minutos, “policiais começaram a lançar bombas de efeito moral para dispersar a multidão, enquanto viaturas tentavam fechar a passagem do sentido Paraíso. Boa parte da manifestação acabou descendo a Rua Treze de Maio, mas cerca de cem pessoas se refugiaram dentro do Shopping Paulista.” (Ana Carolina Moreno, 2013)¹³. Devido ao tumulto entre manifestantes e policiais o shopping decidiu fechar as portas; como alguns manifestantes se refugiaram dentro do estabelecimento a

¹² <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/conheca-o-ranking-dos-10-terminais-de-onibus-mais-movimentados-de-sp.html> (acessado 11/01/2020)

¹³ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html> (acessado 27/09/2018)

Polícia Militar impediu a circulação de clientes, até às 21 horas e 30 minutos, ficando o fluxo de pessoas a cargo da polícia; por volta das 22 horas este começou a se normalizar.

Pode-se destacar que os maiores vestígios das manifestações ocorreram na região central da cidade, onde foi possível atestar, por exemplo, pichações de protesto, panfletos, pequenas barricadas com lixo e lixeira e nos terminais de ônibus eram feitos catracas. Já na região da Paulista a depredações ocorreram: com os estilhaços de vidro na estação Brigadeiro do Metrô; o Shopping Paulista teve uma das suas colunas pixadas, vasos tombados e um carro de exposição parcialmente destruído; bases móveis da PM; bares e bancas de jornal; e alguns manifestantes montaram barreiras com sacos de lixo e cadeiras dos bares, já outros jogavam líquidos inflamáveis.



Mapa I – Trajeto do dia 6 de junho, quinta-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.2 DIA 7 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA, 2013

No dia seguinte, 7 de junho de 2013, os principais jornais do país abordaram diversos aspectos negativos das manifestações; comentando esses atos como vandalismos motivados por interesses político-partidários de grupos extremistas. Diante desse cenário o MPL se defendeu das acusações, através de uma nota pública, argumentando que o início da violência deveria ser atribuído à polícia e que as depredações noticiadas tinham sido uma reação à repressão policial.

“Exercendo seu legítimo direito de se manifestar, as pessoas ocuparam importantes vias da capital e em seguida sofreram repressão violenta por parte da polícia militar. A população revoltada com o abusivo aumento das tarifas reagiu e revidou a agressão dos policiais – que vale a pena lembrar, possuem armas e bombas. [...] As imagens dessa repressão brutal podem ser vistas em toda a mídia e em vídeos nas redes sociais. [...] As depredações só se iniciaram depois de um segundo momento de repressão brutal e prisões, realizadas na região da Avenida Paulista. O Movimento Passe Livre não incentiva a violência, mas (não consegue) controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da polícia militar.” (Nota de Esclarecimento do Movimento Passe Livre)¹⁴

No mesmo dia a manifestação partiu às 18 horas do Largo da Batata em direção a Marginal Pinheiros e ao chegar o ato ocupou as vias laterais da mesma por cerca de 20 minutos, mas a atuação da polícia foi rápida e precisa e com bomba de gás lacrimogêneo tentaram impedir que o protesto ocupasse as faixas principais. Nesse momento militante da tática Black Bloc¹⁵ responderam à ação da polícia e evitaram a dispersão dos manifestantes.

Depois de ocuparem a Marginal Pinheiros o protesto seguiu pela Avenida Eusébio Matoso em direção à Avenida Paulista; passando pelas Avenidas Faria Lima e Rebouças, na esquina com a Rua da Consolação os manifestantes se depararam com a Polícia Militar, esta tentou impedir que a via fosse ocupada, mas a passagem da passeata foi liberada no sentido Paraíso e às 22horas e 20 minutos o ato chegou ao vão livre do MASP e foi encerrado pelas lideranças. Essas avenidas citadas formam uma importante interligação entre o centro da cidade com regiões comerciais relevantes para a economia paulistana, além de serem vias onde há diariamente um intenso fluxo de veículos¹⁶.

Nesse dia não houve detenções de manifestantes pela polícia e segundo Judensnaider (2013), não houve incidentes de violências relevantes; mas, segunda a mesma a ousadia de bloquear a Marginal Pinheiros despertou a ira dos setores mais conservadores da sociedade paulistana. Isso se deu por esta ser uma das principais vias da cidade, além de ser uma via expressa ela interliga diversos bairros da zona sul a zona oeste da capital e, também, passando

¹⁴ <http://passapalavra.info/2013/06/78619/> (acessado 12/11/2018)

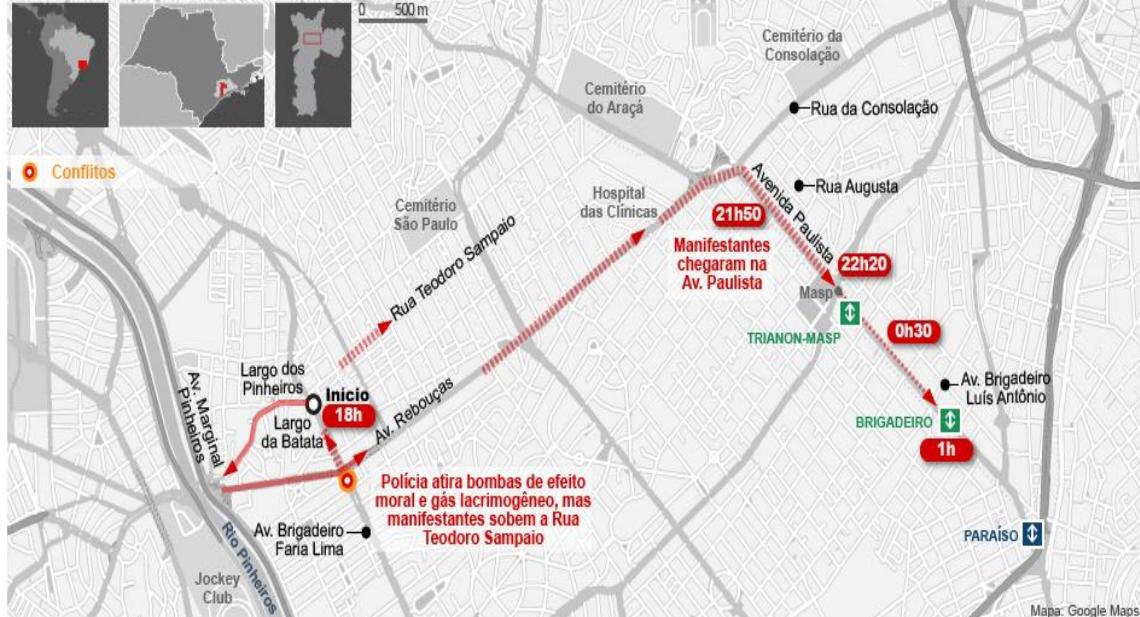
¹⁵ Esta tática é definida por uma autonomia política voltada para a transformação na forma de gestão do corpo. Esta carrega o sentido da resistência e da desconstrução de corpo dócil; caracterizadas pela violência e rebeldia do corpo com o objetivo da ocupação espacial das ruas.

¹⁶ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/23/avenidas-reboucas-e-francisco-morato-lideram-ranking-da-cet-de-vias-mais-congestionadas-em-sp.ghtml> (acessado 12/01/2020)

por diversos centros financeiros de São Paulo como o Centro Empresarial de São Paulo e o novo centro financeiro/econômico da cidade localizado na Avenida Luis Carlos Berrini.

Pode-se citar um desses exemplos de ódio com o comentário do promotor de justiça Rogério Leão Zagallo, da 5º Vara do Júri de São Paulo, publicado em sua página pessoal do Facebook:

“Estou há duas horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a tropa de choque que essa região faz parte do meu Tribunal de Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petistas de merda. Filha da puta. Vão fazer protesto na puta que pariu... Que saudade da época em que esse tipo de coisa era resolvido com borrachada nas costas do medras...”
(Facebook de Rogério Leão Zagallo)¹⁷



Mapa II – Trajeto do dia 7 de junho, sexta-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

¹⁷ <https://www.facebook.com/jean.wylls/photos/estou-h%C3%A1-duas-horas-tentando-voltar-para-casa-mas-tem-um-bando-de-bugios-revolta/957424950972179/> (acessado 12/11/2018)

4.3 DIAS 8 A 10 DE JUNHO, SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 2013

Nos dias seguintes aos primeiros protestos, os meios de comunicação tradicionais não tardaram em reforçar o discurso de vandalismo, desqualificando os manifestantes apresentando-os como punks e membros de partidos sem maior expressão política. As matérias argumentavam que os atos prejudicaram a população como um todo ao interromper o trânsito, além de noticiar sobre o fechamento de comércios nos locais destinados às manifestações e, também, a dispensa de alunos e funcionários de escolas e empresas da região. Este resultado foi o esperado pelo MPL, que tinha como objetivo abalar o cotidiano da cidade e assim afetar o andamento da economia de São Paulo.

“Após cenas de vandalismo anteontem na região central, uma nova passeata levou comerciantes a baixarem portas, empresas a dispensarem funcionários e uma escola de Pinheiros a convocar os pais para buscar os alunos antes. [...] Hélio Marcos Toscano, diretor do colégio Palmares, de Pinheiros, contou que decidiu antecipar em uma hora a saída dos alunos pelo temor de que cenas de confronto do dia anterior se repetissem. “Como não tínhamos segurança da dimensão que isso poderia tomar, resolvemos garantir a tranquilidade de pais e alunos”, afirmou.” (Folha de São Paulo, 2013)¹⁸

Já na segunda-feira o prefeito e o governado estavam ausentes, ambos em Paris para defender a candidatura da cidade de São Paulo para a Expo 2020. Através do jornal Folha de São Paulo, o prefeito Fernando Haddad manifestou-se sobre o movimento, alegando que este não tinha disponibilidade para o diálogo e que precisava renunciar à violência. O Passe Livre respondeu às críticas do prefeito, publicando uma nota em que declara estar disposto a negociar, tendo como única pauta a revogação do aumento:

“O Movimento Passe Livre São Paulo está perfeitamente aberto ao diálogo; no entanto, não temos disposição em negociar diferente daquilo que a população está exigindo nas ruas. Nas atuais mobilizações temos uma reivindicação clara: REVOGAÇÃO DO AUMENTO. Voltaremos ao centro na terça-feira às 17h na praça do ciclista e

¹⁸<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112953-novo-ato-contra-tarifa-faz-ate-colegio-fechar-mais-cedo.shtml> (acessado 12/11/2018)

estaremos nas ruas dos bairros ao longo de toda a semana. A luta está só começando.”
 (Movimento Passe Livre, 2013)¹⁹

4.4 DIA 11 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA, 2013

Na terça-feira, dia 11 de junho, ocorreu o terceiro grande ato contra o aumento das tarifas, o protesto teve início às 17 horas na Praça do Ciclista na Avenida Paulista; mesmo com a forte chuva e com diversos bloqueios policiais a manifestação seguiu em direção ao Terminal Parque Dom Pedro.

Os manifestantes desceram a Rua da Consolação em direção ao Centro, tentando fechar o Corredor Norte-Sul, uma das principais vias da cidade, mas a Polícia Militar impediu o avanço em direção à Avenida 23 de Maio. O ato, então, se dirigiu à Praça da Sé e ao Parque Dom Pedro II. Chegando lá os manifestantes foram duramente reprimidos resultando na dispersão em grupos que se dividiram e passaram a realizar protestos simultaneamente na região da Paulista e na região central.

Depois de seis horas de ato, 20 pessoas são presas, dentre eles um repórter do Portal Aprendiz, e outras duas são atropeladas por automóveis no meio da manifestação, além da ocorrência de dois policiais feridos. Reagindo à repressão policial, houve uma reação com depredações, pichações e queima de sacos de lixos; que afetaram estações do metrô e agências bancárias. Além disso, foi atingida a sede do Partido dos Trabalhadores (PT), todavia, houve uma tentativa dos militantes do MPL de impedir o ataque, mas o prédio teve seus vidros quebrados e o muro pichado; o movimento ligou imediatamente para a liderança do partido desculpando-se por não ter conseguido conter a manifestação.

¹⁹ <http://tarifazero.org/2013/06/09/sao-paulo-nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/> (acessado 12/11/2018)



Mapa III – Trajeto do dia 11 de junho, terça-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.5 DIA 13 DE JUNHO, QUINTA-FEIRA, 2013

Devido a casos de vandalismo, destruições e pichações, no início do dia os grandes jornais do país cobraram uma atuação mais firme da polícia. Em oposição aos grandes meios de comunicação, foi publicado um artigo na seção *Tendências e Debates*²⁰ por um integrante do MPL, este buscou legitimar as manifestações chamando a atenção para o forte impacto do aumento da tarifa.

“Calcula-se que 37 milhões de brasileiros excluídos do sistema de transporte por não ter como pagar. Esse número, já defasado, não surgiu do nada: de 20 em 20 centavos, o transporte se tornou, de acordo com o IBGE, o terceiro maior gasto da família brasileira, retirando da população o direito de se deslocar. [...] O impacto violento do aumento no bolso da população faz as manifestações extrapolar os limites do próprio movimento. E as ações violentas da polícia militar, acirrando os ânimos e provocando os manifestantes, levaram os protestos a se transformarem em uma revolta popular. O prefeito Fernando Haddad [...] ao lado do governador Geraldo Alckmin, exige [...] uma responsabilidade que não nos cabe. Não somos nós os que assinam os contratos e determinamos os custos do transporte repassados aos mais

²⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/113691-porque-estamos-nas-ruas.shtml> (acessado 18/01/2020)

pobres. Não somos nós que afirmamos que o aumento está abaixo da inflação acumulada em 332%, a tarifa deveria custar R\$ 2,16 e o metrô, R\$ 2,59. Além disso, perguntamos: e os salários da maior parte da população, acompanharam a inflação? A discrepância entre o custo do sistema e o quanto, como e quando se cobra por ele evidenciam que as decisões devem estar no campo político, não técnico.” (Judensnaider, 2013).

No entanto, na mesma edição o editor do Caderno *Tendências e Debates* fez o contraponto, argumentando que a tarifa zero custaria R\$ 6 bilhões por ano aos cofres públicos sendo, portanto, inviável, seus argumentos foram totalmente discordantes quanto a posição do Passe Livre. Ele também alega que a ampliação do subsídio para a revogação do aumento corresponderia à diminuição de investimentos em outras áreas e poderia contribuir ainda para a superlotação dos ônibus e trens.

Já na quinta-feira, dia 13, quanto à ação policial e com a justificativa de que: “na verdade os manifestantes querem implantar o caos e a desordem na cidade” (Judensnaider, 2013), o comandante das operações policiais na região central, o tenente-coronel Marcelo Pignatari, afirmou que não haveria tolerância. Segundo ele: “Não vamos deixá-los à vontade pela cidade e vamos agir para evitar qualquer tipo de ação que quebre a ordem [...]” (Judensnaider, 2013).

Por volta das 17 horas os manifestantes começam a se reunir em frente ao Teatro Municipal, como de costume, e num clima de tensão as lojas do centro começaram a fechar as portas às pressas e trabalhadores da região foram dispensados mais cedo. Por ser um lugar próximo ao ponto de encontro dos manifestantes, a Polícia Militar montou uma operação preparada para uma batalha na Praça do Patriarca, segundo Judensnaider (2013); manifestantes que passavam pelo lugar eram revistados, e cerca de 40 pessoas foram detidas antes mesmo do início do ato. Entre as justificativas estava o porte de vinagre que os manifestantes carregavam para aliviar os efeitos do gás lacrimogêneos.

Dado o início do protesto, este seguiu pelas ruas do centro pacificamente, moradores e frequentadores desses lugares demonstram apoio e, em alguns casos, juntavam-se a este; o ato percorreu a Rua Xavier de Toledo, o Viaduto do Chá e seguiu pela Avenida Ipiranga, uma das avenidas principais vias do centro velho. Quando a manifestação passava por esta, indo em direção à Rua da Consolação, essa se deparou com uma barreira policial. Esperando a autorização do comandante da tropa para prosseguir com o ato, o MPL tentou ligar para o comandante da operação, como haviam planejado, mas, não houve sucesso. Entretanto, segundo o major da PM Lídio, o acordo era para que os manifestantes não subissem em direção à

Avenida Paulista, “Se não é para cumprir acordo, aguentem os resultados”²¹. E foi nesse momento e sem nenhum motivo, que a tropa de choque surgiu na Rua Maria Antônia e mesmo com os gritos dos participantes de “Sem violência!”, a tropa respondeu com bombas de concussão, gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha; esse dia foi marcado pela maior violência policial no período democrático, segundo Judensnaider (2013).

Os manifestantes tentaram subir a Rua da Consolação, por volta das 19h15, mas houve dispersão, uma parte seguiu até a Avenida Paulista, que voltou a ser interditada por volta das 21h30. A outra foi à Rua Fernando de Albuquerque, e lá um grupo de manifestantes fez barricadas ateando fogo em objetos.

Devido à forma como os policiais agiram, manifestantes foram perseguidos e alvejados com balas de borracha e bombas de concussão, que resultaram em ferimentos de pedestres que não tinha relação com o ato e em jornalistas. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, foram sete repórteres atingidos no protesto, um jornalista da revista *Carta Capital* e um fotógrafo do portal *Terra* foram levados para o 78º DP, na Zona Sul da cidade, mas foram liberados por volta das 19h30. De acordo com o site do *G1*, outros detidos foram levados à delegacia por portarem vinagre e spray²².

Ainda quanto à cobertura da imprensa, houve uma inesperada reação do público do programa de jornalismo policial ultraconservador e sensacionalista da Rede Bandeirantes, *Brasil Urgente*, apresentado por José Luiz Datena. Ao fazer uma pesquisa da opinião pública a respeito do protesto, o apresentador se deparou com uma resposta inesperada.

“Baderna eu sou contra, velho. Baderna, me inclua fora dessa, me inclua fora dessa nesse negócio de baderna. Me inclua fora dessa. Eu acho que o protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública, e joga esses caras contra a população. Porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento. Então vou fazer uma pesquisa em cima disso aqui. [...] “Você é a favor desse tipo de protesto?”, que inclui aí depredação pública, o pessoal andando nas vias públicas. Não estou perguntando sobre o aumento, que eu também sou contra [...]. [não: 895/ sim: 1020] Até agora a maioria – eu não sei se os caras entenderam bem, mas – acha que esses protestos de quebrar tudo e tal é legal. Quer dizer, a opinião do povo prevalece. Eu dou a minha opinião. Eu não sou a

²¹ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>
(acessado 19/12/2018)

²² <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>
(acessado 19/12/2018)

favor desse tipo de quebra-quebra [...]. Eu votaria “não”. [...] Você é a favor desse tipo de protesto? Não: 1233 pessoas estão dizendo não. Mas quase, quase, 1700 pessoas que não aguentam mais tão dizendo sim. A voz do povo é a voz de Deus. Tá pau a pau, mas tem muito mais gente dizendo sim do que não. Se bem que tá pareado”. Judensnaider (2013, p. 97)

Diante dessa surpresa com os resultados e incapaz de manipulá-los, o apresentador que fez a declaração explicita de ser contra “a esse tipo de protesto” e reformula a pergunta.

“Será que nós formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protesto com baderne? Eu acho que essa seria a pergunta. 2859 pessoas disseram que são a favor deste tipo de protesto. [...] Repito: sou a favor de manifestações pacíficas [...]. Cadê a outra pesquisa que eu pedi pra fazer aí, pra ver se as pessoas entenderam mesmo?” Judensnaider (2013, p. 98)

Os resultados não foram mudados, o “sim” ainda estava ganhando e com isso o apresentador é forçado a mudar de opinião: “[não: 986/ sim: 2321] Mas o povo já deu pra sentir: o povo tá tão P*** da vida com o aumento de passagem [...] que apoia qualquer tipo de protesto, pelo que eu vi.” Judensnaider (2013).

No final da noite os meios de comunicação mudaram o enfoque das manifestações, falando da necessidade de se fazer a distinção entre manifestantes pacíficos e baderneiros. Nessa etapa começa a ter os primeiros sinais de dispersão de pautas do protesto. Simultaneamente à cobertura televisiva, as redes sociais repercutiram os acontecimentos dos protestos, através de relatos e comentários quase em tempo real sobre a brutalidade vistas nas ruas. Nessas, foram compartilhados vídeos de pessoas sendo agredidas por policiais. Diante dos inúmeros relatos e vídeos dos abusos da polícia, as declarações feitas nas redes sociais começam a deslocar o eixo temático da manifestação da questão da tarifa para o direito de se manifestar.

Em consonância com os acontecimentos ocorridos no dia 13 em São Paulo, o prefeito Haddad declara que irá investigar o excesso cometido pela polícia e faz uma avaliação crítica da atuação da PM. Em contrapartida o governador Alckmin não se manifesta, isentando-se de qualquer responsabilidade sobre a repressão policial ocorrida e aleatoriamente, como se nada houvesse ocorrido, finaliza o dia com uma mensagem no Twitter parabenizando a população de Guaratinguetá pelos 383 anos da cidade.



Mapa IV – Trajeto do dia 13 de junho, quinta-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.6 DIA 14, 15 E 16 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA A DOMINGO, 2013

Na sexta-feira, dia 14, destaca-se que pela primeira vez desde a primeira grande manifestação, a imprensa tradicional relatou a violência da polícia, segundo Judensnaider (2013), houve uma reação da sociedade civil e organizações de direitos humanos devido ao aumento das denúncias, também aconteceu dos estudantes de direito e advogados se reunirem e criarem uma rede nomeada de “habeas Corpus – Movimento Passe Livre”, visando dar apoio jurídico aos manifestantes nos próximos protestos. À noite o *Jornal Nacional* abordou as denúncias dos abusos policiais e os relatos de vandalismos foram pontuais e abordados como uma reação à postura da polícia. Já na Rede Bandeirantes, o apresentador Datena, que apesar de evidentemente desconfortável com a nova posição de defesa dos manifestantes, questionou o Governador sobre os excessos cometidos pela polícia.

Com as críticas à ação policial desde sexta-feira houve uma mudança sob o aspecto com o qual a imprensa noticiava os protestos, no jornal *O Globo*, por exemplo, de domingo havia uma matéria que trazia elementos em apoio à causa dos manifestantes. Até então, as notícias salientavam que o aumento dos 20 centavos era abaixo da inflação e isso não resultava em uma mudança tão significativa; mas agora os jornais traziam depoimentos de trabalhadores que não poderiam pagar a tarifa do transporte público.

Segundo Judensnaider (2013), a repercussão da hostilidade policial dos últimos dias indicou uma forte ampliação da dimensão dos protestos, esses aumentos vinham da ideia da adesão de pessoas que começaram a reivindicar pelo próprio ato de manifestar-se. Como sugere o anúncio do jornal *Estado de São Paulo*: “Repressão da PM faz movimento crescer e muda o foco de protesto” Judensnaider (2013).

Devido às denúncias de abusos e à medida que as expectativas para o protesto de segunda-feira tomavam grandes proporções, celebridades passaram a expressar apoio aos atos; como a cantora Elsa Soares que adaptou a canção “Opinião”, de Zé Keti, criticando o aumento da tarifa, o vídeo da apresentação tornou-se rapidamente um viral nas redes sociais e foi visualizado por mais de 50 mil pessoas. Outro ato de apoio às manifestações foi a Campanha “Doí em Todos Nós”, organizada pelo fotógrafo Yuri Sardenberg que apresentou fotografias de personalidades brasileiras com os olhos maquiados de roxo em referência à jornalista Giuliana Vallone, atingida por policiais; colaboraram com a mesma a cantora Luciana Mello e o ator Ricardo Mansur e as atrizes Yasmin Brunet e Thayla Ayala.

Já pelas redes sociais como Facebook e Twitter, expressaram suas indignações e apoio às manifestações celebridades mais conservadoras como o comediante Rafinha Bastos, o apresentador da Rede Globo de televisão Luciano Huck, a cantora Luiza Possi, além da top model Candice Swanepoel e da integrante da banda Rage Against The Machine, Tom Morello.

Além do protesto convocado pelo MPL para o dia 17, foram criados outros eventos na rede social Facebook para a mesma data e local; como, por exemplo, “Grande quadrilha no quinto grande ato contra!” e “Marcha pela legalização do Vinagre” são exemplos desses eventos.

Para a manifestação de segunda-feira foram convocadas atos para dezenas de cidades do país, além disso, também são marcados protestos em apoio às manifestações brasileiras em 27 cidades pelo mundo²³ como Boston, Chicago, Nova York, Paris, Londres, Lisboa, Frankfurt, Berlim, Porto, Toronto, Cidade do México, Buenos Aires, Tóquio. Com o apoio recebido pelo movimento e a ampliação da dimensão dos atos, o Secretário de Segurança Pública do governo do estado, Fernando Grella, convidou o Passe Livre para uma reunião de negociação no dia 17.

Ainda há uma mudança significativa sob o aspecto das manifestações não serem mais identificadas como um movimento de partidos de “extrema esquerda” e, segundo Judensnaider (2013), sugerirem que sob a insatisfação com o preço escondem-se muitos outros descontentamentos.

²³ JUDENSNAYER, Elena. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. 240 p.

Em paralelo com a mudança do discurso da imprensa, também houve uma tentativa de começar buscar novas motivações para os protestos; a maior intervenção veio da revista *Veja*²⁴, com uma repostagem na qual desqualificava os manifestantes de classe média por defenderem uma demanda popular e sugere que deveria haver um motivo que não fosse apenas a confusão e a excitação juvenil para os atos. A capa da revista indicou um motivo: “A Revolta dos jovens – Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?” Judensnaider (2013).

Outra grande revista semanal, a *IstoÉ*²⁵, aborda a centralidade da luta pela redução dos preços dos transportes e em sua capa confere legitimidade à demanda dos manifestantes: “O cidadão que anda de ônibus duas vezes ao dia deixa na catraca três salários mínimos por ano. Há razões para protestar”.

Vivencia-se então a difusão das pautas, antes mesmo do quinto grande ato, como, por exemplo, a quinta publicação mais compartilhada nas redes sociais, uma imagem difundida pelo grupo de hacker AnonymousBrasil na qual dizia: “O povo acordou, o povo decidiu, ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil!” Judensnaider (2013). Os temas que mais se sobressaíram na temática de dispersão de pautas foram: a corrupção, gastos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, saúde e educação.

4.7 DIA 17 DE JUNHO, SEGUNDA-FEIRA, 2013

“Além da temática dos protestos, a imprensa apresentava forte expectativa em relação às negociações dos movimentos sociais com as autoridades, prevista para a manhã do dia 17; na sede da Secretaria de Segurança do Estado, e com a participação do Ministério Público, [...] movimentos sociais e o MPL houve uma reunião, com cerca de duas horas, cujo objetivo do governo era a negociação do trajeto da manifestação. O MPL afirmou [...]: “A decisão do caminho da manifestação é uma decisão política nossa, nós não vamos decidir o trajeto do movimento com eles. [...] A polícia tem que garantir a segurança dos manifestantes não importa o trajeto que a gente escolha fazer.”” Judensnaider (2013, p. 157)

²⁴ A *Veja* é uma revista de distribuição semanal brasileira publicada pela Editora Abril às quartas-feiras. Criada em 1968 pelo jornalista Roberto Civita, a revista trata de temas variados de abrangência nacional e global. Entre os temas tratados com frequência estão as questões: políticas, econômicas, e culturais; essas são geralmente retratadas de com viés ideológico conservador e reacionário, tendo em vista que o seu público-alvo consiste nas classes mais abastadas da sociedade. Esta são pessoas que, geralmente, não quererem renunciar a seus privilégios e sendo contra qualquer tipo de política volta a igualdade social.

²⁵ A *ISTOÉ* é uma revista semanal brasileira de informações gerais, criada em 1976 e publicada pela Editora Três, empresa fundada pelo empresário Domingo Alzugaray. A revista nasceu de um encontro entre os proprietários da Editora Três - o empresário Domingo Alzugaray, o jornalista Luís Carta. Suas notícias possuem o mesmo caráter ideológico e público-alvo da Revista *Veja*.

A atitude do Passe Livre corrobora com o significado de semióforo, onde o espaço possui poder e é reconhecido por sua força simbólica, visto que os representantes dos governos da cidade queriam decidir junto com o movimento social o trajeto a ser definido durante os atos. O MPL recusou está ideia já que as ruas e os percursos que foram sugeridos pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e pelo prefeito da cidade, Fernando Haddad, não tinham uma grande importância no cotidiano da cidade e, portanto, a ocupação das mesmas não traria impacto necessário para pressionar as autoridades e consequentemente reduzir a tarifa.

Para o dia 17 de junho, segunda-feira, o ato iniciou às 18h horas no Largo da Batata, Pinheiros; com 215 mil manifestantes, de acordo com Judensnaider (2013). Devido ao grande número de pessoas o trajeto sugerido pelo MPL dividiu-se em dois grandes grupos: o primeiro seguiu pela Avenida Rebouças e Marginal Pinheiros; o segundo percorreu a Avenida Faria Lima, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek e a Avenida Berrini (todas consideradas como o novo centro financeiro da capital). O encontro dos dois grupos aconteceu na Ponte Estaiada Octávio Frias de Oliveira, símbolo do progresso e, também, novo cartão postal da cidade; todavia, como ocorreu uma enorme aglomeração em diversos pontos da cidade devido à dispersão no trajeto da manifestação, os vários grupos ocuparam simultaneamente várias vias importantes de São Paulo. E foi nesse momento que finalmente a cidade parou.

Na mesma noite, centenas de pessoas vão às ruas em todo o país, as manifestações aconteceram em mais de 30 cidades, sendo 13 destas capitais; segundo Judensnaider (2013). Destaca-se, também, que nesse dia o conjunto de pautas se diversificou que foram desde a defesa do direito de manifestação a assuntos em torno de melhorias de serviço público, bem como saúde e educação, denúncia dos gastos públicos com a realização de grandes eventos e a corrupção.

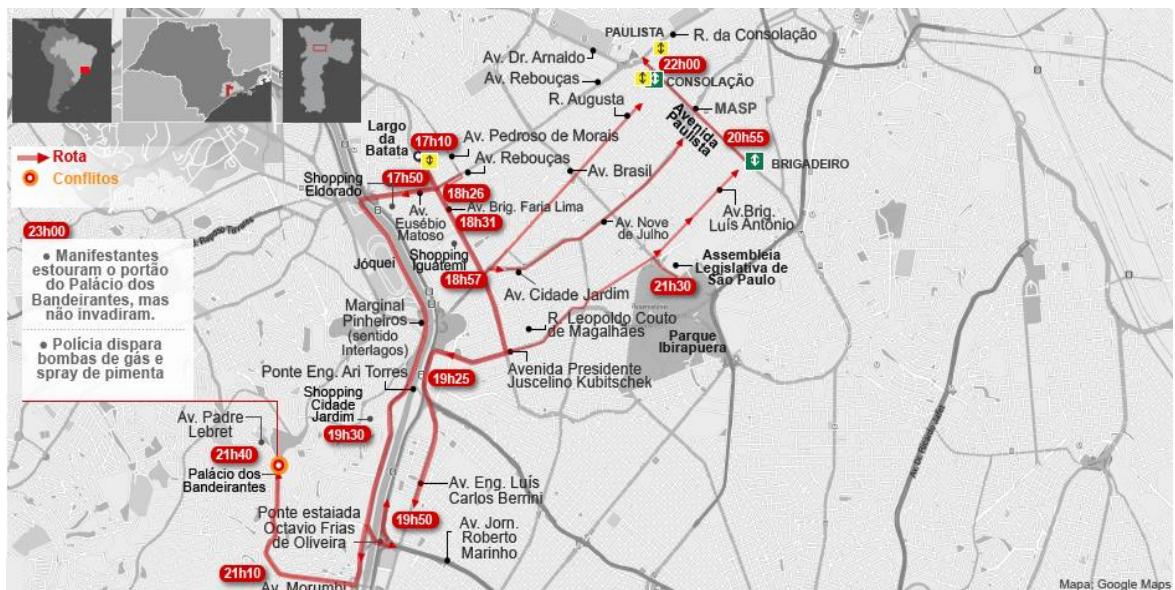
Quanto à ação da polícia, está apenas acompanhou o percurso dos atos, sem intervir e nem impedir a ocupação das vias; não houve detenções, manifestante ferido ou cenas de depredação e vandalismo, e com os gritos de “Que coincidência! Não tem polícia, não tem violência!” o protesto ocorreu normalmente. A única ocorrência da atuação militar foi quando um dos grupos de manifestantes se aproximou do palácio²⁶. Estes tentaram forçar a porta de entrada do Palácio dos Bandeirantes, da sede do governo estadual, mas foram impedidos pela polícia militar.

²⁶ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-leva-65-mil-ruas-para-av-paulista-e-tem-tumulto-no-palacio.html> (acessado 16/01/2019)

Antes da difusão de pautas as palavras de ordem eram predominantemente em relação à tarifa como, por exemplo, “vem pra rua, vem contra o aumento!” e “mãos ao alto! R\$3,20 é um assalto!”. Agora as falas de ordem eram variadas, como: “Brasil, vamos acordar, o professor vale mais do que o Neymar!”. Com uma atmosfera de verde-amarelo, com o hino do nacional ressoando em diversas áreas do percurso, a ampliação de manifestantes foi descaracterizada da mais importante demanda dos protestos, o aumento da tarifa.

Na zona sul de São Paulo, alguns manifestantes que estavam próximas à sede da TV Globo expressaram palavras contra a emissora, está se pronunciou a respeito:

“A TV Globo vem fazendo reportagens sobre as manifestações desde o seu início e sem nada a esconder: os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e quando houve depredações e destruição de ônibus. É nossa obrigação e dela nós não nos afastaremos. O direito de protestar e se manifestar pacificamente é um direito dos cidadãos.” Judensnaider (2013, p. 165)



Mapa V – Trajeto do dia 17 de junho, segunda-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.8 DIA 18 DE JUNHO, TERÇA-FEIRA, 2013

No dia 18, terça-feira, quanto à cobertura da imprensa sobre as manifestações do dia anterior foram predominantemente a difusão de pautas, para caracterizar a novas reivindicações os jornais utilizou-se de depoimentos e relatos com expressões do tipo: “novas reivindicações”,

“pauta ampla” e “alta da tarifa em segundo plano”. As imagens que acompanhavam as notícias apresentavam cartazes como “Somos filho da revolução. Acredite, não é só por R\$ 0,20”; “Fifa go home”; “fora Dilma! Fora Cabral! PT = pilantragem e traição” e “Fora Alckmin” (Judensnaider, 2013).

É interessante ressaltar duas observações: uma delas é que nenhum dos jornais mencionou o aumento da tarifa; e outra ressalva é que começou a surgir nas redes sociais petições para impeachment da presidente Dilma²⁷, da qual até o dia 18 de junho já havia constatado 250 mil assinaturas. Isso se deu ao aumento do número de manifestantes com tendências mais conservadoras e reacionárias, desta forma a imprensa tradicional viu uma forma de tirar o foco principal das tarifas e direcioná-los para assuntos convenientes a esta, como, por exemplo, ataques ao governo do PT. Sobre o perfil dos novos manifestantes, a Datafolha realizou uma pesquisa durante o ato do dia anterior, a maioria dos manifestantes teria entre 26 a 35 anos, participavam pela primeira vez da manifestação (71%) e haviam sido informados do protesto pela Facebook (81%); em relação aos partidos 84% afirmaram não ter preferência partidária.

Ao final do dia tem o início ao sexto grande ato, com a concentração inicial no centro velho de São Paulo, Praça da Sé, onde se localiza o marco zero da cidade, além da principal Catedral da Sé. O MPL pretendia conduzir a manifestação até a Avenida do Estado e, de lá, à Marginal Tietê (uma das principais vias expressas da cidade); todavia, não foi possível conter as 50 mil pessoas que se dirigiram à Praça Ramos. Deste ponto os manifestantes separam-se em dois grupos, uma parte se dirigiu para a Avenida Paulista e a outra se concentrou na prefeitura. Houve também problemas nas saídas da capital, com bloqueios nos acessos às importantes rodovias Castello Branco, Anchieta e Raposo Tavares²⁸, tratando-se de vias que conectam a capital paulista ao interior e ao litoral do estado.

Um episódio significativo que ocorreu neste dia foi a chegada ao Edifício Matarazzo, sede da prefeitura da capital, pois uma parte dos manifestantes que estavam no local tentou invadir o prédio, embora a outra parte tentasse detê-los, estes foram agredidos, enquanto a Guarda Civil Metropolitana ficou acuada dentro do prédio. Nos arredores da prefeitura a situação ficou descontrolada: lojas foram saqueadas; edifícios foram depredados; e um veículo da emissora Record foi incendiado. No interior da prefeitura, funcionários e assessores se armaram e ergueram barricadas, algumas pessoas ligaram para os integrantes do MPL pedindo

²⁷ JUDENSNAIDER, Elena. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. 240 p.

²⁸ <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos/2013/cobertura/> (acessado 21/01/2019)

para controlar a multidão, em resposta o movimento informa que agiu para tirar os manifestantes, mas não obteve resultado. Destaca-se que pelo centro velho da cidade não se via viaturas policiais para coibir a violência, o que gerou apreensão na prefeitura e estranhamento nos meios de comunicações.



Mapa VI – Trajeto do dia 18 de junho, terça-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb>

4.9 DIA 19 DE JUNHO, QUARTA-FEIRA, 2013

Pela manhã do dia 19, quarta-feira, a imprensa dá destaque a difusão de pautas nas manifestações em editorial intitulado “Vontade de falar”, o jornal o Estado de São Paulo evocou o clima de mobilização dos últimos dias e apontou múltiplas e vagas insatisfações, evidenciando o início das diversas pautas das manifestações. Seguindo esta mesma linha o jornal Folha de São Paulo trouxe também um editorial cujo assunto foi “Incógnitas nas ruas”, atribuindo a violência a grupos minoritários o periódico chamou a atenção de seus leitores para a ampliação das reivindicações das pautas nas manifestações, como: Corrupção, impunidade, PEC 37, o aumento dos homicídios, os gastos com os estádios para a Copa, o IDH, a qualidade das escolas e hospitais públicos. Além desses assuntos, outro tema relevante foi à demora na reação da polícia militar, quanto à invasão do prédio da prefeitura; com isso a mídia tradicional, tendo como o seu maior expoente a Rede Globo de Televisão, que conseguiu desviar a importância da principal reivindicação das manifestações, o aumento do transporte público. Além desses

assuntos, outro tema relevante foi à demora na reação da polícia militar, quanto à invasão do prédio da prefeitura; com isso a mídia tradicional, conseguiu desviar a importância da principal reivindicação das manifestações, o aumento do transporte público.

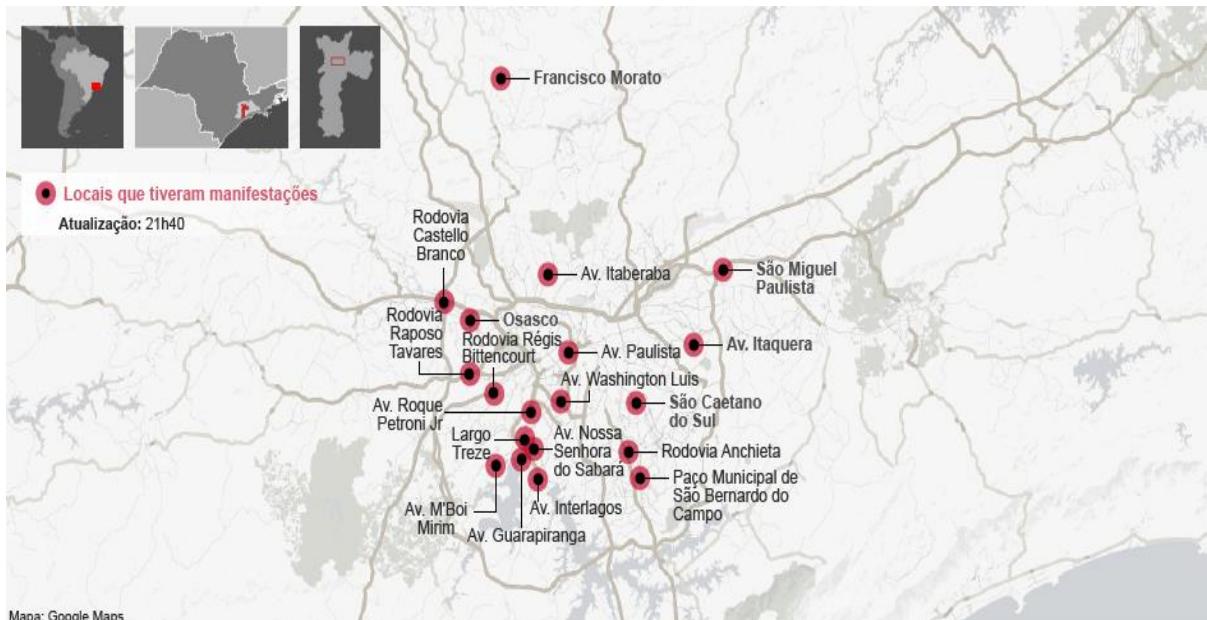
O principal expoente desta foi a Rede Globo de Televisão, que através dos seus noticiários começou a destacar outras reivindicações e invisibilizando a causa principal destas, o aumento da tarifa dos transportes públicos. Inicialmente os telejornais da emissora que no início dos atos relatavam os mesmos de maneira desfavorável foi percebendo a que a sociedade civil começou a apoiar os mesmos, sendo assim Rede Globo, mudou a forma de abordar essa questão e tratou de exibir o lado pacífico do movimento, e que na verdade a violência partiu, sobretudo, dos policiais militares, que utilizaram-se de força excessiva para reprimir os manifestantes e desta forma a mesma foi conduzindo as notícias até suprimir a pauta principal.

Mesmo com o redirecionamento da pauta do aumento, na mesma manhã o prefeito marcou uma reunião com o Conselho Político composto pelos secretários mais próximos com os quais toma as principais decisões de governo; nesta reunião, muitos argumentos contribuíram para a decisão de revogar o aumento. Setores do PT justificavam essa atitude para evitar um desgaste político maior e a prefeitura acreditavam que tanto os policiais quanto os manifestantes estavam fora de controle e que situações de violências como ocorrida no dia anterior poderiam se repetir.

Este foi o dia mais significativo para os atos, pois neste mesmo dia à tarde aconteceu um imprevisto, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, liga para Fernando Haddad avisando-o que está concluída a negociação com o governador Sérgio Cabral para baixar a tarifa de ônibus, metrô e barcas na cidade, para evitar desgaste junto à grande manifestação prevista para o dia seguinte. Sendo assim, essa decisão dos governos do Rio concentraria em São Paulo toda a atenção da imprensa, que até então era dividida entre as duas principais cidades do país. Com isto, Haddad e Alckmin discutem a situação com a pressão que cairia sobre eles; se reunindo no Palácio dos Bandeirantes e avaliando que o melhor a fazer seria a revogação do aumento.

Consequentemente, após múltiplos e intensos atos contra este aumento e inúmeros embates entre manifestantes e policiais, além de paralisações nas principais vias de São Paulo, o governador e o prefeito convocam uma coletiva de imprensa para finalmente anunciar a decisão, a declaração da revogação do aumento é feito no Palácio dos Bandeirantes. Está foi uma vitória para a população paulistana, pois com a estratégia do MPL de ocupar as ruas mais simbólicas da cidade, além da persistência dos atos por vários dias, a notícia foi recebido com

grande satisfação por aqueles que lutaram por esta, pois essa revogação trouxe como benefício o acesso à cidade e a economia mensal para as classes menos favorecidas da cidade de São Paulo.



Mapa VII – Trajeto do dia 19 de junho, quarta-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.10 DIAS 20 A 30 DE JUNHO, 2013

Mesmo depois do governador e o prefeito de São Paulo anunciar a redução da tarifa, a cidade continuou sendo palco de diversas manifestações e com pautas diversificadas. Um exemplo dessas manifestações ocorreu no dia 21, sexta-feira, cerca de 60 representantes de diversos coletivos e movimentos sociais que atuam em bairros periféricos da zona sul de São Paulo se reuniram na sede da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), no Jardim Guarujá, para articular estratégias de combate a ideais classificados como fascistas. Isso ocorreu devido à presença de grupos com símbolos associados ao nazismo e fascismo no ato do dia 20 de junho, quinta-feira, quando milhares de pessoas se reuniram na Avenida Paulista pedindo, entre outras pautas associadas ao conservadorismo, o fim dos partidos e dos governos. Além disso, na manifestação de quinta-feira, as bandeiras de legendas políticas e da Uneafro foram queimadas e militantes ficaram feridos; para os movimentos sociais, isto está associado a palavras de ordem como “Fora Dilma”, sinalizando a intenção desses grupos de usar formas não democráticas para atingir seus objetivos. Segundo o coletivo, era preciso reafirmar os preceitos

da esquerda e formular uma pauta de reivindicações unificada e objetiva que contemplasse as demandas das regiões mais pobres da cidade, além de não permitir que grupos de direita usassem a população como massa de manobra²⁹.

Neste mesmo dia no Largo da Batata às 18h houve uma manifestação em direção ao MASP para exigir os direitos LGBTQI+, entre as reivindicações estava o fim da PEC 37, a cura gay. Quando o ato estava seguindo pela Avenida Rebouças este se encontrou com outros manifestantes que protestavam contra o governo à época; entretanto o ato LGBTQI+ sobressaiu-se sobre as demais reivindicações, pois esta reunia um número expressivo de manifestantes que resultou no ofuscamento do outro grupo, além de um grande destaque nos meios de comunicação tradicionais³⁰.



Fotografia IV – Expansão das pautas nas Manifestações de Junho de 2013, ato LGBT. Fonte: Raul Zito, G1.

²⁹ <https://www.redebrasilitual.com.br/cidadania/2013/06/contra-fascismo-grupos-de-periferia-se-articulam-em-sao-paulo-6181.html> (acessado 07/02/2019)

³⁰ <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos/2013/cobertura/> (acessado 24/01/2020)

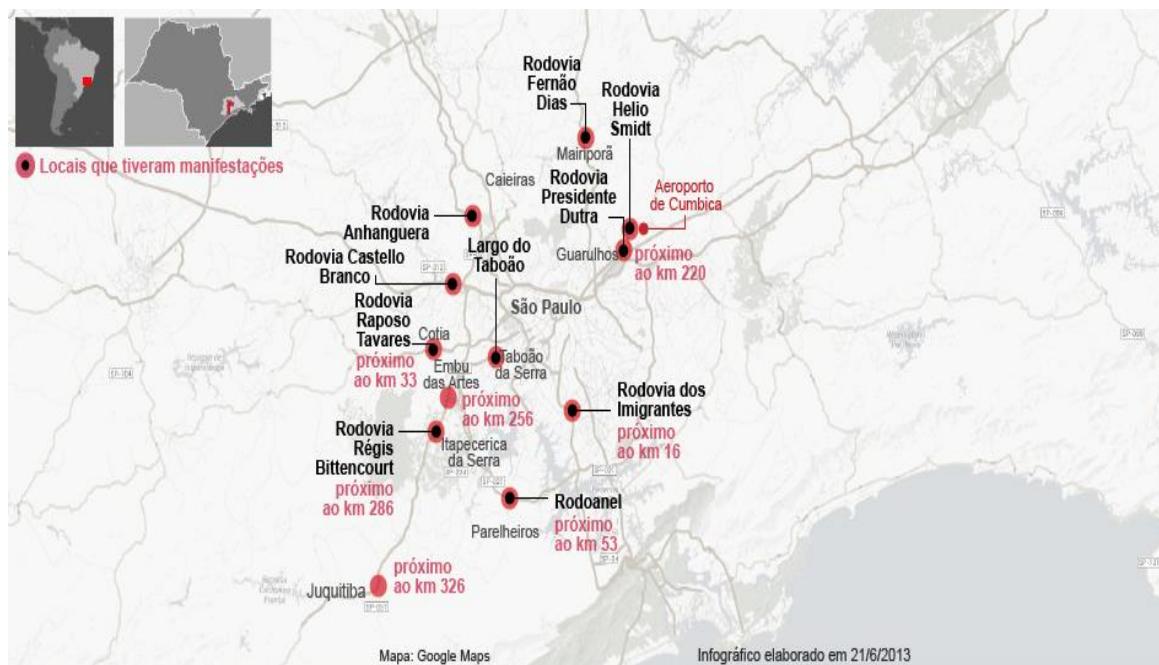


Fotografia V – Expansão das pautas nas Manifestações de Junho de 2013, grupos associados ao conservadorismo. Fonte: Daniel Teixeira, Jornal Estadão.

Apesar de o Passe Livre possa ter se retirado das manifestações seguintes, devido ao êxito de ter conseguido baixar a tarifa³¹, houve três manifestações simultânea na manhã do dia 25 de junho, terça-feira, nas periferias da cidade de São Paulo com a ajuda do MPL. Dois atos localizaram-se na zona sul da capital: Capão Redondo e Campo Limpo; manifestando pelas ruas da região os dois grupos reuniram-se na Avenida Carlos Caldeira Filho, por volta das 8 horas e 40 minutos. Já a terceira manifestação ocorreu em Guaianases, zona leste. Foram mais de mil pessoas³² aos atos organizados pelos movimentos sociais Periferia Ativa e Trabalhadores Sem Teto; o percurso acabaria no Palácio dos Bandeirantes, mas por volta das 11 horas e 30 minutos o movimento se dispersou na Avenida João Dias. As pautas dos atos referiam-se a reforma urbana, saúde e educação nos “padrões FIFA”, além do fim da violência na periferia, desmilitarização da polícia, tarifa zero nos transportes e redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução do salário.

³¹ <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html> (acessado 07/02/2019)

³² <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/com-apoio-do-mpl-mais-de-mil-protestam-na-periferia-de-sao-paulo,248e9585c2b7f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html> (acessado 07/02/2019)



Mapa VIII – Trajeto do dia 21 de junho, sexta-feira. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/>

4.11 QUADRO DO RESUMO DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO 2013

O quadro a baixo tem por finalidade resumir os eventos mais relevantes ocorridos em cada dia das manifestações na cidade São Paulo, destacando as principais vias ocupadas durante os atos e suas repercussões. Pode se observar no mesmo o conceito de semióforo empregado por Chauí (2000), do qual o espaço possui um poder simbólico; esse peso que as vias possuem foi propositalmente explorado pelos manifestantes, pois muitas delas são ocupadas repetidamente em quase todos os dias dos atos ocorridos. Desta forma houve uma quebra do cotidiano que impactou as áreas socioeconômicas da cidade, influenciando de uma maneira incisiva a decisão nos poderes estadual e municipal para a redução da tarifa.

Dias das manifestações	Local de encontro	Principais vias ocupadas	Ação Policial / Repressão	Detidos / Feridos
6 de junho quinta-feira	Teatro Municipal de São Paulo.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Nove de Julho; • Avenida 23 de Maio; • Avenida Paulista; • Praça Oswaldo Cruz; • Rua Treze de Maio; • Terminal Bandeira; • Terminal Parque Dom Pedro II; • Vale do Anhangabaú. 	Intensa.	<ul style="list-style-type: none"> • 15 manifestantes detidos; • 8 feridos.
7 de junho, sexta-feira	Largo da Batata.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Brigadeiro Luís Antônio; • Avenida Eusébio Matoso; • Avenidas Faria Lima; • Avenida Paulista; • Avenidas Rebouças; • Marginal Pinheiros; • Rua da Consolação. 	Moderada.	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve detidos; • Não houve feridos.
11 de junho, terça-feira	Praça do Ciclista.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Paulista; • Praça da Sé; • Rua da Consolação; • Terminal Parque Dom Pedro. 	Intensa.	<ul style="list-style-type: none"> • 20 detidos; • 2 feridos; • Alguns policiais feridos.
13 de junho, quinta-feira	Teatro Municipal.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Ipiranga; • Avenida Paulista; • Rua Fernando de Albuquerque; • Rua Maria Antônia; • Rua Xavier de Toledo; • Praça do Patriarca; • Viaduto do Chá. 	Violenta.	<ul style="list-style-type: none"> • 200 detidos.

Dias das manifestações	Local de encontro	Principais vias ocupadas	Ação Policial / Repressão	Detidos / Feridos
17 de junho, segunda-feira	Largo da Batata.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Berrini; • Avenida Faria Lima; • Avenida Presidente Juscelino Kubitschek; • Avenida Rebouças; • Marginal Pinheiros. 	Pouca.	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve detidos; • Não houve feridos.
Dia 18 de junho, terça-feira	Praça da Sé.	<ul style="list-style-type: none"> • Avenida Paulista; • Praça Ramos; • Rodovias Anchieta; • Rodovias Castello Branco; • Rodovias e Raposo Tavares. 	Pouca.	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve detidos; • Não houve feridos.
19 de junho, quarta-feira	Revogação do aumento			

5 BLACK BLOC, POLÍCIA, REDES SOCIAIS/ MÍDIAS E MÍDIA NINJA

Segundo Esther Gallego:

“A realidade, se existe, é um poliedro. As luzes sempre batem em ângulos diferentes. A realidade, se existe, não está composta por verdades absolutas, cânones, ou rigores ortodoxos e sim por pontos de vistas, sentimentos, percepções. Impor um padrão imutável de entender a vida é mais uma forma de violência.”
Gallego (2014, p. 12)

A violência sempre expressa e comunica uma mensagem, mesmos para aqueles que não aceitam o preceito; a mensagem, para Gallego (2014), talvez seja que a sociedade não está pronta para assumir que a raiva dos Black Blocs é um sintoma e que os problemas estruturais das instituições polícias também fazem partes desses indícios; da qual estão explicitando as úlceras do atual modelo social brasileiro. Para a autora, um jovem Black Bloc antes de pixar a parede de um banco, um policial militar descendo a Consolação, às vezes, os atores antagônicos parecem menos distantes.

Neste contexto, os meios de comunicações mais tradicionais e os novos deram uma grande contribuição para a expansão das manifestações de junho de 2013, um exemplo que podemos citar é o fato de o *Jornal Nacional* da Rede Globo ter retransmitido imagens capturadas pela Mídia Ninja. Isto já representa uma “ocupação” para além do asfalto e da calçada, os meios de comunicação via internet vão para a televisão como fonte jornalística e se vê reconhecido pelos grandes meios de comunicação como ator legítimo e até mesmo protagonista em muitas situações.

5.1 BLACK BLOC

Segundo Foucault (1988), segundo a perspectiva da elaboração de um corpo insurgente, rebelde, não submisso o movimento Black Blocs pode ser assim definido por ter uma autonomia política voltada para a transformação na forma de gestão do corpo; esta carrega o sentido da resistência e da desconstrução de corpo dócil. Estas características de desagregação concretizam-se na prática a ocupação espacial das ruas.

Mesmo que tenha sido transformado pela mídia em uma espécie de “Al Qaeda”, os manifestantes que fazem uso das táticas do Black Bloc estão inseridos em uma longa tradição

de reflexões sobre a forma mais adequada e eficaz de se produzir mudança social por meio de protestos de rua. Conforme Ortellado (2014) estas táticas vêm de uma estratégia gandhiana, mas estas não estavam funcionando nos Estados Unidos, e também em nenhuma escala massiva desde o movimento pelos direitos civis, pois os meios de comunicações dos Estados Unidos são incapazes de noticiar os atos de repressão policial como “violência”. Muitos dos jovens que formaram o famoso Black Bloc de Seattle eram na verdade ativistas ambientais que se envolveram em táticas de subir em árvores para impedir suas derrubadas. Estes descobriram que nos EUA dos anos 1990, manifestantes não violentos podiam ser brutalizados, torturados e até mesmo mortos sem qualquer objeção relevante da imprensa nacional.

Os ativistas de Seattle entendiam que a ausência de uma imprensa livre e atuante impedia que as ações de desobediência não violenta tivessem impacto na opinião pública quanto aos efeitos políticos; para enfrentar este dilema os ativistas americanos propuseram ressignificar às táticas do Black Bloc alemã concentrando sua ação em uma modalidade de desobediência que consistia na destruição seletiva de propriedade privada. O objetivo era duplo: resgatar a atenção dos meios de comunicação de massa; e transmitir por meio dessa ação de destruição de propriedades uma mensagem de oposição à liberalização econômica e aos acordos de livre-comércio. Este tipo de ato não é apenas violento como é predominantemente simbólico, para Ortellado (2014), este deve ser entendido mais na interface da política com a arte do que da política com o crime; isto porque a destruição de propriedades a que se dedicaram não buscava causar danos econômicos significativos, mas apenas demonstrar simbolicamente a insatisfação com o sistema econômico.

Apesar de não ser claro em que medida as ações dos Black Blocs foram capazes de transmitir a mensagem política desejada, elas foram eficazes ao capturar a atenção dos meios de comunicação de massa; tal sucesso foi logo percebido por ativistas do mundo inteiro, e a tática Black Bloc à americana, prontamente entrou no repertório dos movimentos sociais, disseminando-se por todo o planeta nos primeiros anos do século XXI.

No entanto, na onda de mobilizações globais que teve início em 2011, esse aprendizado foi esquecido, os ativistas que compunham o Black Blocs foram tratados como arruaceiros inconsequentes e bandidos oportunistas. Os grupos no Brasil em geral têm respeitado os princípios da tática, que inclui não agredir pessoas, nem atacar pequenos comércios.

“Também é preciso saber salientar que essa tática se inscreve na longa tradição de não violência do movimento social norte-americano. A destruição seletiva de propriedade privada não é feita de maneira arbitrária, mas segue regras pactuadas pelos ativistas:

não podem ser alvo os pequenos comércios e as ações não podem resultar na agressão de pessoas e animais.” Ortellado (2014, p. 276)

Tendo em vista isto e o seu histórico de manifestações pela redução das tarifas, o MPL percebeu que para conseguir esse objetivo seria preciso uma nova estratégia de ações em grandes avenidas na hora do rush, sem dar tempo do governo respirar, organizada por um grupo bem articulado politicamente, com acesso as redes sociais e com o maior poder de mobilização e desta forma conseguiria explorar todo o potencial das ruas. Em 2006, 2010 e 2011 este tipo de ação “infernizou”, como diz Novaes (2014), a vida do prefeito Gilberto Kassab; os atos ocorriam quase sempre nos primeiros meses do ano, quando os políticos aumentavam, como aliás, ainda ocorre nos dias atuais, os preços dos transportes públicos enquanto os paulistanos estavam de férias. Este foi o motivo para que a repercussão fosse tão baixa, em sua obra “O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros” Poerner (1995) menciona que o caráter revolucionário do jovem, sobretudo do estudante, está relacionado com o seu ano letivo, ou seja, a probabilidade desses alunos participarem ou não de um ato vai depender se estes estão ou não em seus períodos de férias.

Nas manifestações no mandato do prefeito Kassab, apesar de conseguirem em alguns atos mais de mil pessoas, faltou conquistar o objetivo final de reduzir os preços das passagens; o MPL encurtou o intervalo entre protestos e definiu que as paralisações das vias mais importantes seriam os seus alvos. As barricadas feitas pelos manifestantes eram eficientes, mas segundo Novaes (2014), a tática Black Bloc foi o principal catalisador do processo; esta estratégia, no sentido de resposta a agressão da polícia, foi fundamental para provocar e desestabilizar autoridades e governantes.

Para Vergara (2015), as performances que ocorreram no Brasil em 2013, foram reflexos de uma vida precária e vulnerável em relação ao cotidiano de violência em que os manifestantes eram expostos; neste sentido os atos dos Black Blocs traduziam tais agressões, mas também estabeleciam fluxos de vitalidade criativos com o intuito de tornar a revolta contagiente. É o empoderamento pela violência, no sentido que desconstroem a passividade de seus corpos e utilizam a prática da ação direta para criar uma “zona autônoma temporária” (Vergara, 2015).

“O uso de roupas e máscaras negras e a organização para o confronto visa manter a manifestação mais tempo na rua frente às investidas da polícia. [...] Máscaras e escudos apareceu como técnica de resistência e também como expressão cultural, uma vez que os escudos, bandeiras e as próprias performances como a capoeira e o funk, expressões da cultura popular, trazem mensagens contra a violência policial,

lemboram os desaparecidos da ditadura, criticam as autoridades governamentais, o racismo e a farsa eleitoral, mostrando também uma multiplicidade ideológica: símbolos de anarquia, comunismo, transfeminismo, antimilitarismo, antifascismo, etc.” Vergara (2015, p. 106)

A ação direta contra bancos, prédios públicos e concessionárias de automóveis tornou-se um assunto polêmico e a divisão entre manifestantes pacíficos e “vândalos” foi apenas o início do processo de criminalização das manifestações. Essas ações, para Vergara (2015), expressaram, de diferentes formas, o empoderamento pela violência, no sentido que desconstruíram a passividade de seus corpos e utilizaram a prática da ação direta para a criação de acontecimentos; são eventos potencializadores por uma maior reflexividade ou subversão quanto à ordem social. Também podem ser entendidas como ações criativas que partiram de situações já conflitivas e tensas e que subverteram a ideia do oprimido como vítima, colocando outros “mundos possíveis” em jogo; estes produziram afetos que alteraram a correlação de forças e ressignificaram a percepção sobre tabus relacionados à violência e ao controle sobre os corpos com a possibilidade da transgressão como libertária.

As pessoas que utilizam a tática do Black Blocs possuem uma relação com os diversos públicos, com as cidades e com a mídia pela via do corpo, todos os objetos utilizados na tática adquirem duplo sentido, um de proteção individual e outro coletivo. A máscara não só protege o rosto do gás lacrimogêneo, spray de pimenta e a identidade individual de cada um, como também caracteriza o particular como parte de um todo, anunciando sua disposição para resistência e vontade de permanecer em campo. No contexto dos protestos de junho, Vergara (2015), interpreta esse movimento como uma forma de empoderamento popular e de resistência de agentes marginais nos espaços públicos, políticos e centrais da cidade.

Cada vez que as manifestações eram dispersadas com violência, mais pessoas compartilhavam um momento de opressão, acentuado por toda uma rede de informações construída nos atos; a multidão então começava a relativizar o tabu da violência e um impasse midiático foi travado pela legitimidade da ação “violenta”. Houve então a tentativa de agregar os Black Blocs ao universo do espetáculo, suas aparições na televisão foram uma forma de tentar enquadrá-los, criminalizá-los, processá-los e classificá-los como quadrilha armada.

Os agentes desse movimento são criadores de uma estética da violência e sua ênfase no empoderamento por essa e é também a renovação dos velhos medos que pairam em certo imaginário da elite, que desde os tempos coloniais temem o levante dos escravos; as palavras de ordem subvertem a lógica de que a paz é a ordem. O Black Bloc nega qualquer forma de

identidade, e afirma na destruição seu transbordamento corporal, desterritorializando espaços e dando novos sentidos à cidade.

“Corpos disciplinados por toda a vida que, naquele momento, se desconstruíam transformando em hordas mascaradas que afrontavam contra símbolos do capital e do estado, rompendo bancos, incendiando monumentos, enfrentando a repressão policial [...] constituem uma dupla resistência, enfrentando os dispositivos de controle e também rompendo as amarras de seus corpos disciplinados. Constituição de um novo sujeito desterritorializador de seu próprio corpo. Podemos pensar também o Black Blocs como constituição de uma “Zona Autônoma Temporária” (Hakin Bey: 2004), um levante em que as leis, hierarquias e a própria moral são destruídas de seu poder consagrador para dar espaço à criatividade e à subversão.” Vergara (2015, p. 117)

Para o senso comum o Black Bloc seria composto só por pessoas das periferias, os pobres, os negros, acostumados a se relacionarem, ou forçados a conviverem com as violências estruturais do país, e cuja resposta seria outro tipo de violência. Mas, os adeptos a esta tática são adolescentes desde catorze anos, até adultos na faixa dos vinte, trinta anos, sendo vários deles pais de família com crianças pequenas. Segundo Gallego, o nível de escolaridade também é diversificado, desde alunos da USP, estudantes de universidades particulares de médio ou baixo reconhecimento, trabalhadores, até estudante de escolas públicas de regiões urbanas mais periféricas. A autora traçou um perfil comum dos adeptos que tiveram mais presenças nas ruas e na tática, pode-se dizer que são filhos daquela “classe C”, “classe consumidora”, que começou a ter poder de comprar depois do governo Lula.

Entretanto, mesmo que a periferia mais excluída não esteja retratada na escala da autora, isso não significa que estes estejam ausentes do universo simbólico desses manifestantes; de certa forma existe uma incorporação da realidade e do discurso da favela ao contexto Black Bloc. A maioria aderiu à tática nas ruas de São Paulo motivada pela “ação policial excessiva contra os manifestantes”.

“Eu estava em junho, protestando. Fui a todas as manifestações de junho. Sem máscara, nada, normal. Pensava que era importante estar lá, como cidadã. Vi meus amigos sendo espancados pela polícia. Vi o que aconteceu na Consolação no dia 13. Desde então, só com violência. Eles não respeitam nada, não respeitaram a manifestação pacífica. Se querem violência, terão violência. Não sei, parece que me

decepçioneer, agora não acredito mais na mudança pacífica. (04-09-2013)” Gallego (2014, p. 51)

A violência transmite muito sobre as questões íntimas do conjunto social, suas trevas, sombras, as que não ficam expostas, mas que determinam seus comportamentos; segundo Gallego (2014), as justificativas utilizadas pelos adeptos para explicar o Black Bloc é descrever que o próprio comportamento converge para um mesmo princípio. Para os adeptos a explicação é que a violência nasce da certeza de que os protestos pacíficos não geram resultados políticos efetivos nenhum e da descrença absoluta e firme nas instituições políticas do país.

Para aqueles que estão convencidos de que não existe mais diálogos, a violência, em seus diversos níveis, é a única possibilidade, um resultado direto de omissões e negligências contínuas. Essa consciência se concretiza nas manifestações-guerra, onde tudo parece uma batalha entre policiais e Black Blocs, mas essa violência se expressa de forma performática, uma forma de fazer protestos, uma estratégia fundada na violência-espetáculo, na violência comunicativa como se fosse uma linguagem específica. Ou seja, tudo que é diferente disto não pode ser classificado como Black Bloc, mesmo com máscaras e roupas pretas. Os adeptos da tática possuem a consciência de que depredar o pequeno comércio, queimar carro popular, tacar pedras em pessoas apenas caminhando pela rua, roubar, ou assaltar não faz parte desta.

Os protestos com Black Blocs parecem cerimônias, seguindo suas formalidades, suas violências em lugares e momentos determinados, cada um cumpre o seu papel, o policial em seu personagem e o manifestante no seu. A interpretação é simples, jovens defendem a tática como uma forma de manifestação que utiliza a ação direta, com a intenção de provocar uma reação social e institucional. Segundo Novaes (2014), alega-se sempre que a violência realizada é um tipo simbólico, que pretende buscar uma atitude, ou seja, uma violência comunicativa, que exterioriza a crença de que os canais convencionais de diálogo são inúteis, porque o poder não está disposto a escutar.

“Eles não enxergam nossa revolta. É só com violência que o governo escuta. Não sei, é como se fosse um espetáculo. Se a gente quer ser ouvido, vai ter que jogar para o espetáculo. É a única forma de provocar uma reação. Por isso fazemos a ação direta no centro da cidade, na Avenida Paulista. Se fôssemos para a periferia ninguém escutaria, nenhum jornal ia junto. Aqui, sim, a gente chama a atenção.” Novaes (2014, p. 81)

Manifestando-se no centro e não nas periferias da cidade, os adeptos do Black Bloc utilizam-se de localidades que possuem uma força simbólica, ou seja, um semióforo³³; nestes lugares o Black Bloc pretende trazer e/ou provocar uma reação maior na sociedade, levando há uma consequência presente ou futura.

A localização das manifestações obteve sucesso, pois a imprensa começou expor os acontecimentos sobre o Black Bloc; em um país que possui uma taxa de 50 mil homicídios por ano³⁴, a violência é normatizada. Mas como ela foi trazida para o local que possui uma força simbólica muito alta, esta deixa de ser algo natural para se tornar uma histeria coletiva.

Mesmo em um grupo de intensidade específica com seus ideais e forma de manifestar-se possui as suas diferenças, segundo Novaes (2014), a maior parte dos desentendimentos aparece no uso da ação direta e no papel da violência nos protestos. Para alguns integrantes dessa tática, o Black Bloc deve só proteger os manifestantes dos abusos policiais e não gerar nenhuma violência; para outros adeptos precisam partir para uma lógica mais agressiva e não só defensiva. Novaes (2014, p. 97): “Claro, aqui cada um tem ideias diferentes; às vezes dá briga, às vezes a gente consegue separar... A gente se veste igual, mas nem todo o mundo pensa igual. (21-10-2013)”. Há também diferenças de pensamentos em relação à polícia, pois para alguns esta não seria o inimigo e sim mais uma vítima de um sistema corrupto e manipulador.

Para o Black Bloc o vandalismo simbólico da tática responde a outro muito maior, o legitimado, institucional, aquele com o qual somos forçados a conviver; os crimes do estado, do sistema, que representam a violência real. A violência realizada pela tática é uma forma subversiva de chamar a atenção sobre aquela cometida pelo sistema.

A imprensa gasta páginas e mais páginas de jornal e dezenas de minutos de jornalismo televisivo para discutir a “violência” contra vidraças enquanto a verdadeira violência contra a vida ganha apenas menções pontuais. Ao chamar a atenção para os bancos, para as grandes marcas e para o estado brasileiro os manifestantes que usam dessa tática no Brasil resgatam a atenção dos meios de comunicação e tentam redirecioná-la para o sistema econômico e político que está na gênese da verdadeira violência da nossa sociedade. Em um país que tolera mais de 50 mil homicídios por ano, o garoto que lança a pedra tem exemplos suficientes de que a violência é uma forma de relação política e social.

³³ CHAUI, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

³⁴ SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014. 279 p.

Os jovens que estão nas ruas merecem o respeito de serem tratados como atores políticos consequentes, e as indignações precisam estar orientadas para a verdadeira violência; aquela que agride manifestantes pacíficos, fazem desaparecerem Amarildos³⁵ e que assassinam Marielles³⁶.

O Black Bloc constrói um ambiente propício para sua atuação e a ação direta pela via da estética da violência, os agentes percebem a recusa do reconhecimento de seu status como sujeitos e se recusam ao mesmo tempo a reproduzir as normas que os sujeitariam. As performances criam um campo dramático que estabelece a violência causada na destruição de um banco como acionadora da violência comum, aquela ocasionada pela desigualdade social e pelo silenciamento. A atualização estética da violência traz na noção de dispêndio uma nova gestão do corpo, aquele que enfrenta a violência enquanto agente e não mais como vítima; o choque, seguido de estranhamento e depois o esforço do entendimento de um sentido tão dilacerador que atravessa o sujeito, é um exercício no qual as performances colocam nas ruas um espaço político de compartilhamento da revolta.



Fotografia VI – Manifestantes adeptos da tática Black Bloc. Fonte: <http://filosofiaecoisasdavida.blogspot.com/2013/11/algumas-consideracoes-sobre-os-black.html>

³⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html> (acessado 07/03/2019)

³⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml> (acessado 07/03/2019)

5.2 POLÍCIA

Tendo em vista a repressão policial nas manifestações esta tem o legado autoritário ainda está presente nas instituições policiais, segundo Rocha (2013), mesmo com a mudança do regime político, ainda sim foi justamente com o processo de democratização dos anos 1980 e 1990 que se colocou em evidência a incompatibilidade entre normas democráticas e direitos humanos e a atuação policial. As reformas dessas instituições têm se dividido em duas vertentes: a capacidade operativa, a eficiência e eficácia da polícia; e a responsabilidade democrática, bem como a resposta da mesma ao controle político e respeito aos direitos humanos. Na primeira vertente a instituição policial brasileira tem buscado melhorias, porém, no que diz respeito ao segundo, o avanço é considerado insuficiente.

Rocha (2013) utiliza o conceito de Tavares dos Santos para definir a violência, que classifica a polícia como tendo excesso de poder, ou seja, ela é uma relação de alteridade que tem como característica o uso da força. Esse tipo de violência constitui uma relação assimétrica de poder, a qual coloca em lados opostos indivíduos que se interagem pelo recurso da força física e agressão moral; e é nessa violência que as polícias brasileiras estão inseridas. O abuso policial não significa usurpação do uso da força física do Estado, ela é um excesso que, mesmo ilegal, encontra justificativas para os seus atos; contudo, o abuso do uso da força não é padrão no trabalho policial, mas sim uma resposta imediata à violência criminosa, a qual há diferenciações dependendo das situações e dos indivíduos envolvidos.

A violência policial de hoje tem suas especificidades, mas traz em si elementos de outras épocas, os quais são representados paradoxalmente no trabalho policial; em uma primeira análise a hostilidade da instituição representa continuísmo do passado autoritário. Nas décadas de 1980 a meados de 1990 foram marcados por instabilidade política e crise econômica, o que mostrou uma gritante desigualdade social, e foi nesse período que se observou a escala de violência criminosa e do medo da violência; desta forma, a polícia criticada pela atuação repressora da época da ditadura foi colocada para resolver a criminalidade na democracia. Nesse período o uso da força pela polícia foi defendido nos programas policiais televisivos e meios impressos como mecanismo da eficácia do labor policial, desta forma a violência policial encontrava situações e ambientes favoráveis para ser tolerada e justificada.

Já em uma segunda análise, a partir dos anos 2000, esta violência está imersa em um cenário em que o regime democrático avança e resultando no controle e responsabilidade da polícia, violações dos direitos humanos não são admitidas como meios de controle social.

Embora, a redemocratização não fosse capaz de modificar o fato de que a interação polícia-população não fosse mais assimétrica, preconceituosa e estigmatizadora.

Essas análises não são novas, para Rocha (2013) o problema é que tais práticas são realizadas em um contexto de Estado democrático de direito, o paradoxo é a ordem democrática comportar ações autoritárias por longo tempo. Isso ocorre porque as instituições policiais possuem fortes valores autoritários, os quais são defendidos como eficazes na ação e controle da polícia.

A violência policial é um fato que as polícias dificilmente reconhecem, segundo Rocha (2013), há inclusive uma frase anônima que circula no meio policial: “não existe violência policial. O que existe é resistência à prisão”. Essa narrativa demonstra os motivos da brutalidade policial persistirem, e mesmo quando questionada ela apenas defende-se dizendo que está agindo conforme a lei; assim o uso do abuso da força geralmente é tratado como desvio individual e não como característica da instituição.

Entretanto, a violência não é padrão absoluto das ações policiais, mas se apresenta com intensidade nas investidas contra a população estigmatizada, por conta disto difundiu-se anteriormente a violência policial como um tipo de excesso de poder, a qual é reproduzida pela tradição autoritária das instituições e balizada pelos preconceitos e medos da sociedade, governos e das próprias polícias. Esta instituição possui diversas organizações com características próprias, mas, no geral, ela nutre uma baixa confiança da população, segundo um dado da SIPS/IPEA³⁷ mostra que em nenhuma das regiões brasileiras mais de 6% da população diz confiar muito no trabalho policial; entretanto esses dados estão sujeitos a alterações em virtude do tipo de contato entre polícia e cidadão.

Conforme Novaes (2014), a dialética da guerra, da luta contra o inimigo, possui dois termos: o abstrato, do qual o adversário é o Estado, o sistema avaliado como opressor e digno de resposta combativa; e o concreto, que é muito mais tangível, sendo o único rosto visível do Estado na rua que é a Policia. É devido a esses fatores que a maior parte do tempo os policiais não despertam nenhum sentimento de empatia ou de carinho na população.

Novaes, 2014:

“Professora, eu estou fazendo meu trabalho. A senhora, quanto acha que ganho? Moro longe, tenho a minha família para sustentar. Dobro turno. Agora, chego em casa e nem

³⁷ ROCHA, Alexandre Pereira da. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.84-100, mar. 2013.

descansarei para trabalhar amanhã. Para mim não é fácil. A gente é massa de manobra!! Para minha família também não. Eu também sofro os problemas dos brasileiros, claro! Eu apoio as manifestações para melhorar o país, mas essas... olhe aí, esses aí é um guarda municipal, olhe o ferimento dele. Aí não dá. Ver meus colegas feridos, não. Sinto que os manifestantes se machuquem mas, e quando tacam pedras, nós não nos ferimos? A sociedade não está nem aí conosco. Os políticos não estão nem aí conosco. Não somos pessoas também? Ninguém se importa com isso? Ninguém se preocupa?”

Novaes (2014, p. 120)

No contexto das Manifestações de Junho de 2013, o cenário para essa guerra está na região central cidade, é como se o território urbano fosse a encarnação de um cenário bélico, e como se os policiais ou o Black Bloc fossem inimigos a combater. A guerra, que sempre fora no morro ou na periferia, sua metáfora e sua realidade se deslocam para o centro da cidade.

Segundo Novaes (2014), alguns soldados possuem a mesma idade que os manifestantes que estes enfrentam; provavelmente vindo de bairros parecidos, com histórias similares, mas enfrentando-se como se fossem inimigos e sentindo ódio um do outro. Para o Black Bloc, a relação com os policiais, e, em específico os militares por serem os mais visíveis no espaço urbano, se insere no conceito de inimigo; mas, não o policial individual, mas sim a instituição, a corporação. Para o autor, não é a atuação pontual do policial, um sujeito determinado, em uma manifestação específica, que desencadeia a violência dos Black Blocs; a corporação da Polícia Militar como um todo é julgada como brutal, embora haja casos em que a dialética do estigma seja quebrada pelo comportamento de certos policiais que se aproximam para conversar com os manifestantes, inclusive com o Black Bloc, na tentativa de reduzir o clima de tensão. Apesar dos adeptos pela tática possuir uma grande aversão aos policiais militares, estes que tentam conversar com os manifestantes recebem uma resposta positiva do grupo, identificando nesses policiais outro perfil que não se encaixa na categoria “violento, que só sabe bater”. Esses que se sobressaem do conjunto são sujeitos individualizados, seus comportamentos não extrapolam ao grupo de policiais.

Observa-se que mesmo sob o jugo do Estado democrático de direito as violações dos direitos humanos encontram-se justificadas, nota-se que o apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disjunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado, que identifica a ordem e a autoridade no uso da violência. Portanto, a violência policial, como violação dos direitos humanos de alguns indivíduos, é o que mostra os limites da cidadania, segundo Rocha (2013), em certos aspectos a sociedade brasileira tolera o desrespeito aos direitos humanos e medidas repressivas das polícias. Para o

autor é pertinente refletir até que ponto a violência policial não se funde nos valores de uma sociedade cujos direitos civis não foram universalmente conquistados pelo conjunto da população.

Portanto, segundo Rocha (2013), a violência policial persiste porque, num nível mais imediato, a polícia brasileira guarda resquícios do seu passado autoritário, os quais são reproduzidos no processo de socialização da carreira policial. Baseando-se nessa premissa, a tática surpresa do Passe Livre em usar todo o potencial das ruas e o despreparo da PM para liderar com a novidade foi o estopim; neste contexto o Black Bloc em resposta à agressão da polícia, foi fundamental para provocar e desestabilizar autoridades e governantes. Quando a truculência do estado saiu do armário, ficou impossível tanto para a mídia quanto para o governo sustentar a violência dos policiais militares; desta forma a tática Black Bloc foi decisiva no processo para impulsionar as massas a irem para a rua.

“[...] a sociedade pede que sejamos duros com os Black Blocs e depois nós que recebemos as críticas! Para nós, PMs, não é fácil a situação. Obedecemos ao governo, mas estamos na rua com as pessoas. É assim mesmo, vivemos numa sociedade violenta, que prega a violência o tempo todo.” Gallego (2014, p. 135)



Fotografia VII – Policiais Militares nas Manifestantes de Junho de 2013. Fonte: Fabio Braga, Folhapress.

5.3 REDES SOCIAIS/MÍDIAS

Segundo Gallego (2014), o clima esquentado que ocorre durante as manifestações extrapola e se nutre de uma tensão pré-existente das redes sociais, é como se o espaço virtual fosse uma continuidade do espaço urbano, com os seus mesmos conflitos. Na rua a manifestação tem hora de começar, de confronto e a hora final; mas nas redes sociais é uma manifestação ininterrupta, prolongada de dia a dia, que vai servindo de mais combustível para os atos nas ruas.

Depois das manifestações de rua, começava os confrontamentos nas redes sociais, com a conclusão do dia com uma notícia de histeria midiática, aumentando ainda mais a polarização e o clima de tensão. As cenas que os grandes meios de comunicação mostravam eram apenas situações de violência de manifestantes e policiais, como se não estivesse existido nada mais durante as horas de cada ato. Devido a isto, nas manifestações em que participavam adeptos do movimento Black Bloc, a presença de jornalistas, trabalhador de grandes meios de comunicação e cuja parcialidade desagradava, era hostilizada por estes. “Eles não querem escutar, saber a verdade. Só querem manipular. Por isso a gente não quer falar com eles. Para quê? Para que distorçam nossas palavras e escrevam o que querem? É tudo mentira.” Gallego (2014, p. 36). Mas, às vezes os confrontamentos sociais são confrontamentos semióticos, de categoria e símbolos, pois quem tem o poder de definir é sempre quem impõe sua visão das coisas, a linguagem sempre é uma opção política.

Entretanto, a internet, mais especificamente o *Facebook*, exerceram um papel fundamental nos protestos, pois o *Facebook* não era só uma plataforma de convocação, organização e difusão de eventos, mas também atuou como fortalecedora dos adeptos de Black Bloc. Informações sobre tática, notícias sobre cada atuação, sentimentos, experiências, expectativas pessoas, comentários contra a Polícia Militar e entre outros foram fatores de disseminação de ideias coletivas com rapidez e atuaram como estimuladores. Entretanto, para Gallego (2014), a internet que redemocratiza, onde todos podem ser criadores em vez de repetidores de notícias, às vezes parece uma selva de sociopatas, pois no espaço dos lugares-comuns por excelência, onde tudo é trivializado, pouco é debatido; horas em frente ao *Facebook*, em vez de questionamentos, só se reproduz dogmas.

Diferente das velhas BBS's³⁸ ou das comunidades do Orkut, os “Eventos do Facebook” têm como horizonte o desaparecimento, segundo Malini (2013), ele acontece e uma vez

³⁸ Bulletin Board System são redes de trocas de informações e mensagens via computador.

pertencido a ele, o perfil pode publicar conteúdo multimídia de todo tipo. Em situações de protestos intensos, o evento funciona como um mural noticioso das lutas e uma construção heterogênea de narrativas comuns, que podem ser curtidas (popularizadas), seguidas (valorizadas em termos de atenção), comentadas (discutidas e virarem polêmicas num espaço público).

O Terceiro Grande Ato contra o aumento da passagem possuía um evento no *Facebook* com mais de 28 mil perfis confirmados; para Malini (2013), o perfil é apenas um modo de ser sujeito. Entre os 28 mil confirmados, há inúmeros³⁹ perfis de outros estados, para dar força aos acontecimentos da época, a regra do convívio dos “faces” no Brasil era: posso não ir, mas confirmo presença. Isso mostra uma relação da dinâmica das redes sociais, a articulação entre rua e rede, há aqueles que estão presentes só através da internet e há outros que já se envolvem na situação de forma concreta. Os manifestantes “virtuais” espalham as notícias e comovem; já os manifestantes “reais” mobilizam-se e relatam.

Outra rede social que também possuiu um grau de importância foi o *Twitter*, neste site vários perfis acompanhavam, ao vivo, a cobertura da velha mídia televisiva e compartilhavam links das transmissões, como, por exemplo, os da GloboNews e da BandNews. Nesta rede os usuários produziram, entre 17h e 23h50, mais de 17 mil tweets contendo a palavra “tarifa”⁴⁰; no lugar de uma hashtag deram-se as chamadas *keywords*⁴¹, palavras como *protesto, jornalista, ônibus, rua, manifestantes, vinagre, bomba*.

Os perfis que não possuíam grande popularidade nas redes sociais começaram a se destacar devido as suas capacidades de afirmações envolventes que se espalha muito rápido nos sites sociais; como a página do @LeoRossatto⁴² que ao publicar “A tarifa virou a menor das questões agora. Os próximos protestos precisam ser, antes de tudo, pela liberdade de protestar.”, viu sua mensagem ganhar ares de slogan em função de uma afirmativa. Essas publicações

³⁹ MALINI, Fabio. **A Batalha do Vinagre:** por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. 2014.

Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

⁴⁰ <http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/> (acessado 19/03/2019)

⁴¹ *keywords* são termos (palavras, frases ou expressões) usados para descrever de forma específica o desejo de busca dos usuários nos serviços de pesquisa da internet.

⁴² MALINI, Fabio. **A Batalha do Vinagre:** por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. 2014.

Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ilustram, do ponto de vista político para Malini (2013), que o estado de indignação se ampliou e que o movimento vai se desdobrar em diferentes marchas e atos.

Já as primeiras reações de representantes dos governos, e dos meios de comunicação tradicionais, não foram de reconhecer a pauta do ato como legítima, mas, sim a de desqualificar o movimento; para isso foram levantadas suspeitas de manipulação por vieses político-partidários e manifestantes foram denominados de baderneiros e vândalos como um vocabulário depreciativo. Essa reprovação vinha tanto de comentaristas e entrevistados como do próprio discurso midiático, resultando na aprovação da violência policial e justificada pelo Estado. As coberturas noticiosas e a edição de conteúdos para avaliá-lo segundo viés conservador e autoritário irritaram os manifestantes. Mas as ruas também deram um recado insistindo no direito de manifestação, e mostrou à mídia seu descontentamento por meio do incêndio de um carro de reportagem de uma rede de televisão (no dia 18 de junho)⁴³, além de críticas a jornalistas e impedimento de filmagens no meio de passeatas.



Fotografia VIII – Carro de reportagem de uma emissora televisiva incendiado. Fonte: Caio Kenji, G1.

Um exemplo para deslegitimar as manifestações foi a capa do jornal Folha de São Paulo estampando a foto do policial ensanguentado, com olhar assustado, segurando um

⁴³ PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)1. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.73-93, ago. 2013.

revólver e tentando se levantar do chão; esta imagem ganhou o Prêmio Esso de Fotojornalismo de 2013, ajudando a deixar a população indignada com o exagero dos manifestantes.



Fotografia IX – Policial ensanguentado. Fonte: Drago, Folha de São Paulo.

Mas para Malini (2013), as emissoras de televisão, sem saber, cometaram um erro, com a cabeça no século XX, os diretores e editores faziam uma emissão para audiência televisiva, enquanto que nos portais da internet ajudavam os chamados “ativistas de sofá” a narrarem, em estado bruto, a ação grotesca da Polícia Militar. O *hacking*⁴⁴, feito pela própria estrutura de mídia que criminalizava a passeata, se tornou fundamental para o combate aos “reacionários do sofá”. As notícias sendo assistida por adolescentes e idosos, e a internet sendo ocupada pelos “confirmados e presentes na rua” e pelos “confirmados e presentes na rede” ajudou a intensificar as manifestações, assim como as pautas reivindicadas por estas. Depois desse fato, ocorreu a multiplicidade de hashtags: #passelivre #contraoaugeamento #vemprarua #changebrazil #tarifazero #indignação #occupySP #protestoSP #13jSP.

Além disso, quando a repressão policial começou a atingir os repórteres dos grandes meios de comunicação, a imprensa mudou o aspecto de noticiar os atos, no perfil do Twitter do @estadao foi um dos mais ativos na divulgação atenta dos acontecimentos das ruas, atraindo

⁴⁴ PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)1. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.73-93, ago. 2013.

muitos usuários na rede. Já a página do escritor Marcelo Rubens Paiva, @marcelorubens, teve republicações nos inscritos da topologia da rede, ao afirmar que a agressão promovida pela PM fazia com que o protesto se tornasse algo com abrangência muito maior que a questão tarifária.



Fotografia X – Repórter atingida por uma bala de borracha. Fonte: Diego Zanchetta, Estadão.

 **Marcelo Rubens Paiva** 
[@marcelorubens](#) Seguir ▼

Esses protestos ñ são apenas pra baixar tarifa de ônibus, mas contra a violência com q o Estado trata o cidadão, sem resolver a violência

18:27 - 13 de jun de 2013

356 Retweets 27 Curtidas 

 31  356  27

Fotografia XI – Mudança do ponto de vista dos Atos de Junho de 2013. Fonte: <https://twitter.com/marcelorubens/status/345351835168698368>

Antes da violência da ação policial atingir aos repórteres, a imprensa e as páginas de redes sociais focavam mais nos relatos das passeatas, depois da repressão policial, estes meios de informações mudaram drasticamente e pautaram as conversações de inúmeros perfis, tornando o fato ainda mais público, resultando no aumento da pressão contra os gestores públicos. Neste contexto o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad são vistos com a mesma perspectiva, a bipolaridade tucana x petista se tornou um bloco que empurra ambos, para o mesmo lugar: o do poder da elite paulistana.

As análises televisuais das enunciações do Jornal Nacional e da Mídia Ninja sobre os Protestos de Junho de 2013 no Brasil revela que fatos que ocorrem fora dos canais de televisão convencionais, por meio do uso das ferramentas digitais impõem mudanças ainda mais expressivas ao modelo tradicional do telejornalismo. O conteúdo audiovisual já não está mais condicionado à tela do aparelho de televisão, mesmo que estes ainda ocupem lugares estratégicos na construção da realidade social cotidiana.

Já os manifestantes usaram meios próprios para se comunicar: simples celulares ou *smartphones* e redes virtuais, o audiovisual alternativo mostrou a sociedade informação em tempo real do que ocorria nas ruas pelo ângulo de novas fontes. Estas se tornaram, inclusive, fontes para a grande mídia que se viu atônita e perdida, sem saber bem o que fazer, pois os acontecimentos fugiam ao seu tradicional esquema de pautas e coberturas. Mas, nem todos que participaram das manifestações estão em redes virtuais, até porque o nível de acesso dos brasileiros à internet ainda não é universal, logo, a divulgação dos eventos pela mídia também é fator de mobilização porque sempre há identidades compartilhadas. A ênfase em coberturas que julgam e desqualificam as manifestações tem seu outro lado, o de aderência de segmentos conservadores a esse tipo de apreciação.

Um dos grandes méritos do MPL e da ação direta nas jornadas de junho foi usar a imprensa e seus vícios a favor dos próprios objetivos políticos.

5.4 MÍDIA NINJA

Para Bittencourt (2013), o desenvolvimento das tecnologias atuais potencializa os fenômenos de convergência; este tipo de fato caracteriza-se por partir do pressuposto que este abrange mais do que aspectos técnicos da mídia, mas também abarcando implicações sociais e culturais. Esta análise é fundamental para a questão do fenômeno, por reunir as técnicas e agregar a atuação de indivíduos, isso ressignifica o modo de produção e consumo e consequentemente reestruturando o fluxo de circulação de conteúdos midiáticos. Para a autora

pode-se unir o conceito de “mídia de espalhamento”, ou seja, trata-se de uma mudança de um modelo baseado na distribuição para um na circulação, onde os consumidores têm papel mais participativo, criando e compartilhando. Indo de encontro com esse pensamento, Becker e Machado (2014), assume-se que os telespectadores e usuários tendam a romper os contratos de leitura da televisão e a se inserir em outras telas, concretizando formas inovadoras de intervir na história contemporânea.

Hoje, as apropriações das tecnologias digitais têm incrementado a intervenção das audiências não apenas na ressignificação dos acontecimentos, Becker e Machado (2014), mas na produção de conteúdos e formatos audiovisuais que circulam em outros nichos midiáticos. Essas audiências passam a disputar com a televisão e os telejornais os registros da história que constituem a memória coletiva. Nesse sentido, Beckett (2008) comenta que os meios de comunicação têm poder para moldar a sociedade e os acontecimentos, para mudar a história, mas com o começo dos coletivos independentes passamos de uma comunicação de sentido único, corporativa e limitada, para outra, relacional, personalizada, comunitária.

Um dos fatores que fez os atos de junho de 2013 ganharem forças foi o trabalho colaborativo dos “coletivos midiáticos”, grupos de comunicação *online* declarados independentes. Segundo Bittencourt (2013), o fluxo de informações que circularam pelas redes resultou na perda de protagonismo dos grandes meios de comunicação; a atuação de coletivos midiáticos que utilizam as mídias sociais não só para cobrir os protestos, mas, para criticar e questionar a cobertura da mídia tradicional e lutando pela democratização da comunicação.

Desta forma a mídia eletrônica ocupou um lugar importante no imaginário social, incorporando em suas estratégias enunciativas aspirações da população, rejeitando a cultura elitista e celebrando as sensibilidades e as angústias populares. Como as informações sobre as manifestações já não chegavam mais à população apenas pelos grandes veículos de comunicação, os modos como a imprensa construiu o discurso jornalístico nos primeiros atos políticos foi contestado não só pelas ações das ruas, mas também pelas redes sociais e por projetos de comunicação alternativos como a Mídia Ninja. Essa insatisfação com a mídia tradicional resultou em mudanças na forma de narrar os acontecimentos de jornais e emissoras de televisão.

Com esse fato a cobertura jornalística das grandes manifestações foi o momento em que transformações significativas na circulação midiática aconteceu a partir da atuação desses coletivos, pois estes provocaram uma reflexão sobre a configuração de um modelo de comunicação com mais multilateralidade, e não mais baseado na unilateralidade.

Entretanto, este tipo de manifestação popular, organizada e descentralizada por meio dos usos de mídias digitais não é uma novidade política do século XXI exclusiva do Brasil, e está inserido nos contextos dos movimentos de ativismos que ocorreram no mundo em 2011, como o *Egyptian Uprising*, *Spanish Indignados* e *Occupy Wall Street*. Os movimentos possuem grandes raízes na comunicação, mas mais do que isso eles se tornaram meios de comunicação, não pela originalidade, mas, pela importância política e conjuntural, desta forma para Becker e Machado (2014) essas manifestações têm em comum uma crise econômica e o desemprego ou a austeridade política adotada como organização.

As manifestações políticas decorrentes de conjunturas administrativas, e tomando por base as grandes manifestações ocorridas também em outros países nascem a partir de algum acontecimento marcante que passa a ser fator de agregação nas redes virtuais ou decorrem da ação mobilizadora de organizações e movimentos sociais previamente existentes. As mídias e redes virtuais são importantes canais e ambientes comunicacionais para a articulação, mas a tecnologia somente favorece as mobilizações se o seu uso for atrelado à luta social mais ampla, ou seja, relacionadas às organizações de base popular, comunidades, movimentos sociais e entre outros, porém, portadores de vínculos consistentes e duradouros. Entretanto, é inegável seu potencial enquanto espaço de encontro, arena de discussão e lugar para o confronto de identidades e interesses. O poder de gerar efeito viral, ou de multiplicação da repercussão e da adesão, é notória, contudo, altos números de *curtidas* não necessariamente significam engajamento de fato. “Cabe ainda um alerta da existência de truques que podem camuflar situações de adesão na forma de perfis falsos nas redes ou na replicação artificial, como no caso do *Twitter*, em que se forjam dados e fluxos fantasmagóricos.” Peruzzo (2013, p. 83).

Foi neste contexto que A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) nasceu, através do Fora do Eixo, o grupo cobriu os atos de forma colaborativa a partir de mídias sociais e dispositivas digitais, no esforço de reconfigurar processos comunicacionais abordando em uma forma de ativismo midiático. Esta não produz conteúdo para nenhum meio de massa, mas gera conteúdos de formatos diversos, que circulam em suas contas de Twitter e Facebook, mas acabam se espalhando pelas redes sociais através dos compartilhamentos realizados por seus milhares de seguidores; muitas vezes impactando diretamente na organização e no próprio rumo dos atos. A circulação das informações tanto textuais quanto audiovisuais produzidas por diversos “ninjas” se espalha por uma infinidade de perfis de modo que pode ser recuperada a qualquer momento, a partir de qualquer ponto, por aqueles que estão acompanhando as manifestações de casa e para os militantes.

Os manifestantes filmam o que estão vendo e postam tudo em plataformas de rede social, produzindo um arquivo em constante crescimento de imagens e autorrepresentações das manifestações; os discursos inscritos nesses registros alimentam a memória coletiva do protesto porque as redes sociais funcionam como contranarrativas para ativistas e facilitam a mobilização de massas. Segundo Becker e Machado (2014), esses fenômenos são nomeados de ciberativismo, ou seja, o uso de redes digitais para ações políticas de indivíduos e grupos sociais.

Mesmo que uma pessoa não possa produzir, um indivíduo conectado adquire o poder de repassar e disseminar informação e conteúdos através da *web*, esse poder de repasse se relaciona diretamente com a visibilidade das mensagens que circulam pelas redes. Para a Mídia Ninja, essa visibilidade permite que através do compartilhamento de suas publicações, por seus seguidores, fortalecem seus objetivos de cobertura independente e de construção de um processo de comunicação mais democrático. A internet trouxe a vantagem de receber e acessar as informações personalizadas a partir dos interesses do usuário pela filtragem de conteúdo e de escolhas de fontes, desta forma há um papel ativo no desempenho do receptor; sendo assim, as principais ferramentas da Mídia Ninja são utilizadas para a circulação de seus conteúdos.

Becker e Machado (2014) comenta que a Mídia Ninja marca a expansão de práticas alternativas de comunicação na Internet, estes protagonizam com seus *smartphones* e câmeras uma novidade na cobertura dos protestos frente à mídia tradicional. Para as autoras eles se destacaram pelo investimento na descentralização informativa, viabilizando uma cobertura baseada na contribuição de pessoas com uma mídia móvel, mas o problema da cobertura dos *Ninjas* não foi a falta, mas a abundância de fotos e vídeos recebidos para a transmissão. Pela primeira vez os usuários da internet puderam acompanhar informação em áudio e vídeo das ruas sem cortes de edição e sem a editorialização dos conteúdos.

“Por outro lado, se tem uma rede Ninja, que só surge porque já existe uma rede pronta, ou seja, relações que já foram estabelecidas anteriormente. A pessoa de Boa Vista está conectada com a pessoa do Rio de Janeiro, que está conectada com a pessoa de Recife, e que está conectada com a pessoa de Porto Alegre. Essa é uma relação invisível, que gera uma potência da invisibilidade fantástica: a pessoa produz um vídeo de um protesto em Vitória, posta na rede via inbox, e envia para a Mídia Ninja publicá-lo, ou seja, conectar a invisibilidade com a visibilidade. A coordenação dessa rede é o elemento mais interessante da Mídia Ninja, mas ela está presente em muitas outras experiências.” Vieira (2014, p. 2 e 3)

As narrativas que têm acontecido nas ruas, fora do circuito da imprensa, são outras coisas e não necessariamente devem se resumir a uma atividade jornalística; elas são feitas de testemunhos, análises, replicações, comentários, ou seja, estão muito distantes do elemento mais básico da atividade jornalística, que é a reportagem. Segundo Vieira (2014), o Ninja resulta de uma generalização da capacidade coletiva em contar as histórias de rua e amplificá-las pela rede densa de perfis nas redes sociais; está não é uma manifestação jornalística, mas sim a expressão de um momento histórico.

Mesmo assim, a produção da Mídia Ninja não representa uma ameaça ao grande poder que ainda detém as empresas líderes como a Globo, Record, Bandeirantes ou SBT, entre outras. Desta forma esta é considerada o anseio maior das manifestações que utilizam os recursos midiáticos sendo ampliação dos debates sobre o poder midiático. Além disso, os *ninjas* fizeram a ampliação do debate sobre o fluxo das informações, assumindo uma função que o Governo Federal⁴⁵, através do ministério das Comunicações, tem se negado a fazer.

⁴⁵ VIEIRA, Toni André Scharlau. Mídia Ninja entre a tecnologia, a política e a prática profissional. **Sistema de Información Científica Red de Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal**, Monterrey, v. 18, n. 85, p.1-12, dez. 2013.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grandes atos de junho de 2013 iniciaram, em São Paulo, no dia 3 de junho, pelo Movimento Passe Livre; entretanto este foi um protesto mais pontual, na periferia da zona sul da cidade, começando por volta das 6 horas da manhã no Terminal Guarapiranga e terminando na estrada M'Boi Mirim; foi só no dia 6 de junho que a manifestação tomou uma proporção maior. Esse protesto teve como alvo o reajuste do transporte público de R\$ 3,00 para R\$ 3,20; devido a fatores midiáticos e das violentas ações policiais as manifestações tomaram uma dimensão nacional.

Desta forma, o presente trabalho buscou compreender se as avenidas e ruas ocupadas nas manifestações populares, com viés de esquerda, possuem um papel decisivo na conquista dos direitos sociais; sendo assim optei pelas Manifestações de Junho de 2013, na cidade de São Paulo, como objeto de análise. Para obter à hipótese deste trabalho foram analisadas cinco questões essenciais para as manifestações de 2013 e a relação entre elas: as lideranças dos atos, em especial o Passe Livre; a tática Black Bloc; a Polícia Militar; as redes sociais e mídias tradicionais; e a Mídia Ninja.

Desde o início o MPL ocupou as principais vias da cidade, como Avenida Paulista e Marginal Pinheiros e Tietê, com o intuito de parar o cotidiano de São Paulo; estas tiveram como resposta do Governo e da Prefeitura uma extrema repressão. Mesmo com a reação violenta do Estado as manifestações, lideradas pelo Movimento Passe Livre, continuaram até a revogação do aumento no dia 19 de junho de 2013. Um dos pontos fortes dos atos foi a persistência das manifestações, na medida em que os protestos ocorriam com uma maior frequência e em intervalos menores, além da maior adesão de participantes a cada ato, alcançando o objetivo final, a redução do aumento da passagem. Essa tática interferiu diretamente na economia paulistana, pois muitos estabelecimentos fechavam mais cedo por medo de vandalismo ou roubos que poderiam acontecer durante os protestos; também houve uma influência na vida cotidiana do paulistano, à medida que aumentava os números de lugares congestionados.

As lideranças perceberam que não bastava apenas usar as vias das cidades para protestar, era preciso uma nova estratégia de ação, uma que ocupasse as grandes avenidas na hora do rush, desta forma não daria tempo para o governo ou a sociedade organizar uma resposta rápida; e outra no sentido de encurtar os intervalos dos protestos e continua-los até a reivindicação ser atendida.

Mesmo com uma estratégia rápida a resposta dos governantes foi uma violenta repressão, com o apoio da mídia tradicional e dos setores mais conservadores da sociedade, dando desta

forma mais incentivo a coibição policial. Entretanto, nem o governo e nem a prefeitura, tão pouco os meios de comunicação puderam prever que por causa desta violência às manifestações começariam a ampliar, tanto em quantidade de manifestante quanto nas frequências de dias.

Outro fator que ajudou na evolução das manifestações foi a própria mídia tradicional que também sofreu com a repressão policial; pois em um determinado momento os repórteres que transmitiam as manifestações eram atacados pela PM, como qualquer outro manifestante. Com isso, ficou impossível dos grandes meios de comunicações apoiarem a Polícia Militar, desta forma esta mídia começou a mostrar uma nova visão dos atos, não mais como caos ou baderna, mas agora expondo a brutalidade que os manifestantes sofriam. Esse clima de guerra criou um ar de tirania aos governos por não deixar a população se manifestar, e foi através desse argumento que os atos de junho de 2013 começaram a ter, cada vez mais, um maior número de manifestantes nas ruas de São Paulo, além do aumento de pautas.

Em relação às redes sociais, assim como a Mídia Ninja, foram importantes meios de notificação em junho; estas formavam uma importante alternativa para as informações dadas pela mídia tradicional; sendo assim, estes protestos foram os primeiros a terem não só os meios mais convencionais de comunicação como fonte de notícias. As redes como *Facebook* e *Twitter* além de serem ambientes de informações de lugares e horários de manifestações, também davam um destaque nas informações sobre os protestos, mas sob outra ótica, o ponto de vista do manifestante que estava na rua. Portanto, a sociedade pode ter contato com outra forma de interpretação, com uma notícia mais realista ampliando assim a visão sobre os fatos ocorridos, e consequentemente, podendo obter outro tipo de conclusão sobre os atos, e não mais aquelas que vinham manipuladas e já editadas das mídias tradicionais. Já a Mídia Ninja também teve um papel importante, pois grupos de pessoas reportavam os atos de forma colaborativa a partir de mídias sociais gerando conteúdos de formatos diversos, que circulavam em contas de *Twitter* e *Facebook*.

A tática Black Bloc teve um grande destaque nas manifestações na medida em que os adeptos do uso deste esquema viam na violência uma forma de ação direta para suas reivindicações. Tendo como alvo os patrimônios público-privados os atores da tática Black Bloc foram os principais catalisadores do processo de redução da tarifa, desestabilizando as autoridades e os governos, além de aumentar a pressão social com o uso da violência.

Outro fator que ajudou nas manifestações foi a conjuntura internacional e política à época, pois o que vimos aqui no Brasil já havia ocorrido no Egito, Espanha e Estados Unidos, todas com suas reivindicações próprias. Mas, apesar da diferença continental, estas tiveram como característica principal manifestações populares, organizadas, descentralizadas e o uso

das redes digitais; estas usaram do poder do espaço para se manifestar e lutar por suas reivindicações.

Desta forma, pode-se evidenciar a importância do meio concreto, as vias principais da cidade de São Paulo, para a conquista da redução da tarifa, dado que o uso do espaço foi utilizado de uma maneira estratégica para a quebra do cotidiano; este que por sua vez constrói uma sociedade organizada por uma ordem burocratizada e repressora⁴⁶, sendo que do seu abalo resultaria no detimento de toda essa ordem que rege a sociedade capitalista. E com isso as Manifestações de junho de 2013 conseguiram explorar todo o potencial das ruas, utilizando diversas condições para promover uma pressão no prefeito Fernando Haddad e no governador Geraldo Alckmin, resultando assim na revogação do aumento do transporte público.

Assim, pode-se concluir que ocupar as principais vias da cidade de São Paulo foi um fator importante para a redução da tarifa do transporte público, pois essas avenidas carregam com elas um poder simbólico⁴⁷, ou seja, semióforo para a sociedade, que influência na esfera econômica, política e social; sendo assim, atingi-las resultaram em consequências negativas para o cotidiano da cidade. Todavia, há de se ressaltar que esse poder simbólico não foi a única causa para a revogação do aumento do transporte, a atuação das mídias, a violência policial, tática Black Bloc, persistência dos protestos e maior adesão de mais manifestantes ajudaram na conquista de uma passagem mais justa. Concluindo, todos os elementos acima citados tiveram sua importância, mas, destaco que foi devido a ocupação do meio físico na hora do rush, ou seja, às ocupações nas principais vias da cidade de São Paulo e o seu poder simbólico que as manifestações efetivamente obtiveram sucesso na redução da tarifa trazendo benefícios para as classes economicamente desfavorecidas.

⁴⁶ CARLOS, Ana Fani A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: *Crise urbana* [S.l: s.n.], 2015.

⁴⁷ CHAUI, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

REFERÊNCIAS

AZAREDO, Marina; NOVAES, Marina. **SP: MPL deixa ato e diz que direita quer dar 'ares fascistas' a protestos.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/,1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

BERGAMIM JUNIOR, Giba. **Haddad defende ação da PM para retirar protestos de vias em SP.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292474-haddad-defende-acao-da-pm-para-retirar-protestos-de-vias-em-sp.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BONFIM, Raimundo. Habitação e o direito à cidade. Mobilidade Urbana no Brasil, São Paulo, p. 73-80. 2016

BRITO, Gisele. **Grupos de periferia se articulam em São Paulo para defender democracia e Dilma.** Disponível em: <<https://www.redebrasilitual.com.br/cidadania/2013/06/contrafascismo-grupos-de-periferia-se-articulam-em-sao-paulo-6181.html>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: *Crise urbana* [S.l: s.n.], 2015.

CHAUI, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo.** 2013. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%EF%BB%BFas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CHAUI, Marilena. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

COLETIVO MARIA TONHA. **ELE AJUDOU A FUNDAR O MOVIMENTO PASSE LIVRE, ENTREVISTA COM MARCELO POMAR.** Disponível em: <<http://tarifazero.org/2013/07/25/ele-ajudou-a-fundar-o-movimento-passe-livre-entrevista-com-marcelo-pomar/>>. Acesso em: 20 mar. 2018

FAGNANI, Eduardo. Mobilidade urbana e subdesenvolvimento: soluções paliativas para problemas estruturais. Mobilidade Urbana no Brasil, São Paulo, p. 41-72. 2016.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.166-176, nov. 1994.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. Nova York: Martins Fontes, 2014. 294 p.

JUDENSNAIDER, Elena. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013. 240 p.

KANASHIRO, Keiji. Transporte público: um direito social. Mobilidade Urbana no Brasil, São Paulo, p. 319-330, 2016.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. 3. ed. Paris: Documentos, 1969. 136 p.

LEITÃO, Karina Oliveira; FERREIRA, João Sette Whitaker. O direito à cidade: para além de uma visão instrumental e pela dimensão espaço-temporal da disputa pela mobilidade. **Mobilidade Urbana no Brasil**, São Paulo, p. 33-40. 2016

Lucas Sablich (Ed.). Brasil en movimiento. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 34, p.37-64, nov. 2013. Semanal.

MAGALHÃES, Vagner. **Com apoio do MPL, mais de mil protestam na periferia de São Paulo**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/com-apoio-do-mpl-mais-de-mil-protestam-na-periferia-de-sao-paulo,248e9585c2b7f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

MALINI, Fabio. **A Batalha do Vinagre**: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags. 2014. Disponível em: <<http://www.labic.net/cartografia/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MANOLO. **Teses sobre a Revolta do Buzu**. Disponível em: <http://tarifazero.org/wp-content/uploads/2009/07/por_QS3_RevoltaBuzu.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MARCELO POMAR. **[MPL HISTÓRIA] RELATO SOBRE A PLENÁRIA NACIONAL PELO PASSE LIVRE**. Disponível em: <<http://tarifazero.org/2015/02/02/mlp-historia-relato-sobre-a-plenaria-nacional-pelo-passe-livre/#more-6604>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. **Brasil 2003 – 2015**: balanço de uma experiência “popular”. 2015. Disponível em: <<http://www.odiario.info/b2-img/Brasil2003revisto21agosto2015.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MORA, Marcelo; VIANA, Julia Basso. **Protesto contra tarifa tem confronto, depredações e presos em SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contra-tarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MORENO, Ana Carolina. **Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Apresentação**. Disponível em: <<https://saopaulo.mpl.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

NUNES, Bárbara Rodrigues; GUERRA, Márcio de Oliveira; ALMEIDA, Vitor Pereira; RAMO, Vitor Silva. **A MORTE DE DONA MARISA LETÍCIA: O ÓDIO ESTAMPADO EM NOTÍCIAS. XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste UNIFOA**. Volta Redonda, p. 1-14. jun. 2017.

OSWALD, Vivian. **Protesto em Londres já reúne mais de mil brasileiros**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-em-londres-ja-reune-mais-de-mil-brasileiros-8731132>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

PAULO, Movimento Passe Livre - São. [SÃO PAULO] NOTA PÚBLICA DO **MOVIMENTO PASSE LIVRE SOBRE A LUTA CONTRA O AUMENTO**. Disponível em: <<http://tarifazero.org/2013/06/09/sao-paulo-nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PAULO, G1 São. **Protestos em São Paulo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos/2013/cobertura/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PAULO, G1 São. **Protesto leva 65 mil às ruas, para Av. Paulista e tem tumulto no Palácio**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-leva-65-mil-ruas-para-av-paulista-e-tem-tumulto-no-palacio.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PAULO, G1 São. **Quatro continuam detidos após protesto desta quinta-feira em SP**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)1. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.73-93, ago. 2013.

POERNER, José, Artur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4.ed. São Paulo: CMJ, 1995.

QUAQUÁ, Washington. Tarifa zero é um direito possível. **Mobilidade Urbana no Brasil**, São Paulo, p. 331-341, 2016.

RIO, G1. **Caso Amarildo: juíza condena 12 dos 25 policiais militares acusados**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

ROCHA, Alexandre Pereira da. **Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã**. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.84-100, mar. 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Brasil: Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 542 p.

SILVA, Fábio José Ferreira; PIRES, Leandro Siani. **Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013: análise através das probabilidades de transição** ,” Série de Documentos de Trabalho 349, Banco Central do Brasil, Departamento de Pesquisa. 2014.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. **Mascarados**: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014. 279 p.

SP, Movimento Passe Livre. **07 JUNHO 2013 (BR-SP) Nota de Esclarecimento do Movimento Passe Livre**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/78619/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

TEIXEIRA, Antonio Claudio Engelke Menezes. **Internet e Democracia:** Cooperação, Conflito e o Novo Ativismo Político. 2014. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014. Cap. 5.

TELLES, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. **Gv-executivo**, v. 14, n. 2, p.37-39, Julho a Dezembro, 2015.

VIEIRA, Toni André Scharlau. Mídia Ninja entre a tecnologia, a política e a prática profissional. **Sistema de Información Científica Red de Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal**, Monterrey, v. 18, n. 85, p.1-12, dez. 2013.